

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE DIREITO**

GIOVANA ROSSI

**OS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E O MITO DA IMPARCIALIDADE JURÍDICA:
Análise do discurso judicial no crime de estupro**

Florianópolis

2015

GIOVANA ROSSI

**OS ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E O MITO DA IMPARCIALIDADE
JURÍDICA: Análise do discurso judicial no crime de estupro**

Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Morais da Rosa.

Coorientadora: Prof^a. Me. Daniela Felix Teixeira.

Florianópolis

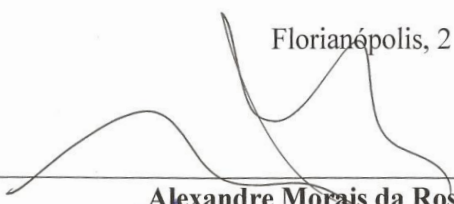
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

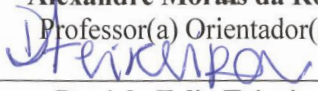
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**Os estereótipos de gênero e o mito da imparcialidade jurídica: Análise do discurso judicial no crime de estupro.**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Giovana Rossi**, defendido em **02/07/2015** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10 (dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

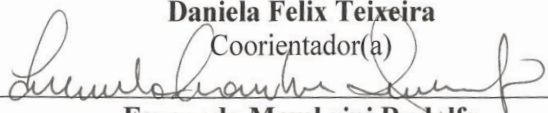
Florianópolis, 2 de Julho de 2015



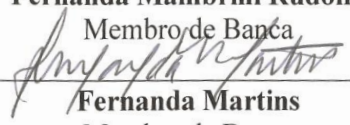
Alexandre Morais da Rosa
Professor(a) Orientador(a)



Daniela Felix Teixeira
Coorientador(a)



Fernanda Mambrini Rudolfo
Membro de Banca



Fernanda Martins
Membro de Banca

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

Aluno(a): **Giovana Rossi**

RG:

CPF:

Matrícula: **10202324**

Título do TCC: **Os estereótipos de gênero e o mito da imparcialidade
jurídica: Análise do discurso judicial no crime de estupro.**

Orientador(a): **Alexandre Morais da Rosa**

Eu, **Giovana Rossi**, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 2 de Julho de 2015


Giovana Rossi

AGRADECIMENTOS

O mais profundo agradecimento cabe à minha mãe, Helena. Todos os clichês do mundo não fazem jus a tudo que você é e representa para mim. Você não apenas é maravilhosa como mãe, mas é simplesmente a melhor pessoa que eu já conheci na vida. Sem você, nada disso seria possível. É por isso que tento ser o motivo do seu orgulho todos os dias da minha vida e para sempre tentarei retribuir esse amor.

Agradeço também à Luana, minha melhor amiga, ouvinte e conselheira e por acaso também minha irmã. Obrigada por ter sido meu ombro amigo durante a elaboração deste trabalho e por me fazer rir nos momentos em que eu mais precisava.

Ao Jorge, pela compreensão, pela paciência e pelas palavras de incentivo durante toda a construção desta monografia e todos os outros dias.

Aos meus orientadores Prof. Alexandre Morais da Rosa e Prof^a. Daniela Felix Teixeira, a quem dedico grande admiração e tenho como exemplos de profissionais. Obrigada por me mostrarem que ainda há esperança na luta por nossos ideais.

Aos grandes amigos que fiz durante os anos de graduação, agradeço pela amizade e companheirismo, em especial à Vitória, Taisa, Fernanda, Gabriela, Domitila, Lorrana, Roger, Victor, Atílio, Renato e Everton. Obrigada por tornar esses anos muito mais divertidos.

Não poderia deixar de agradecer, igualmente, a todas as pessoas que conheci nos estágios que fiz durante a graduação, no Escritório Bornhausen e Zimmer, no gabinete do Desembargador Domingos Paludo e no Tribunal de Contas. Agradeço, principalmente, ao Dr. Ênio Gentil Vieira Júnior, Advogado da Infância e Juventude, responsável por reacender minha esperança no Direito.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, fizeram parte da minha graduação e contribuíram, direta ou indiretamente, para a elaboração do presente trabalho. Cada letra desta monografia tem a participação indispensável de todos e de cada um de vocês.

Hoje fui estuprada. Subiram em cima de mim, invadiram meu corpo e eu não pude fazer nada. Você não vai querer saber dos detalhes. Eu não quero lembrar dos detalhes. Ele parecia estar gostando e foi até o fim. Não precisou apontar uma arma para a minha cabeça. Eu já estava apavorada. Não precisou me esfolar ou esmurrar. A violência me atingiu por dentro.

A calcinha, em frangalhos no chão, só não ficou mais arrasada do que eu. Depois que ele terminou e foi embora, fiquei alguns minutos com a cara no chão, tentando me lembrar do rosto do agressor. Eu não sei o seu nome, não sei o que faz da vida. Mas eu sei quem me estuprou.

Quem me estuprou foi a pessoa que disse que quando uma mulher diz “não”, na verdade, está querendo dizer “sim”. Não porque esse sujeito, só por dizer isso, seja um estuprador em potencial. Não. Mas porque é esse tipo de pessoa que valida e reforça a ação do cara que abusou do meu corpo.

Então, quem me estuprou também foi o cara que assoviou para mim na rua. Aquele, que mesmo não me conhecendo, achava que tinha o direito de invadir o meu espaço. Quem me estuprou foi quem achou que, se eu estava sozinha na rua, na balada ou em qualquer outro lugar do planeta, é porque eu estava à disposição.

Quem me estuprou foram aqueles que passaram a acreditar que toda mulher, no fundo no fundo, alimenta a fantasia de ser estuprada. Foram aqueles que aprenderam com os filmes pornô que o sexo dá mais tesão quando é degradante pra mulher. Quando ela está claramente sofrendo e sendo humilhada. Quando é feito à força.

Quem me estuprou foi o cara que disse que alguns estupradores merecem um abraço. Foi o comediante que fez graça com mulheres sendo assediadas no transporte público. Foi todo mundo que riu dessa piada. Foi todo mundo que defendeu o direito de fazer piadas sobre esse momento de puro horror.

Quem me estuprou foram as propagandas que disseram que é ok uma mulher ser agarrada e ter a roupa arrancada sem o consentimento dela. Quem me estuprou foram as propagandas que repetidas vezes insinuaram que mulher é mercadoria. Que pode ser consumida e abusada. Que existe somente para satisfazer o apetite sexual do público-alvo.

Quem me estuprou foi o padre que disse que, se isso aconteceu, foi porque eu consenti. Foi também o padre que disse que um estuprador até pode ser perdoado, mas uma mulher que aborta não. Quem me estuprou foi a igreja, que durante séculos se empenhou a me reduzir, a me submeter, a me calar.

Quem me estuprou foram aquelas pessoas que, mesmo depois do ocorrido, insistem que a culpada sou eu. Que eu pedi para isso acontecer. Que eu estava querendo. Que minha roupa era curta demais. Que eu bebi demais. Que eu sou uma vadia.

Ainda sou capaz de sentir o cheiro nauseante do meu agressor. Está por toda parte. E então eu percebo que, mesmo se esse cara não existisse, mesmo se ele nunca tivesse cruzado o meu caminho, eu não estaria a salvo de ter sido destroçada e de ter tido a vagina arrebitada. Porque não foi só aquele cara que me estuprou. Foi uma cultura inteira.

Esse texto é fictício. Eu não fui estuprada hoje. Mas certamente outras mulheres foram.

(Aline Valek)

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar o crime de estupro sob a perspectiva de gênero, destacando-o como produto das relações sociais desiguais entre homens e mulheres. Objetiva-se, principalmente, examinar se, ao julgar processos envolvendo o crime de estupro, os magistrados analisam tão somente o fato em si ou se também reproduzem preconceitos e discriminações, em especial em relação à mulher, que reforçam as desigualdades de gênero e naturalizam e justificam a violência sexual. Para isso, no primeiro capítulo serão feitas algumas considerações preliminares acerca do conceito de gênero, a forma como os papéis sociais foram construídos socialmente e a sua desconstrução pelos movimentos feministas, as origens da sociedade patriarcal e da formulação da inferioridade feminina. Será analisado, ainda, como a violência sexual pode ser classificada como uma espécie de violência de gênero e a importância do conceito de gênero para o Direito e para a sociedade em geral. No segundo capítulo, por seu turno, serão analisados os aspectos gerais da evolução histórica e jurídica do crime de estupro, assim como as alterações legislativas no ordenamento jurídico brasileiro, desde o período pré-colonial até o atual Código Penal, com as modificações pontuais realizadas no Código Penal de 1940 e as significativas alterações trazidas pela Lei n. 12.015/2009 para entender como a chamada “lógica da honestidade” foi construída. Finalmente, no terceiro capítulo será examinado o discurso dos julgadores sobre o delito de estupro, a forma como é construída a verdade em um processo judicial, a seletividade da figura da vítima e do autor, os estereótipos que são estabelecidos, bem como a violência institucional praticada pelo sistema de justiça penal em decorrência da culpabilização da vítima e algumas decisões judiciais sobre o tema.

Palavras-chave: Violência sexual contra a mulher, estupro, violência de gênero, estereótipos de gênero, discurso judicial, culpabilização da vítima, violência institucional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O ESTUPRO COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO	10
1.1 (DES)CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO	10
1.2 DOMINAÇÃO MASCULINA	16
1.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO	19
1.4 GÊNERO E DIREITO.....	24
2 O DIREITO E A HISTÓRIA DO CRIME DE ESTUPRO	27
2.1 ASPECTOS GERAIS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA E LEGAL DO ESTUPRO	27
2.2 ESTUPRO NO BRASIL: DO PERÍODO PRÉ-COLONIAL AO CÓDIGO PENAL DE 1940.....	32
2.3 A LEI N. 12.015/2009 E A ATUAL DEFINIÇÃO DE ESTUPRO	40
2.4 A CONSTRUÇÃO DA “LÓGICA DA HONESTIDADE”	45
3 ANÁLISE DO DISCURSO JUDICIAL	49
3.1 A CONSTRUÇÃO DA VERDADE NOS CASOS DE ESTUPRO	49
3.2 A SELETIVIDADE DA FIGURA DA VÍTIMA E DO AUTOR.....	54
3.2.1 Estuprador x “homem de bem”	55
3.2.2 Vítima x “mulher desonesta”	60
3.3 CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL	68
3.4 EXAME DE DECISÕES JUDICIAIS	74
CONCLUSÃO	79
REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

A violência sexual, em especial o estupro praticado contra a mulher adulta ou adolescente, é um assunto que gera inúmeros debates no senso comum e desperta sentimentos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que há um repúdio ao delito, por meio do uso de expressões desqualificadores em relação ao estuprador, há também um desrespeito à parte ofendida, pois frequentemente são levantadas dúvidas quanto às suas declarações e à sua própria moralidade, de modo a culpabilizá-la pela agressão sofrida.

Desta forma, o presente trabalho pretende analisar até que ponto esse discurso contamina os operadores do sistema de justiça penal. Objetiva-se, principalmente, verificar se, ao julgar processos envolvendo o crime de estupro, os magistrados analisam tão somente o fato em si ou se também se reproduzem preconceitos e discriminações que reforçam as desigualdades de gênero e naturalizam ou até mesmo justificam a violência sexual.

Para isso, será analisado o crime de estupro sob a perspectiva de gênero, a fim de demonstrar que os estereótipos e discriminações, principalmente em relação à mulher, possuem explicações completamente frágeis e insustentáveis e há muito deveriam ter sido superados pela sociedade e pelos operadores do direito.

O interesse pelo tema decorre das inquietações que ele provoca, pois, apesar de o estupro ser extremamente frequente em nossa sociedade, o número de notificações às autoridades ainda é muito baixo. Assim, é possível constatar que um provável motivo para que isso ocorra é justamente todo o processo de culpabilização que a mulher é submetida ao levar adiante uma denúncia de agressão sexual.

Destarte, é urgente discutir e combater essa culpabilização, especialmente no âmbito jurídico, para que não sejam mais reproduzidos esses discursos discriminatórios em relação à mulher e para que a ofendida possa se sentir segura e não constrangida e novamente violentada ao denunciar uma agressão sexual.

Para desenvolver o assunto, será feita uma pesquisa eminentemente doutrinária, de caráter interdisciplinar, fazendo uso de pesquisas e estudos que abordam o estupro à luz do paradigma de gênero. Trata-se basicamente de levantamento bibliográfico, baseado em livros, artigos e trabalhos acadêmicos que discutem o tema, principalmente no que se refere ao discurso patriarcal nos processos judiciais de estupro. Destaque-se que a internet teve bastante importância na redação deste trabalho, diante da existência de diversos materiais sobre o

assunto, desde pesquisas acadêmicas até dados e informações constantes de sítios oficiais acerca da violência sexual no país.

A presente pesquisa monográfica tem como objeto analisar o discurso judicial a fim de verificar se os magistrados reproduzem institucionalmente a violência contra as mulheres. Para tanto, foi utilizado o método de abordagem dedutivo e a técnica de pesquisa o levantamento de material bibliográfico, a pesquisa de jurisprudência e a análise dos argumentos utilizados pelos magistrados. A hipótese principal consiste no fato de que os julgadores, ainda que inconscientemente, reproduzem discriminações presentes no senso comum que culpabilizam a vítima pela agressão sexual sofrida e acabam por perpetrar uma segunda violência contra ela. Já a hipótese secundária é que os magistrados analisam de forma imparcial o caso concreto *sub examine* e apenas aplicam a legislação vigente.

Consideradas tais assertivas, a presente monografia almeja explicar, nos próximos três capítulos, os conceitos primordiais acerca do tema, acompanhados de um apanhado conjuntural – histórico, social, cultural e normativo – em que se manifesta o estupro.

Nesse sentido, no primeiro capítulo serão feitas algumas considerações preliminares acerca do conceito de gênero, a forma como os papéis sociais foram construídos socialmente e a sua desconstrução pelos movimentos feministas, as origens da sociedade patriarcal e da formulação da inferioridade feminina. Será analisada, ainda, a violência sexual como uma espécie da violência de gênero e a importância do conceito de gênero para o Direito e para a sociedade em geral.

No segundo capítulo, por seu turno, serão abordados os aspectos gerais da evolução histórica e jurídica do crime de estupro, assim como as alterações legislativas no ordenamento jurídico brasileiro, desde o período pré-colonial até o atual Código Penal, com as modificações pontuais realizadas no Código Penal de 1940 e as significativas alterações trazidas pela Lei n. 12.015/2009 para, enfim, entender como a chamada “lógica da honestidade” foi construída.

Finalmente, no último capítulo será examinado o discurso dos julgadores sobre o delito de estupro, a forma como é construída a verdade em um processo judicial, a seletividade da figura da vítima e do autor, os estereótipos que são estabelecidos, bem como a violência institucional praticada pelo sistema de justiça penal em decorrência da culpabilização da vítima pela violência sofrida e algumas decisões judiciais sobre o tema.

1 O ESTUPRO COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Nesse capítulo será examinado o conceito de gênero, a forma como ele foi construído socialmente, bem como sua desconstrução pelos movimentos feministas, e como ele historicamente serviu para garantir a dominação masculina em detrimento da construção da inferioridade feminina. Será analisada, ainda, a violência sexual como uma espécie da violência de gênero e a importância da formulação do conceito de gênero para o Direito.

1.1 (DES)CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO

De início, importante tecer algumas considerações preliminares acerca do conceito de gênero. Os estudos realizados pelas teóricas feministas a partir da década de 70 introduziram nas ciências sociais o conceito de gênero, por meio do qual se questionou a ideologia da superioridade masculina através da análise dos papéis atribuídos a homens e mulheres¹. Gênero significa, basicamente, que a concepção de masculinidade e feminilidade não é natural ou biológica, mas sim uma construção sociocultural, que revela características representativas e valorizadas em determinada sociedade e em um específico momento histórico.

Nesse sentido, Andrade assevera:

Gênero é um signo que se tornou teórica e politicamente relevante desde a década de 1970, quando, sob o influxo do movimento feminista e de expressiva revolução de paradigmas nas ciências, estendeu seu significado original de uma classe de algo (música, literatura) ou de seres (animais, vegetais), para designar uma classe de seres humanos (pessoas), configurando-se doravante como um conceito de grande valor para a compreensão da identidade, dos papéis e das relações entre homens e mulheres na modernidade².

O senso comum e o saber científico afirmavam que as desigualdades existentes entre homens e mulheres eram justificadas pelas diferenças biológicas entre os sexos³. Desta forma, conforme explica Soihet, a expressão “gênero” foi inicialmente utilizada pelas feministas norte-americanas para enfatizar o caráter primordialmente social das distinções

¹ MANFRÃO, Caroline Colombelli. **Estupro: prática jurídica e relações de gênero**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2009, p. 20

² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sexo e gênero: a mulher e o feminino na criminologia e no sistema de Justiça Criminal**. Boletim IBCCRIM. São Paulo: v. 11, n. 137, abr. 2004, p. 01

³ LIMA, Marina Torres Costa. **O estupro enquanto crime de gênero e suas implicações na prática jurídica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. p. 08

fundamentadas no sexo, indicando uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de vocábulos como “sexo” ou “diferença sexual⁴”.

O termo sexo é utilizado para as diferenças físicas entre homens e mulheres, mas, segundo Sabadell, essas diferenças não se restringem a aspectos biológicos, pois também são o resultado da forma de socialização e controle social e mudam em função do período histórico, de modo que as identidades de “sexo” são construídas socialmente e podem ser modificadas. O termo gênero, portanto, permite analisar a identidade feminina e masculina sem reduzi-las ao plano biológico, indicando que elas estão sujeitas a variações determinadas pelos valores dominantes em cada período histórico⁵.

Em suma, conforme explica Izumino, o termo “sexo” refere-se às diferenças biológicas e anatômicas entre homens e mulheres⁶, enquanto “gênero” ocupa-se em designar as diferenças sociais e culturais que definem os papéis sexuais⁷ destinados a homens e mulheres em cada sociedade⁸.

Na mesma linha, Heilborn leciona:

Gênero é um conceito das ciências sociais que, grosso modo, se refere à construção social do sexo. Significa dizer que, no jargão da análise sociológica, a palavra sexo designa agora a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e, no máximo, a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero ambiciona, portanto, distinguir entre o fato do dimorfismo sexual da espécie humana e a caracterização de masculino e feminino que acompanham nas culturas a presença de dois sexos na natureza. Este raciocínio apoia-se na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é condição realizada pela cultura⁹.

Destaque-se que, para a construção dos modelos de gênero, é necessário partir-se de uma perspectiva relacional, conforme explica Gomes:

O que é visto culturalmente como masculino só faz sentido a partir do feminino e vice-versa, expressando padrões de masculinidade e feminilidade a serem seguidos e fazendo com que as identidades de homem e mulher se afirmem na medida em que

⁴ SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos, 1997, p. 96

⁵ SABADELL, Ana Lucia. **Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 265

⁶ Essa definição presta-se ao fim didático de facilitar a diferenciação entre sexo e gênero, mas essa divisão binária entre macho e fêmea vem sendo superada quando nos deparamos, por exemplo, com pessoas intersex, hermafroditas, etc.

⁷ Gênero refere-se à uma identificação individual. Assim, um indivíduo que foi designado como pertencente ao sexo X pode não se identificar com os papéis de gênero a ele atribuídos, como é o caso das pessoas transexuais, por exemplo.

⁸ IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004, p. 84

⁹ HEILBORN, Maria Luiza. **De que gênero estamos falando?** In: Sexualidade, Gênero e Sociedade, ano 1, n. 2, CEPESC/IMS/UERJ, 1994, p. 01

ocorram aproximações e afastamentos em relação ao padrão que concentra maior poder na cultura¹⁰.

Com efeito, consoante aduz Saffioti, a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. Assim, a sociedade delimita, com precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem¹¹.

Segundo Andrade, essa construção de papéis de gênero se processa pela atribuição dicotômica e hierarquizada de predicados aos sexos, ou seja, racional/emocional, objetivo/subjetivo, concreto/abstrato, ativo/passivo, força/fragilidade, virilidade/recato, trabalho na rua/do lar, público/privado. Desta forma, as qualidades masculinas são opostas às femininas, sendo estas últimas inferiorizadas, vistas como negativas. O polo positivo é representado pelo homem-racional-ativo-forte-potente-guerreiro-vil-trabalhador-público, enquanto o polo negativo é representado pela mulher-emocional-passiva-fracá-impotente-pacífica-recatada-doméstica¹².

A autora afirma que esse simbolismo estereotipado e estigmatizante de gênero apresenta a polaridade de valores culturais e históricos como se fossem diferenças naturais ou biologicamente determinadas, bem como representa as pessoas do sexo feminino como membros de um gênero subordinado, na medida em que determinadas qualidades, assim como o acesso a certos papéis e esferas, são percebidos como naturalmente ligados a um sexo biológico e não ao outro¹³.

Assim, as representações de gênero, em sua absoluta maioria reproduzidas de forma a perpetuar estereótipos e estigmas, objetivam, ainda que não explicitamente, continuar a representar as características dos gêneros como duais e antagônicas, naturalmente opostas devido à predeterminação biológica, sempre reforçando a mensagem de que as mulheres são seres inferiores aos homens¹⁴.

Inclusive, foi essa distinção hierárquica entre os gêneros que embasou a divisão entre público e privado. Segundo Silva, na dinâmica patriarcal da construção de gênero,

¹⁰ GOMES, Romeu. **A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória**. Athenea Digital: revista de pensamiento e investigación social, ISSN-e 1578-8946, n. 14, 2008. Disponível em <<http://atheneadigital.net/article/view/520/442>>. Acesso em: 07 jun. 2015, p. 239

¹¹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987, p. 08

¹² ANDRADE. Vera Regina Pereira de. **Sexo...**, p. 01-02

¹³ Ibid., p. 02

¹⁴ MACHADO, Flora Barcellos de Valls. **Gênero, violência e estupro: definições e consequências**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 12

determinante dos papéis a serem desempenhados por homens e mulheres, cabe aos primeiros a ocupação do espaço público, consubstanciado no controle político e gestão das instituições. Nesse contexto, na qualidade de detentores do poder, os homens gozam de autonomia, identidade e *status*, alçando-se à condição de trabalhadores e proprietários. Às mulheres, por outro lado, é relegado o espaço privado, razão pela qual é necessária a fiscalização e o domínio de sua sexualidade e reprodução. É natural, portanto, que elas sejam também o alvo principal da disciplina fomentada pelo controle informal exercido pela família, escola, religião, mídia e, em última instância, também pelo direito penal, que cuida de incriminar condutas femininas desviadas do modelo erigido pelo patriarcado¹⁵.

Esses estereótipos de gênero são reproduzidos e reafirmados ao longo da vida, de modo que aquilo que é aprendido socialmente torna-se cada vez mais naturalizado. Sobre o assunto, cabe trazer o ensinamento de Faria e Nobre:

A naturalização dos papéis e das relações de gênero faz parte de uma ideologia que tenta fazer crer que esta realidade é fruto da biologia, de uma essência masculina e feminina, como se homens e mulheres já nascessem assim. Ora, o que é ser mulher e ser homem não é fruto da natureza, mas da forma como as pessoas vão aprendendo a ser, em uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico. Por isso, desnaturalizar e explicar os mecanismos que conformam esses papéis é fundamental para compreender as relações entre homens e mulheres, e também seu papel na construção do conjunto das relações sociais¹⁶.

Muito embora a construção social de gênero afete tanto a liberdade dos homens quanto das mulheres, é inegável o fato de que o caráter de opressão sexual incide muito mais fortemente sobre a realidade feminina, que não tem domínio sobre seu próprio corpo e sua sexualidade, elementos centrais da dominação patriarcal¹⁷.

As relações de gênero são, essencialmente, relações de poder, uma vez que, ao se determinar significados aos indivíduos, são criados preconceitos e modelos estereotipados e dicotômicos, justificados e legitimados na pretensa naturalidade das relações entre homem e mulher. Para Pimentel, Schritzmeyer e Pandjjarjian, é precisamente nas que questões relacionadas à sexualidade que esses preconceitos e estereótipos sociais tornam-se mais evidentes, pois é neste âmbito que se exerce o controle sobre o corpo da mulher¹⁸.

Em relação ao controle o corpo e da sexualidade da mulher, Lima afirma:

¹⁵ SILVA, Danielle Martins. **A palavra da vítima no crime de estupro e a tutela penal da dignidade sexual sob o paradigma de gênero**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2703, 25 nov. 2010. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/17897>. Acesso em: 22 jun. 2015, p. 04

¹⁶ FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão as relações de gênero**. Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF (Sempreviva Organização Feminista), 1997, p. 03

¹⁷ LIMA, Marina Torres Costa, op. cit., p. 10

¹⁸ PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: crime ou "cortesia"? Abordagem sociojurídica de gênero**. Sergio Antonio Fabris Editor. Porto Alegre, 1998, p. 26

Os homens do mundo patriarcal devem pautar-se de forma sexualmente livre – e até libertina – devido à posição de superioridade e independência que lhes cabe. Devem ser, portanto, rígidos, másculos e dominadores. Por sua vez, às mulheres resta a necessidade de resguardar sua moral sexual, agindo de forma efetivamente recatada. Suas vestimentas, seus diálogos e seus comportamentos devem revestir-se da cautela necessária a ensejar o respeito do seio social. Seu corpo não é considerado sua propriedade, senão verdadeiro objeto de controle da sociedade¹⁹.

Ademais, em geral, não existe um questionamento acerca das consequências decorrentes dessas desigualdades, ao contrário, há toda uma rotina de legitimação desse discurso, bem como uma reação violenta à eventual desobediência a algum padrão imposto socialmente²⁰. Desta forma,

Qualquer inadaptação ou desvio de conduta corre o risco de ser duramente criticada/o ou discriminada/o socialmente: elas podem se tornar “putas” e “galinhas” (em razão de uma vida sexual ativa), ou “sapatões”, “machonas” ou “freiras” (como categoria de acusação em alusão à castidade para as que se recusam a aderir à prática sexual por imposição do parceiro); e eles, “bichas”, “veados”, “mulherzinha”, “maricas”. Em suma, há modelos de gênero rigidamente estabelecidos que inspiram representações e práticas sociais para jovens de cada sexo²¹.

Nesse diapasão, Faria e Nobre aduzem que a sociedade tenta impor normas que refletem o que se considera mais correto de acordo com os papéis sexuais definidos pela construção dos gêneros. Por isso, a sexualidade da mulher foi durante muito tempo rodeada por tabus e mitos, que retratavam as manifestações da sexualidade feminina como pecado, desvio, doença, exagero, falta de pudor e até mesmo crime²²:

A partir disso, as mulheres em geral têm vivido sua sexualidade de acordo com os padrões impostos como os mais corretos, considerando o papel social de esposas "honestas" e mães dedicadas que lhes é destinado. Outras vivem como "profanas" e, portanto, indignas de respeito: são "as piranhas, as usadas, as fáceis, as putas". Uma das formas de definição desse modelo passou pelo estabelecimento de um duplo padrão do que é ou não correto em relação à sexualidade.

Para os homens, a idéia da virilidade é sinônimo de muitas relações sexuais, de preferência com muitas mulheres diferentes. As mulheres, ao contrário, devem viver a sexualidade em função da reprodução, negando o prazer. A repressão à sexualidade feminina em boa parte se dá pelo desconhecimento do corpo e pela imposição de regras rígidas do que significa ser uma mulher "honesta"²³.

¹⁹ LIMA, Marina Torres Costa, op. cit., p. 09

²⁰ MACHADO, Flora Barcellos de Valls, op. cit., p. 16

²¹ BRASIL, Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPP/PR; Ministério da Educação – MEC; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC; Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM; Instituto de Medicina Social – IMS; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – URRJ. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009, p. 52

²² FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam, op. cit., p. 06

²³ Ibid., p. 06-07

Nesse contexto, os movimentos feministas são de suma importância, pois responsáveis por questionar esses mecanismos de manutenção das desigualdades entre homens e mulheres, visando a desconstrução dos estereótipos de gênero que representam modelos hierarquizados e opressivos ligados ao ideal feminino e masculino que, apesar de já terem sido questionados há muito tempo, são reproduzidos até hoje na sociedade em praticamente todas as instâncias sociais.

Segundo Baratta, as correntes teóricas feministas, acadêmicas ou de atuação prática possuem o conceito de gênero como referencial e núcleo de pesquisa, mas cada uma delas o aborda de acordo com preceitos distintos. Contudo, é possível afirmar que existem elementos comuns às diferentes teorias, que podem ser assim sintetizados: a) as formas de pensamento, de linguagem e as instituições de nossa civilização possuem uma implicação estrutural com o gênero, isto é, com a dicotomia ‘masculino-feminino’; b) os gêneros não são naturais, não dependem do sexo biológico, mas constituem o resultado de uma construção social; c) os pares de qualidades contrapostas atribuídas aos dois sexos são instrumentos simbólicos da distribuição de recursos entre homens e mulheres e das relações de poder existentes entre eles²⁴.

Dentre as teóricas analisadas, foi escolhida a abordagem de Scott, para quem gênero é o elemento constitutivo de relações sociais baseado na diferença percebida entre os sexos, sendo a forma primeira de significar as relações de poder. Em síntese, para ela, gênero é uma categoria de análise que afirma a historicidade das distinções sociais entre os sexos, uma vez que as relações de gênero não são um aspecto permanente, fixo e imutável da condição humana²⁵.

Percebe-se, portanto, que o conceito de gênero não é fixo nem imutável, podendo ser alterado conforme os valores determinantes naquela sociedade e em um determinado momento histórico. Todavia, observa-se que em quase todas as sociedades conhecidas a construção dos papéis de gênero serviu historicamente para garantir a supremacia masculina e a construção da inferioridade feminina, que será analisada em seguida.

²⁴ BARATTA, Alessandro, O paradigma do gênero: da questão criminal à questão criminal. In: CAMPOS, Carmem Hein de (org.). **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 23

²⁵ SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 21

1.2 DOMINAÇÃO MASCULINA

As origens do patriarcado e da construção da inferioridade feminina foram objeto de análise de diversas pesquisas e implicaram a formulação de algumas teorias que visam explicar a manutenção e legitimação da dominação masculina. Todavia, no presente trabalho será abordada brevemente apenas uma dessas teorias, até mesmo porque tal tema não constitui a finalidade principal deste estudo.

Lins ensina que as primeiras sociedades eram organizadas de forma igualitária e desconhecia-se o vínculo entre sexo e procriação, de modo que a fertilidade era uma característica exclusivamente feminina, pois os homens não sabiam de sua participação no nascimento de uma criança, o que continuou sendo ignorado por milênios. Todavia, apesar da linhagem ter sido traçada por parte da mãe e as mulheres representarem papéis predominantes na religião e em todos os aspectos da vida, não há sinais de que a posição do homem fosse de subordinação²⁶.

A autora afirma que, em razão da liberdade sexual e da prática de poligamia e poliandria, ou seja, a mulher pertencia igualmente a todos os homens e cada homem a todas as mulheres, era impossível estabelecer a paternidade dos filhos, de forma que somente era possível contar seus descendentes a partir da linhagem materna e esse direito materno assegurava às mulheres elevado grau social²⁷.

Com a posterior descoberta da contribuição do homem para a procriação e a paternidade, as relações entre homens e mulheres foram significativamente transformadas, pois o homem enfim descobriu seu papel imprescindível em um terreno em que sua potência havia sido negada²⁸.

Com a progressiva fixação das tribos em determinados locais e o desenvolvimento da agricultura e da criação de animais, houve uma maior demanda de mão-de-obra e a consequente divisão do trabalho entre os membros da família. Desse modo, coube ao homem providenciar os alimentos e garantir a propriedade dos animais, plantas e dos meios de produção, enquanto à mulher, como central de reprodução, passou a ser vista como objeto e mercadoria, sendo trocada e até roubada. Como o homem passou a ocupar um espaço mais importante do que a mulher no âmbito familiar, não era cabível que a linhagem continuasse a ser contada através da mulher²⁹.

²⁶ LINS, Regina Navarro. **A Cama na Varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências**. 6. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2007, p. 14-17

²⁷ Ibid., p. 26

²⁸ Ibid., p. 27

²⁹ Ibid., p. 19-20

Em suma, com a valorização do capital, a ciência da participação do homem na procriação e a instituição da propriedade privada, as questões concernentes à herança tornaram-se mais relevantes e, baseando-se na ideia de núcleo familiar heteronormativo e monogâmico, a herança passou a ser masculina. Ademais, passou-se a exigir limites à liberdade feminina como garantia de filhos legítimos e fortaleceu-se a monogamia, bem como a sexualidade e o corpo da mulher começaram a ser controlados, mas a liberdade sexual do homem foi mantida sem restrições. Desse modo ocorreu:

[...] o desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heróicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida³⁰.

Desta forma iniciou-se o processo pelo qual ao homem foi permitido o espaço público e a representatividade política, enquanto a mulher se manteve no âmbito privado, responsável pelos cuidados domésticos e obrigações parentais. Nesse contexto, a liberdade sexual feminina era controlada primeiramente pelo pai e posteriormente pelo esposo, preservando-se, assim, sua linhagem de descendentes, objetivando preservar o seu capital acumulado dentro do círculo de herdeiros.

Para Lins, com a construção da noção de gênero superior e inferior, a ideologia patriarcal dividiu a humanidade em duas metades. Apoiando-se no controle de fecundidade da mulher e na divisão sexual de tarefas, a sujeição física e mental da mulher foi o único meio de restringir sua sexualidade e mantê-la limitada a tarefas específicas³¹. Assim, com a necessidade de assegurar a paternidade e da fidelidade da mulher, esta é entregue ao poder do homem, podendo este fazer com ela o que bem entender.

A autora conceitua o patriarcado como uma organização social baseada no poder do pai, na qual a descendência e o parentesco seguem a linha masculina e onde as mulheres são consideradas inferiores aos homens e, por conseguinte, subordinadas à sua dominação³².

Para Lins:

O patriarcado é um sistema autoritário tão bem-sucedido que se sustenta porque as pessoas subordinadas ajudam a estimular a subordinação. Ideias novas são geralmente desqualificadas e tentativas de modificação dos costumes são rejeitadas explicitamente, inclusive pelas próprias mulheres, que, mesmo oprimidas, clamam

³⁰FRIEDRICH, Engels. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p.15

³¹LINS, Regina Navarro, op. cit., p. 40

³²Ibid., p. 39

pela manutenção de valores conservadores. A abrangência da ideologia de dominação é ampla. Partindo da opressão do homem sobre a mulher, a mentalidade patriarcal se estende a outras esferas da dominação³³.

Segundo Lins, o estabelecimento definitivo do patriarcado na civilização ocidental foi um processo gradual que levou quase 2.500 anos, desde cerca de 3.100 a.C até 600 a.C. Com a sua instauração, foram eliminadas as sociedades de parceria e a mente humana foi remodelada para classificar como natural um novo tipo de arranjo, ou seja, uma cultura dominada pelo homem, como se isso fosse característica de todos os sistemas humanos. Para ser aceito definitivamente como certo, o patriarcado foi apoiado pela religião e pela ciência, as quais forneceram subsídios para o papel inferior da mulher na sociedade, tornando os novos valores verdades imutáveis³⁴.

Para Sabadell, o patriarcado indica o predomínio de valores masculinos, fundamentados em relações de poder. Esse poder, por seu turno, é exercido através de complexos mecanismos de controle social que oprimem e marginalizam as mulheres. A dominação do gênero feminino pelo masculino costuma ser marcada e garantida pela violência física e/ou psíquica em uma situação na qual as mulheres encontram-se na posição mais fraca, sendo desprovidas de meios e reação efetivos³⁵.

De acordo com a autora, na esfera privada nunca existiram garantias jurídicas em relação à integridade física e psíquica da mulher e ao livre exercício da sua sexualidade. A mulher é tratada como “rainha do lar” quando segue as pautas de comportamento da sociedade patriarcal. Por outro lado, quando não obedece, entram em ação os mecanismos de “correção”, como os insultos, o espancamento, o estupro e o homicídio³⁶.

Ainda acerca da dominação masculina e da violência sexual contra a mulher, leciona Finkelhor:

A vitimização sexual pode ser tão comum em nossa sociedade devido ao grau de supremacia masculina que existe. É uma maneira na qual os homens, o grupo de qualidade dominante, exercem controle sobre a mulher. Para manter esse controle, os homens necessitam um veículo por meio do qual a mulher possa ser castigada, posta em ordem, socializada dentro de uma categoria subordinada. A vitimização sexual e sua ameaça são úteis para manter intimidada a mulher³⁷ (tradução nossa).

Especificamente em relação ao estupro, Silva afirma que este reflete, de forma violenta, uma face do exercício do poder masculino, pois a vítima não dispõe de seu próprio

³³ LINS, Regina Navarro, op. cit., p. 42-43

³⁴ Ibid., p. 42-43

³⁵ SABADELL, Ana Lucia, op. cit., p. 264

³⁶ Ibid., p. 267

³⁷ FINKELHOR, David. **Abuso sexual al menor. Causas, consecuencias y tratamiento psicossocial**. México, D.F., Editorial Pax México, 1980, p. 47

corpo, porquanto um de seus papéis na divisão sexual de trabalho constituída sob a lógica androcentristas, assimilada e reproduzida pelo senso comum, é o de disponibilizar seu corpo para a satisfação sexual do homem³⁸.

Desta forma, é possível constatar que as inúmeras formas de discriminação e violência contra as mulheres não são acontecimentos pontuais, mas sim fruto de manifestações de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres.

Ademais, por mais significantes que tenham sido as transformações sociais e as conquistas femininas das últimas décadas, a ideologia patriarcal continua muito presente em nossa cultura e é cotidianamente reforçada. A sociedade organiza-se em torno da autoridade masculina, e para manter esta autoridade e reafirmá-la, sempre está presente o recurso à violência, que pode ocorrer de maneira mais simbólica ou efetiva.

1.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Para Chauí, a violência consiste na inferiorização da vontade e da ação alheia pela vontade e pela ação da parte dominada, fazendo com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronímia que não se percebe como tal³⁹.

Felipe, por sua vez, defende que a violência resulta na eliminação de um dos sujeitos envolvidos na ação, que pode ser tanto a morte física quanto a morte da estrutura psíquica abalada pela experiência brutal sofrida, fazendo com que o violentado desapareça como sujeito autônomo e livre. O ato violento, portanto, é aquele que aniquila ou elimina uma vida, um corpo, um interesse, uma vontade específica⁴⁰.

Em suma, a violência pode ser definida como uma violação à liberdade, uma vez que implica no silenciamento do outro, de modo a retirar-lhe sua vontade e sua capacidade de escolher, tratando-o como coisa e maculando seus direitos e sua autonomia.

A violência pode se manifestar em sua forma física, intrafamiliar, doméstica, violência psicológica/moral, sexual, econômica/financeira, institucional, patrimonial, etc. e, quando essas formas de violências são perpetradas contra a vítima por conta de sua identidade de gênero, ou seja, mulher, está-se diante da violência de gênero.

³⁸ SILVA, Danielle Martins, op. cit., p. 06

³⁹ CHAUI, Marilena. **Sobre mulher e violência. Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p. 34-35

⁴⁰ FELIPE, Sônia T. **Violência e representação (quando a arma é o pênis): um estudo do caso do filme "Acusados"**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 109-122, jan. 1997. ISSN 2178-4582. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23370/21039>>. Acesso em: 06 jun. 2015, p. 03-04

Segundo Sánchez, a violência de gênero é uma classe de violência que afeta os distintos gêneros pelo próprio pertencimento a eles e pela função que cada um desempenha tradicionalmente. Ainda assim, é prioritariamente perpetrada contra o gênero feminino, sendo uma forma de violência a que a mulher é submetida por sua própria condição de mulher e pelo papel social que tradicionalmente lhe foi determinado, e que não se limita ao contexto familiar⁴¹ (tradução nossa).

Para Schreiner, a violência de gênero, assim como os conceitos de masculinidade e feminilidade, é construída socialmente e além de assegurar a dominação masculina, desenvolve um complexo conjunto de ideias e comportamentos que pretendem generalizar e perpetuar o ideário da inferioridade feminina, justificando, portanto, a sua subordinação⁴².

Na mesma linha, Machado afirma que os discursos de manutenção do *status quo*, com a dominação masculina cada vez mais sutil, mas sempre presente e impregnando a sociedade e suas instituições, fizeram com que a violência contra a mulher fosse internalizada e não mais contestada, especialmente em relação àquelas mulheres que não se enquadram nos padrões e estereótipos femininos tradicionalmente impostos⁴³.

Para Souza, a violência de gênero é uma forma mais extensa de violência e se generalizou como uma expressão utilizada para se referir aos diversos atos praticados contra mulheres como forma de submetê-las a sofrimento físico, sexual e psicológico, incluídas aí as diversas formas de ameaças, não só no âmbito intrafamiliar, mas também abrangendo a sua participação social em geral, com ênfase para as suas relações de trabalho, caracterizando-se principalmente pela imposição ou pretensão de imposição de uma subordinação e controle de gênero masculino sobre o feminino. A violência de gênero se apresenta, assim, como um ‘gênero’, do qual as demais, são espécies⁴⁴.

Segundo Saffioti, no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, contando a permissão ou, ao menos, a tolerância social para penitenciar aquilo que lhes simboliza um erro, sobretudo mediante o emprego da violência. Isso não significa dizer que as mulheres não possam se utilizar da força

⁴¹ SÁNCHEZ, María Acale. **La discriminación hacia la mujer por razón de género en el Código Penal**. Madrid: Editorial Reus, 2006, p. 74

⁴² SCHREINER, Marilei Teresinha. **O abuso sexual numa perspectiva de gênero: o processo de responsabilização da menina**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91004>>. Acesso em: 05 jun. 2015, p. 30

⁴³ MACHADO, Flora Barcellos de Valls, op. cit., p. 20

⁴⁴ SOUZA, Sérgio Ricardo. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher**. Curitiba: Juruá, 2007, p. 35

contra o homem, mas, além disso não ocorrer com frequência, não se trata de um ato sustentado pelo objetivo de uma categoria social manter sua dominação sobre a outra⁴⁵.

É possível constatar, portanto, que a violência de gênero é produto de um sistema social que subordina o sexo feminino, é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres e decorre da noção de superioridade da parte agressora – o homem – e da inferioridade da parte vitimada – a mulher –, noção construída socialmente e decorrente de um processo histórico.

Em resumo, o conceito de gênero demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, reforçados pelo patriarcado, pela dominação masculina e pela ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, senão do processo de socialização das pessoas.

Conceituada a violência de gênero, cumpre trazer algumas considerações específicas sobre a violência sexual praticada contra a mulher. Nesse caso, o emprego da violência provém de um processo de histórico e de estereotipagem dos indivíduos e de suas categorias sociais e se revela como um ato de abuso de poder e desejo de dominação, e não simplesmente um desejo sexual.

Sobre o assunto, colaciona-se o entendimento de Kolodny, Masters e Johnson:

Constatamos que ou a força ou a ira dominam, e que o estupro, em vez de ser principalmente uma expressão de desejo sexual, constitui, de fato, o uso da sexualidade para expressar questões de poder e ira. O estupro, então, é um ato pseudo-sexual, um padrão de comportamento sexual que se ocupa muito mais com o status, agressão, controle e domínio do que com o prazer sexual ou a satisfação sexual. Ele é comportamento sexual a serviços de necessidades não sexuais⁴⁶.

Segundo Silva, o estupro não vitimiza apenas mulheres, mas também homossexuais, travestis, crianças de ambos os sexos e outros grupos vulneráveis, refletindo a uma relação de poder que está atrelada a situações econômicas, de gênero, entre adultos e crianças, etc. Todavia, para a autora, ainda que o estupro se imponha a outros grupos vulneráveis, é nas relações de gênero que claramente observa-se a representação socialmente construída da posição do homem dominante sobre a mulher submissa e dominada⁴⁷.

⁴⁵ SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu; n. 16, páginas 115-136.

⁴⁶ KOLODNY, Robert C.; MASTERS, William H.; JOHNSON, Virginia E. **Manual de medicina sexual**. Tradução por Nelson Gomes de Oliveira. São Paulo: Manole, 1982, p. 430-431.

⁴⁷ SILVA, Natiene Ramos Ferreira da. **Representações da Culpabilização de Mulheres Vítimas de Estupro: Uma Análise Étnico-Racial**. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2013/ig/pdf/ganhadores_9edicao/Cat_E_Graduacao/NatieneRamos.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2015, p. 01

Para Filho e Fernandes, a violência sexual, entendida como forma de controle cultural sobre os corpos das mulheres e não apenas como meros desvios individuais de homens agressores, constitui uma das expressões mais graves do patriarcado⁴⁸, o que é facilmente comprovado por estatísticas que se prolongam até dias atuais.

De acordo com a Nota Técnica “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde”, elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a violência de gênero é um reflexo direto da ideologia patriarcal, que demarca os papéis e as relações de poder entre homens e mulheres. A cultura do machismo, disseminada muitas vezes de forma implícita, coloca a mulher como objeto de desejo e de propriedade do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência, entre os quais o estupro⁴⁹.

A referida pesquisa traçou um perfil dos casos de estupro no Brasil a partir de informações de 2011 do Sistema de Informações de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan) e constatou que 88,5% das vítimas de estupro são do sexo feminino. Desse total, 70% são crianças e adolescentes. Dessa forma, são as mulheres, principalmente as crianças e as adolescentes, as maiores vítimas do crime de estupro em nosso país⁵⁰.

Por outro lado, 92,5% dos agressores são do sexo masculino, independentemente da faixa etária da vítima, sendo que as mulheres são autoras do estupro em apenas 1,8% dos casos. Quando a vítima é criança, 24,1% dos agressores são os próprios pais ou padrastos e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima. O indivíduo conhecido é o principal autor do estupro na medida em que a idade da vítima aumenta, já que na fase adulta este corresponde a 60,5% dos casos. Em geral, 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima, forte indício de que o agressor se aproveita da relação de suposta confiança da vítima e da cultura da violência doméstica⁵¹.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada estima que a cada ano no Brasil 0,26% da população sofre violência sexual, o que representa anualmente 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados, dentre os quais apenas 10% são reportados à polícia⁵².

⁴⁸ FILHO, Francisco Humberto Cunha; FERNANDES, Leonísia Moura. **Violência sexual e culpabilização da vítima: sociedade patriarcal e seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=47f5d6b9ad18d160>>. Acesso em: 26 abr. 2015, p. 05

⁴⁹ CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf>. Acesso em 11 abr. 2015, p. 02

⁵⁰ Ibid., p. 07

⁵¹ Ibid., p. 09

⁵² Ibid., p. 06

Percebe-se que o crime de estupro possui um número bastante reduzido de notificações às autoridades policiais. Essa cifra oculta decorre da vergonha ou medo que a vítima sente em denunciar seu agressor e também do sentimento de culpa que é inculcado socialmente:

O discurso desigual que transfere à mulher vítima do crime de estupro a responsabilidade pela violência sofrida acarreta verdadeira tolerância social para com as agressões sexuais. A mídia, a religião, a política, o sistema de justiça criminal, entre outras instituições, costumam banalizar os efeitos do crime, fazendo com que a própria vítima incute em si o sentimento de culpa, o que costuma engordar as chamadas cifras negras do crime. Em sabendo do pesado julgamento social sobre sua conduta, a vítima, em enorme parte dos casos, assume a sensação de vergonha por ter sido estuprada, preferindo resguardar-se de todo o desgaste que uma possível denúncia traria⁵³.

Afinal, conforme expõe Lima, a reprodução do discurso desigual e estereotipado envolvendo a temática de gênero não se materializa tão-somente nos meios informais de controle social, encontrando eco, principalmente, nas instituições responsáveis por assegurar o bem-estar geral, como o sistema de justiça penal, que deveria ser um caminho para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, mas que, em grande parte dos casos, atua como um agente perpetuador das desigualdades, traduzindo o sentimento social machista e pouco preocupado com a garantia dos direitos humanos das mulheres⁵⁴.

Segundo Magalhães, as pesquisas sobre a violência sexual demonstram que ainda vivemos em uma sociedade patriarcal, ou seja, nossa organização social ainda é baseada na crença da dominação de homens sobre as mulheres, que por sua vez devem se sujeitar à sua autoridade e vontade. Assim, apesar das conquistas femininas dos últimos séculos, o ordenamento patriarcal é reiteradamente reforçado em nossa cultura pela própria sociedade, seja na desvalorização das mulheres em todos os aspectos, seja na aceitação implícita da violência sexual⁵⁵.

Aufere-se, portanto, que, muito embora a legislação penal permita que ambos os gêneros sejam vítimas do crime do estupro, esse delito ainda é majoritariamente praticado por homens contra mulheres e outros grupos vulneráveis, o que evidencia o seu caráter de violência de gênero.

Nesse sentido, Andrade explica que:

Ao emitir a mensagem de que “qualquer” um pode realizar o estupro obscurece que é um crime caracteristicamente praticado pelos homens contra as mulheres (de um

⁵³ LIMA, Marina Torres Costa, op. cit., p. 18

⁵⁴ Ibid., p. 19

⁵⁵ MAGALHÃES, Lívia. **A culpabilização da mulher, vítima de estupro, pela conduta do agressor**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 3934, 9 abr. 2014. Disponível em: <<http://jus.com/artigos/27429>>. Acesso em: 22 jun. 2015

gênero contra o outro) e um atentado a sua sexualidade, próprio de uma sociedade na qual existe hierarquia de gêneros. E que alguma responsabilidade das estruturas existirá para explicar o fato “paradoxal” de que mulheres não estupram, e que a violência sexual, o assédio, o medo, formam parte do controle cotidiano ao qual “elas” se vêem submetidas [...]⁵⁶.

Enfim, pode-se auferir que a violência sexual, mormente o estupro, é um comportamento extremamente marcado pela desigualdade de gênero, afirmando-se como uma relação de poder indissociável do exercício de poder decorrente da dominação masculina. Por conseguinte, conclui-se que a violência de gênero, que tem no elemento cultural seu grande sustentáculo e fator de perpetuação⁵⁷ de violações contra as mulheres, é proveniente da objetificação da mulher e do seu corpo como propriedade de um homem, restringindo sua independência ao limitar sua autonomia e liberdade. Assim, a violência contra as mulheres não é apenas uma manifestação da desigualdade sexual, mas sim um instrumento para a manutenção dessa assimetria.

1.4 GÊNERO E DIREITO

A elaboração do conceito de gênero trouxe importantes contribuições para a sociedade e para o Direito, as quais serão brevemente citadas. Em primeiro lugar, foi responsável por romper com a tradicional invisibilidade da mulher nos estudos das mais diversas áreas que tinham a perspectiva masculina como universal. Isso significa que, durante muito tempo, o princípio masculino foi entendido como a medida correta para todas as coisas, especialmente no âmbito jurídico, ideia que era reproduzida até mesmo pelas próprias mulheres, pois isso já estava internalizado e naturalizado⁵⁸.

Esse conceito também demonstrou que os paradigmas das ciências sociais reafirmavam o *status quo* de dominação masculina e, ao mesmo tempo, mantinham as diferenças de tratamento destinado a homens e mulheres disfarçadas sob um manto de aparente neutralidade, ignorando a questão de gênero. Essa indiferença estava intimamente relacionada ao já mencionado entendimento arraigado de que o homem era o protótipo do ser

⁵⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de Andrade. **Violência sexual e Sistema Penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina?** Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora: 2003, p. 101-102

⁵⁷ PANDJIARJIAN, Valéria. Os estereótipos de gênero nos processos judiciais e a violência contra a mulher na Legislação. In: **Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência**. São Paulo: Unicamp; Imprensa Oficial de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/valeria.html>>. Acesso em: 05 jun. 2015, p.

⁵⁸ COULOURIS, Daniella Georges. Gênero e discurso jurídico: possibilidades para uma análise sociológica. In: CARVALHO, Marie Jane Soares; ROCHA, Cristianne M^a Farmer (org.). **Produzindo Gênero: IV Encontro Nacional da Rede Brasileira de Estudo e Pesquisas Feministas**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 62-63

humano universal, ou seja, quando se mencionava o homem estava se referindo a toda a humanidade⁵⁹.

O conceito de gênero permitiu, ainda, o deslocamento da questão feminina do espaço privado para o espaço público, fazendo com que determinados problemas antes vistos como particulares passassem a receber especial atenção das instituições públicas⁶⁰, fenômeno que Andrade denomina de “politização do espaço doméstico⁶¹”. Um exemplo emblemático é a violência doméstica, que deixou de ser intrafamiliar para passar a ser tratada com o devido respeito e atenção, inclusive com a elaboração de políticas públicas com mecanismos para coibir tal forma de violência.

Esse deslocamento do espaço privado para o espaço público permitiu as mulheres o empoderamento de enxergar-se como sujeito de direitos capazes de atuar em relações judiciais e exigir do Estado a devida tutela para resolução de conflitos. A mulher, com efeito, passa da figura encerrada em seu espaço privado para participante dos debates da sociedade⁶².

A elaboração do conceito de gênero possibilitou, também, que se atingisse um refinamento teórico e metodológico nos estudos das ciências sociais, estabelecendo um novo paradigma, pelas seguintes razões:

Em primeiro lugar, porque se está diante da afirmação compartilhada da ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a noção social de gênero. Em segundo lugar, porque se está diante da afirmação do privilegiamento metodológico das relações de gênero, sobre qualquer substancialidade das categorias de mulher e homem ou de feminino e masculino. Em terceiro lugar, porque se está diante da transversalidade de gênero, isto é, do entendimento de que a construção social de gênero perpassa as mais diferentes áreas do social⁶³.

No âmbito específico do Direito Penal, a elaboração teórica do gênero e os movimentos feministas afetaram as ciências criminais ao questionar as relações entre criminalidade, sistema de justiça criminal e mulher/feminino⁶⁴. Dessa forma, temas como a falta de proteção das mulheres no sistema de justiça penal frente à violência masculina, a

⁵⁹ BARATTA, Alessandro, op. cit., p. 20

⁶⁰ MACHADO, Flora Barcellos de Valls, op. cit., p. 17

⁶¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Da domesticação da violência doméstica: politizando o espaço privado com a positividade constitucional**. Brasília: Femea Especial, janeiro, 1998.

⁶² MACHADO, Flora Barcellos de Valls, op. cit., p. 17

⁶³ MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) **Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo**, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015, p. 06

⁶⁴ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sexo...**, p. 02

baixa taxa de incriminação feminina, bem como suas formas específicas de criminalidade (aborto e infanticídio) começaram a sair da marginalidade acadêmica⁶⁵.

Apesar das citadas contribuições trazidas pela elaboração do conceito de gênero ao Direito, ainda há muito a ser alterado, pois a prática demonstra que a discriminação em relação à mulher ainda é muito forte, principalmente no crime de estupro.

Afinal, conforme analisado na seção 1.4, a violência sexual contra a mulher decorre da visão patriarcal que enxerga a mulher como um objeto de propriedade do homem e Silva defende que essa objetificação é reiterada no discurso dos operadores do sistema de justiça criminal durante toda a fase de colheita de provas, culminando em sentenças que em sua maioria revelam que o que está em julgamento não é fato criminoso, mas a conduta moral da vítima e do autor do crime⁶⁶, consoante será demonstrado no terceiro capítulo.

Para Manfrão, a utilização do gênero como categoria de análise é de extrema importância nos crimes sexuais contra as mulheres, porque permite a realização de um exame crítico acerca dos papéis atribuídos a vítimas e agressores, discutindo-se a construção de verdades jurídicas nos processos judiciais e como essa construção reflete as discriminações presentes no senso comum que fazem parte do imaginário dos indivíduos⁶⁷.

Por fim, é preciso conhecer a forma com que as relações de gênero e de poder se movimentam, complementam e consolidam para que seja possível desconstruir os ideais ligados ao feminino e ao masculino, assim como a formulação da inferioridade feminina e o controle de seu corpo e sua sexualidade e a consequente culpabilização da vítima nos crimes sexuais.

⁶⁵ BARATTA, Alessandro, op. cit., p. 19

⁶⁶ SILVA, Danielle Martins, op. cit., p. 06

⁶⁷ MANFRÃO, Caroline Colombelli, op. cit., p. 24

2 O DIREITO E A HISTÓRIA DO CRIME DE ESTUPRO

Neste capítulo serão analisados os aspectos gerais acerca da evolução histórica e legal do estupro, ou seja, como a definição legal e a percepção sobre esse delito se alterou ao longo dos anos. Serão estudadas, ainda, as alterações legislativas desse delito no ordenamento jurídico brasileiro, desde o período pré-colonial até o atual Código Penal, com as modificações pontuais realizadas no Código Penal de 1940 e as significativas alterações trazidas pela Lei n. 12.015/2009 a fim de entender como a chamada “lógica da honestidade” foi construída e vem sendo aplicada até hoje.

2.1 ASPECTOS GERAIS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA E LEGAL DO ESTUPRO

Desde a antiguidade existe repressão à relação sexual forçada, especialmente quando a vítima é mulher, e a esse tipo de conduta convencionou-se chamar estupro. Os contornos desse delito foram delimitados ao longo dos séculos, assim como a forma de compreendê-lo e tratá-lo pelo sistema de justiça penal⁶⁸. Todavia, a controvérsia sempre lhe foi uma característica peculiar, pois “seu julgamento mobiliza a interrogação sobre o possível consentimento da vítima, a análise de suas decisões, de sua vontade e de sua autonomia⁶⁹”.

Durante muito tempo o estupro sequer era condenável moral ou criminalmente, sendo visto até mesmo como um “prêmio”. Em casos de guerras, por exemplo, o vencedor detinha o direito de ter relações sexuais, independentemente de qualquer consentimento, com as mulheres da parte derrotada. Nesse contexto, o estupro era relevado pelos juízes, pois representava uma espécie de “posse de território”⁷⁰.

Do Antigo Testamento até o período medieval, o estupro passou a ser condenado social e penalmente, mas era considerado um crime contra o patrimônio, ou seja, praticado contra a propriedade privada do homem a quem a mulher violentada era subordinada. Vilhena e Zamora explicam que “roubar ou raptar uma mulher de seus proprietários de direito, normalmente pai ou marido, destruiria o seu valor de propriedade, sobretudo no caso de virgens⁷¹”. Nesse período, a mulher não era considerada sujeito de direitos, mas um mero objeto, motivo pelo qual não se punia o estupro em virtude da agressão ao corpo da mulher, mas sim pela violação à propriedade do homem.

⁶⁸ MANFRÃO, Caroline Colombelli, op. cit., p. 10

⁶⁹ VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Tradução de: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 09

⁷⁰ Ibid., p. 21.

⁷¹ VILHENA, Junia de. ZAMORA, Maria Helena. **Além do ato: os transbordamentos do estupro**. Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 12, 2004, p. 115

A partir dos séculos XVI e XVII, o estupro lentamente passou a ser percebido como uma violência sexual, mas ainda era atrelado ao conceito de “roubo da castidade e da virtude⁷²”. A preocupação aqui era com a desonra à família e não com o sofrimento da vítima. Nesse sentido, afirma Vigarello:

A repressão brutal combinava com processos falíveis e confusos que acabavam, em sua maioria, recusados pelas cortes, principalmente por causa da raridade das queixas, investigações não-concluídas e fatos pouco aprofundados. Dessa forma, é possível afirmar que reinava o pouco interesse em averiguar os danos causados às vítimas, especialmente quando se tratava de mulher adulta e não havia assassinato nem indícios materiais da agressão. Existia, por assim dizer, certa tolerância em relação à violência, o que não significa impunidade generalizada, pois a justiça se fazia presente por meio dos rituais de suplício⁷³.

Cumprido salientar que a repressão a esse delito variava de acordo com a “qualidade da vítima”. Nas palavras de Vigarello, “o erro do acusado é acusado pela fraqueza ou ‘inocência’ da vítima. A agressão contra uma jovem impúbere é mais condenável do que a de uma mulher adulta⁷⁴”. Sendo assim, quando a agressão era cometida contra uma virgem, por exemplo, a punição do agressor seria muito mais rigorosa, pois o ataque à virgindade comprometia a honra e a posição das famílias, isso porque o estupro não era considerado uma ofensa contra a mulher vítima, mas sim contra seu tutor, geralmente seu pai ou marido. Contudo, não era tão somente a virgindade da vítima que aumentava a gravidade do crime, visto que a classe social a que pertenciam a vítima e o agressor também era um fator muito importante. Dessa forma, a violência perpetrada contra uma escrava ou doméstica era considerada menos grave do que aquela cometida contra uma nobre, assim como a pobreza do agressor agravava a violação sexual⁷⁵.

Ademais, o estupro constituía nessa época uma verdadeira mácula à imagem da mulher, que se tornava impura e indigna aos olhos da sociedade. Diante da forte repressão cristã sobre qualquer assunto relacionado à sexualidade, a vítima de uma violência sexual não era tratada com piedade, mas também considerada pecadora, já que toda a carga negativa relacionada ao livre exercício da sexualidade também era associada ao estupro. Assim, ao tornar pública uma denúncia de estupro, colocava-se em xeque a moralidade da mulher violada, seu possível consentimento ou arrependimento, o que levava muitas mulheres a desistirem de delatar seu agressor⁷⁶.

⁷² VILHENA, Junia de. ZAMORA, *Além...*, p. 115

⁷³ VIGARELLO, Georges, op. cit., p. 21

⁷⁴ *Ibid.*, p. 19

⁷⁵ MANFRÃO, Caroline Colombelli, op. cit., p. 11

⁷⁶ MACHADO, Flora Barcellos de Valls, op. cit., p. 24

Com efeito, a visão da promiscuidade apagava a agressividade do crime, impondo o “prazer” como evidência à qual a vítima era confusamente associada. Essa visão de pecado e blasfêmia que permeava o estupro era um obstáculo na denúncia e na investigação das queixas, e desviava a atenção do ato em si para a vítima, que acabava irremediavelmente implicada na violência que desejava denunciar. Afinal, quando a agressão não deixava indícios físicos, frequentemente eram levantadas as teses de que a mulher havia seduzido e provocado o ofensor ou que havia consentido no ato sexual e até mesmo o inventado, de modo que o seu testemunho perdia a credibilidade e o agressor frequentemente era absolvido⁷⁷.

Havia, ainda, a crença de que era impossível um homem sozinho violentar uma mulher, pois o entendimento predominante era o de que uma mulher dispunha de meios suficientes para se defender, isto é, a resistência física bastaria para impedir o estupro. Assim, se não houvesse marcas de resistência, o estupro consumado seria considerado uma relação consentida. Portanto, os tribunais analisavam, na realidade, a reputação da vítima, o modo como ela reagiu ao ataque, bem como se o seu comportamento se enquadrava nos padrões culturais considerados adequados para a mulher. Quando a mulher não se encaixava nesse perfil, era-lhe negado o acesso à justiça e a violência sofrida era totalmente ignorada pelos juízes⁷⁸.

A partir da segunda metade do século XVIII, algumas modificações na lei penal começaram a surgir em razão da emergência de novas formas de pensamento a respeito da violência. A alteração mais significativa foi o fato de que o conteúdo da transgressão criminal começou a se dissociar das ideias de pecado e blasfêmia. Todavia, essas modificações não determinaram uma mudança imediata na abordagem cultural e na prática jurídica do estupro, que conservaram a opinião tradicional de suspeita de consentimento da mulher⁷⁹.

Sobre as mudanças ocorridas, aduz Vigarello:

A mudança ocorre em relação a certas circunstâncias do ato, como quando a vítima era criança. Além disso, surge uma nova sensibilidade quanto à impunidade do estupro, a opinião pública passa a criticar os casos em que os homens detentores de posições sociais privilegiadas abusavam dessa condição para violentar mulheres menos afortunadas na certeza de que não seriam punidos. E a impunidade, de fato, continuou a existir, pois a mudança da opinião pública não implicou em alteração nos processos judiciais, as condenações continuaram baixas⁸⁰.

⁷⁷ MANFRÃO, Caroline Colombelli, op. cit., p. 12

⁷⁸ Ibid., p. 13

⁷⁹ Ibid., p. 13

⁸⁰ VIGARELLO, Georges, op. cit., 147

Como o estupro começou a se distanciar da visão de pecado, possibilitando o abandono da referência religiosa no tratamento do crime, ocorreu, por consequência, uma “revisão teórica da imagem da vítima, também ela menos envolvida no universo do erro, e o desaparecimento possível de antigos amálgamas: aqueles que permitiam atenuar a gravidade penal do ato, associando-lhe um contágio moral dos atores⁸¹”.

Entretanto, essa mudança teórica não significou o aumento do número de queixas ou condenações, tendo em vista que a culpabilização da vítima permanecia, o que acabava coibindo as mulheres violentadas a levarem adiante uma denúncia de estupro. Afinal, mesmo com as mudanças na legislação, ainda permanecia a desconfiança no tratamento das vítimas, isto é, seu testemunho ainda continuava a ser visto com suspeita⁸².

Durante o século XIX, três grandes transformações marcaram a existência e a apreensão dos crimes sexuais: o escalonamento de violências, com a tentativa de designar atos diferentes ou menos graves do que o estupro, a exemplo do atentado violento ao pudor; o reconhecimento da violência moral como forma de exercer domínio sobre a vítima para a realização do estupro; e o aumento do número de queixas, que passaram a ser mensuradas pela nova estatística criminal⁸³.

Assim, a partir do século XIX, a violência sexual tem seus contornos ampliados para abarcar condutas que antes ficavam à margem da lei, ou seja, são criados novos crimes com o objetivo de estabelecer uma hierarquia de gravidade entre os delitos. De tal modo, o atentado violento ao pudor é construído como uma violência sexual diferente e menos grave do que o estupro com o objetivo de não limitar a ofensa às mulheres, possibilitando que os homens pudessem ser vítimas de violência sexual, assim como diversificar os crimes para estabelecer penas diferentes. Porém, a extensão da lei não foi rapidamente apreendida, uma vez que a compreensão do significado de pudor e o que ele representava não estava estabelecido na legislação, ficando a critério dos juízes, na análise do caso concreto, delimitar o seu conteúdo⁸⁴.

Com a ampliação dos crimes sexuais, eles passaram a ser agrupados na legislação sob a forma de “atentados aos costumes”. Por conseguinte, a gravidade desses delitos já não estava centrada no pecado, mas sim na ameaça à sociedade⁸⁵. Para Vigarello, “atentar contra

⁸¹ VIGARELLO, Georges, op. cit., p. 98

⁸² MANFRÃO, Caroline Colombelli, op. cit., p. 15

⁸³ Ibid., p. 15

⁸⁴ MANFRÃO, Caroline Colombelli, op. cit., p. 15

⁸⁵ MANFRÃO, Caroline Colombelli, op. cit., p. 16

os costumes é criar um prejuízo social por meio de uma imoralidade sexual, atingir pessoas em sua segurança moral, provocar um dano por ‘ataque’, mesmo que fosse um ultraje⁸⁶”.

Até a primeira metade do século XIX, somente se caracterizava a ocorrência do estupro quando o agressor utilizava a força física para obter a relação sexual. Contudo, com a emergência de novas formas de entendimento a respeito das liberdades individuais, foram revistas “as ameaças que pesam sobre a posse de si mesma da pessoa”⁸⁷, possibilitando, com isso, o reconhecimento da violência moral⁸⁸.

Esse reconhecimento, contudo, não foi imediatamente incorporado à lei, mas construído aos poucos pelos agentes do direito durante os processos. Como a coação passou a ser compreendida de forma diferente, a relação entre a violência e o não consentimento passou a ser repensada, permitindo, conforme já mencionado anteriormente, que a supressão da vontade da vítima decorresse de uma violência moral exercida mediante intimidação⁸⁹.

Em que pese o reconhecimento da violência moral, a suspeita que recai sobre a vítima não foi abolida e a gravidade das ameaças e a dificuldade de levá-las em consideração tornaram-se um paradoxo durante os processos. Assim, continuam presentes as imagens de desonestidade da queixa e submissão voluntária da mulher⁹⁰.

Nesse sentido, Vigarello afirma:

O ato continua, assim, inexoravelmente percebido sob o ângulo do agressor, e não sob o ângulo da vítima, o não-consentimento da pessoa atacada sendo inexoravelmente pensado como frágil em um episódio em que tudo poderia se inverter e a resistência tornar-se aquiescência⁹¹.

O século XIX foi marcado pelo aumento do número de queixas, tendo em vista que a violência sexual ganhou mais visibilidade, ocupando um espaço maior no imaginário social, ao mesmo tempo em que a tolerância a esse tipo de ofensa diminuiu paulatinamente. Além disso, a utilização da estatística, com seus números e cifras, permitiu a ampliação do estudo e da compreensão da criminalidade, em especial quanto aos delitos sexuais⁹².

Apesar dessas inovações, o tratamento da mulher no âmbito do sistema de justiça não teve grandes modificações em relação aos séculos anteriores, permanecendo a suspeita sobre seu consentimento e a desconfiança em relação ao seu testemunho, isso porque o

⁸⁶ VIGARELLO, Georges, op. cit., p. 136

⁸⁷ Ibid., p. 133

⁸⁸ MANFRÃO, Caroline Colombelli, op. cit., p. 16

⁸⁹ Ibid., p. 17

⁹⁰ Ibid., p. 17

⁹¹ VIGARELLO, Georges, op. cit., p. 145

⁹² MANFRÃO, Caroline Colombelli, op. cit., p. 17-18

reconhecimento da violência moral ocorreu muito lentamente e remanesciam ideias como a de que a mulher era capaz de impedir o estupro se a resistência fosse sincera⁹³.

No século XX, por sua vez, o estupro passou a ser visto sob o ponto de vista psicológico com a análise de seu efeito sobre a vítima. Assim, a gravidade do ato passou a ser medida pelo dano psicológico causado à vítima e pela tomada de posição desta perante a violência⁹⁴, conforme relata Vigarello:

A referência ao trauma interior, alusão psicológica mencionada por alguns eruditos no começo do século, por muito tempo ausente das declarações feitas pelas vítimas e pelos defensores ou peritos, se torna umas das referências maiores para qualificar a gravidade do crime. Não mais o peso moral ou social do drama, não mais a injúria ou o aviltamento, mas a desestabilização de uma consciência, um sofrimento psicológico cuja intensidade é medida por sua duração, ou até por sua irreversibilidade⁹⁵.

Para Manfrão, a partir dessa perspectiva, as vítimas começaram a questionar os ideais de uma sociedade predominantemente masculina, uma vez que tais valores constituem obstáculos à apreciação do estupro⁹⁶, demonstrando que é necessário construir uma nova forma de abordagem da violência sexual, com o objetivo de dar voz às vítimas⁹⁷.

Machado, por seu turno, afirma que as discussões sobre os crimes sexuais no século XX ganharam força e voz com o advento dos movimentos feministas, que questionaram o *status quo* de submissão feminina perante o sexo masculino e se posicionaram contrariamente ao domínio, ainda que velado, sobre o corpo e a liberdade da mulher⁹⁸.

Nesse contexto, sob a influência de diversos movimentos sociais, a tipificação e a percepção acerca do crime de estupro continuaram sofrendo várias alterações ao longo dos anos. Em seguida, será analisada a evolução histórica desse delito no ordenamento jurídico brasileiro.

2.2 ESTUPRO NO BRASIL: DO PERÍODO PRÉ-COLONIAL AO CÓDIGO PENAL DE 1940

Neste capítulo serão estudadas as definições do crime de estupro no Brasil para entender como a chamada “lógica da honestidade” foi construída e – ainda que inconscientemente – vem sendo utilizada até os dias atuais.

⁹³ MANFRÃO, Caroline Colombelli, op. cit., p. 18

⁹⁴ Ibid., p. 18

⁹⁵ VIGARELLO, Georges, op. cit., p. 213

⁹⁶ Ibid., p. 211

⁹⁷ MANFRÃO, Caroline Colombelli, op. cit., p. 18-19

⁹⁸ MACHADO, Flora Barcellos de Valls, op. cit., p. 26

No ordenamento jurídico brasileiro, o marco inicial para estudar o delito de estupro é o período pré-colonial. Conforme explicam Santos e Prado, nesta época vigorava entre as tribos indígenas a vingança privada, onde cada grupo aplicava a sua sanção àquele que havia cometido um crime sexual, que geralmente era bastante severa. Porém essa forma de solucionar os conflitos não influenciou o Direito Penal após a colonização⁹⁹.

Durante o período colonial, foram impostas ao território brasileiro as normas penais vigentes em Portugal, sendo elas as Ordenações Afonsinas, que vigoraram de 1500 a 1514, as Ordenações Manuelinas, que permaneceram vigentes entre 1514 a 1603, e as Ordenações Filipinas, que foram promulgadas em 1603 e valeram até 1830, muito embora algumas normas referentes ao Direito Civil tenham sido efetivamente revogadas apenas com o advento do Código Civil de 1916.

Segundo Fayet, as Ordenações Reais refletiam o Direito Penal medieval e objetivavam infundir o temor pelo castigo, fundamentando-se basicamente em preceitos religiosos impostos pela Igreja Católica, e a característica comum entre elas era o fato de que crime se confundia com o pecado e com a ofensa moral¹⁰⁰.

As Ordenações Afonsinas, ou Código Afonsino, consistem em uma coletânea de leis promulgada durante o reinado de Dom Afonso V, que vigoraram no Brasil a partir da sua descoberta. De acordo com Estefam, havia duas definições distintas acerca da figura do estupro: a do estupro voluntário, caracterizado no Título VIII, do Livro V, sob a epígrafe “Do que dorme com moça virgem, ou viuva per fua voontade¹⁰¹”; bem como a do estupro violento, tratado no Título VI como “Da Molher, e como fe deve a provar a força¹⁰²”. No primeiro caso, pretendia-se castigar os “pecados contra a vontade de Deus” e o delito era sancionado com o casamento ou, caso assim não desejasse a vítima, com a concessão de um dote. No segundo caso, era aplicada a pena de morte. Cumpre salientar que apenas podiam figurar como sujeito passivo desse crime as mulheres virgens, religiosas, casadas ou viúvas honestas¹⁰³.

⁹⁹SANTOS, Gabriela Gatti dos; PRADO, Florestan Rodrigo do. **Do estupro: Reflexões em face das alterações da Lei nº 12.015/2009**. ETIC – Encontro de Iniciação Científica – ISSN 21-76-8498, Vol. 10, nº 10, 2014. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/4213/3971>>. Acesso em: 05 mai. 2015, p. 06

¹⁰⁰FAYET, Fabio Agne. **O delito de estupro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 24

¹⁰¹BRASIL. **Ordenações Afonsinas**. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/15ind.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

¹⁰²Ibid.

¹⁰³ESTEFAM, André. **Direito Penal: Parte Especial (arts. 184 a 285)**. Vol. 3. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 142

As Ordenações Manuelinas, também conhecidas como Código Manuelino, promulgadas pelo rei Manuel I de Portugal, por sua vez, tratavam do estupro violento no Título XIV, do Livro V como “Do que dorme por força com qualquer molher, ou traua della, ou a leua por sua vontade¹⁰⁴” e do estupro voluntário no Título XXIII como “Do que dorme com moça virgem, ou viuua honesta por sua vontade, ou entra em casa d'outrem pera com cada hua dellas dormir, ou com escraua branca de guarda. E do que dorme com molher, que anda no Paaço¹⁰⁵”. Percebe-se, assim, que houve uma abrangência significativa em relação ao polo passivo do tipo penal, uma vez que mulheres escravas e prostitutas passaram a ser incluídas como possíveis vítimas. O regramento em relação às penas permaneceu o mesmo, ou seja, o estupro violento era punido com a pena capital, enquanto o estupro voluntário era sancionado com o casamento ou, se a vítima assim não desejasse, com a concessão de um dote.

Na mesma linha das Ordenações anteriores, nas Ordenações Filipinas, ou Código Filipino, promulgadas por Filipe II de Espanha, ou Felipe I de Portugal, durante o domínio castelhano, o crime de estupro voluntário de mulher virgem foi definido no Título XXIII, do Livro V como “Do que dorme com mulher virgem, ou viúva honesta por sua vontade¹⁰⁶” e acarretava para o autor a obrigação de se casar com a “donzela” e, não sendo possível o casamento, surgia o dever de constituir um dote para a vítima. Se o autor não possuísse bens, ele era açoitado e degredado, a não ser que fosse fidalgo ou pessoa que detinha uma posição social privilegiada, oportunidade em que recebia tão somente a pena de degredo¹⁰⁷, isto é, a obrigação de se retirar do local de domicílio da ofendida.

Por outro lado, o crime de conjunção carnal violenta foi definido no Título XVIII como “Todo homem, de qualquer stado e condição que seja, que forçosamente dormir com qualquer mulher postoque ganhe dinheiro per seu corpo, ou seja scrava, morra por ello”¹⁰⁸. Conforme explica Martins, esse delito era punido com a pena de morte – a não ser que a vítima fosse escrava ou prostituta¹⁰⁹ –, que subsistia mesmo em caso de casamento entre autor e vítima. Todavia, essa severidade não era estranha para a época, tendo em vista que esse era

¹⁰⁴ BRASIL. **Ordenações Manuelinas**. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l5ind.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2015

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ BRASIL. **Ordenações Filipinas**. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5ind.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2015

¹⁰⁷ PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro: Parte especial – arts. 121 a 249**. Vol. 2. 9. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 647

¹⁰⁸ BRASIL. **Ordenações Filipinas**. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1168.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2015

¹⁰⁹ Nesse caso, as Ordenações Filipinas previam: “Porém, quando fôr com mulher, que ganhe dinheiro per seu corpo, ou com scrava, não se fará execução, até nol-o fazerem saber, e per nosso mandado”.

o tratamento punitivo normal para quase todos os chamados *delicta carnis*, ou crimes sexuais, o qual se estendia a vários outros crimes¹¹⁰.

Em síntese, pelo exposto anteriormente, pode-se auferir que as Ordenações Reais visavam tutelar tão somente a honra da mulher virgem e da viúva honesta e, por consequência, as mulheres que não se enquadravam nesse “perfil” não eram merecedoras de proteção jurídica.

Com a proclamação da independência do Brasil e o advento da Constituição de 1824, foi promulgado o Código Criminal do Império de 1830 – primeiro código penal brasileiro –, que vigorou no período compreendido entre 1831 a 1891.

Segundo Martins, o Código Criminal do Império do Brasil foi o primeiro diploma a utilizar a rubrica “estupro” para denominar um crime, porém a mesma não representava apenas esse delito em si, isto é, conjunção carnal forçada, mas também outros crimes de conotação sexual, técnica redacional que foi duramente criticada pela doutrina à época¹¹¹.

O autor afirma que o Código Criminal de 1830 previa, sob a mesma rubrica de “estupro”, os seguintes delitos: a) defloramento de mulher virgem e menor de dezesseis anos (artigo 219); b) defloramento de mulher virgem e menor de dezesseis anos por quem a tem sob seu poder ou guarda (artigo 220); c) defloramento de mulher virgem e menor de dezesseis anos por pessoa a ela relacionada por grau de parentesco que não admita dispensa para casamento (art. 221); d) cópula carnal por meio de violência ou ameaça com mulher honesta (artigo 222); e) ofensa pessoal a mulher para fim libidinoso, causando-lhe dor ou mal corpóreo, sem que se verifique a cópula carnal (artigo 223); e f) sedução de mulher honesta e menor de dezessete anos, praticando com ela conjunção carnal (artigo 224)¹¹².

A tipificação do estupro propriamente dito estava disposta no art. 222 do Capítulo II, que tratava “Dos crimes contra a segurança da honra”, do Título II, que versava acerca “Dos crimes contra a segurança Individual”, com a seguinte redação: “Ter cópula carnal por meio de violencia ou ameaças, com qualquer mulher honesta” (redação original)¹¹³.

Em relação às penas, se o estupro fosse praticado contra “mulher honesta”, a pena aplicada seria a prisão de três a doze anos, bem como a constituição de um dote em favor da ofendida, para que esta conseguisse um bom casamento após o delito. Todavia, se a vítima

¹¹⁰ MARTINS, José Renato. **O delito de estupro após o advento da Lei 12.015/09: Questões controvertidas em face das garantias constitucionais**. Anais do X simpósio Nacional de Direito Constitucional da ABDConst, 2013. Disponível em: <<http://www.abdconst.com.br/anais2/DelitoJose.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015, p. 09

¹¹¹ MARTINS, José Renato, op. cit., p. 10

¹¹² Ibid., p. 10

¹¹³ BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 05 mai. 2015

fosse prostituta, a pena seria menor, ou seja, de apenas um mês a dois anos de prisão, demonstrando, com isso, que ela possuía um valor menor em relação à primeira.

Sobre o referido diploma legal, Teixeira assevera:

Com a independência do Brasil e a Constituição de 1824, o direito penal instituiu o Código Criminal do Império, erigido sobre bases de equidade e justiça. A despeito disso, a mulher continuou sendo classificada como honesta e desonesta, dependendo de sua reputação e conduta sexual. O atributo da virgindade ainda participava de critérios adotados pela sociedade para julgar a mulher como digna ou não¹¹⁴.

O art. 223, por seu turno, definia o que posteriormente passou a ser denominado atentado violento ao pudor: “Quando houver simples ofensa pessoal para fim libidinoso, causando dôr, ou algum mal corporeo a alguma mulher, sem que se verifique a copula carnal”¹¹⁵ (redação original). Nesse caso, a punição era mais branda, acarretando prisão de um a seis meses, além de multa correspondente à metade do tempo de condenação e possíveis outras que fossem ao réu incumbidas.

De acordo com Martins, além de ter abrandado consideravelmente a pena em relação às Ordenações Filipinas, o Código Criminal de 1830 passou a prever a possibilidade de extinção da pena do estupro caso a ofendida se casasse com o ofensor¹¹⁶, conforme disposição do art. 225¹¹⁷, que era, na realidade, uma forma de “restaurar a honra” da mulher vítima de estupro, já que era justamente a sua reputação o objeto jurídico tutelado por esse tipo penal.

Denota-se que, não obstante as legislações penais analisadas terem absorvido algumas mudanças socioculturais de suas épocas, o bem jurídico protegido pelo Estado continuava sendo a honra e virgindade da mulher e a determinação punitiva do crime de estupro ainda estava vinculada à análise do comportamento sexual pregresso da vítima ao invés do delito em si, conforme leciona Teixeira:

A evolução jurídica do sistema penal se ateu às concepções machistas que colocaram o homem sempre em posição superior à da mulher nas relações como um todo, atribuindo a ela conceitos de honestidade que nunca foram debatidos em relação ao homem, como se ele fosse honesto por natureza, independentemente de sua postura sexual seja ela qual fosse¹¹⁸.

¹¹⁴ TEIXEIRA, Deice Silva. **A mulher violentada: a suavidade da propaganda na perpetuação da dominação masculina**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p. 27

¹¹⁵ BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 05 mai. 2015

¹¹⁶ MARTINS, José Renato, op. cit., p. 11

¹¹⁷ “Art. 225. Não haverão as penas dos tres artigos antecedentes os réos, que casarem com as offendidas”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 05 mai. 2015

¹¹⁸ TEIXEIRA, Deice Silva, op. cit., p. 29-30

Com a derrubada da monarquia brasileira e o nascimento da República, foi promulgado o Código Penal de 1890, também conhecido como Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, que teve vigência entre 1891 até 1932. Salienta-se que esse diploma foi promulgado pelo Decreto de Governo Provisório n. 847, de 11 de outubro de 1890, só tendo entrado em vigor no ano de 1891, face ao Decreto n. 1.127, de 06 de dezembro de 1890, que assinava o prazo de seis meses para a sua execução no território nacional¹¹⁹.

O Código Republicano inovou em relação à legislação penal até então existente, pois a denominação “estupro” foi consagrada e restrita à prática de conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça¹²⁰. O art. 269 definiu: “Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violencia de uma mulher, seja virgem ou não”¹²¹ (redação original).

A parte final do art. 269, por sua vez, definia a violência para além do uso da força física, nestes termos: “Por violencia entende-se não só o emprego da força physica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se, como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e em geral os anesthesicos e narcóticos”¹²² (redação original).

O art. 269 estava inserido no Capítulo I, que tratava “Da violência carnal”, do Título VIII, que tratava “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”. Assim, percebe-se que neste diploma legal existe não apenas a tutela da honra da vítima, mas também de sua família.

Além disso, o art. 268, que tratava especificamente do crime de estupro, preceituava o seguinte:

Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: Pena - de prisão cellular por um a seis annos.

§ 1º Si a estuprada for mulher publica ou prostituta: Pena - de prisão cellular por seis mezes a dous annos.

§ 2º Si o crime for praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será augmentada da quarta parte¹²³. (redação original)

Houve, portanto, uma ampliação em relação ao sujeito passivo, pois não se exigia mais que a vítima fosse virgem para ser configurado o delito, porém ainda se exigia que ela fosse honesta. Com efeito, somente as mulheres que se enquadravam no conceito de

¹¹⁹ CUANO, Rodrigo Pereira. **História do Direito Penal Brasileiro**. Universo Jurídico, Juiz de Fora, ano XI, 06 de jun. de 2001. Disponível em: <http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/884/historia_do_direito_penal_brasileiro>. Acesso em: 05 mai. 2015

¹²⁰ MARTINS, José Renato, op. cit., p. 12

¹²¹ BRASIL, **Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 05 mai. 2015

¹²² Ibid.

¹²³ “Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta”. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 05 mai. 2015

honestidade da época seriam protegidas pelo direito penal, sendo que as demais, por não se comportarem da maneira esperada pela sociedade, não eram legitimadas a ocupar o polo passivo do crime de estupro.

Destarte, seguindo a tendência da evolução do direito penal, assim como já havia ocorrido no Código Criminal do Império em relação às Ordenações Filipinas, o Código Republicano cominou uma pena mais branda a esse delito¹²⁴. Ademais, continuava ainda a distinção de penas em relação ao estupro cometido contra uma mulher honesta e aquele praticado contra uma “mulher pública” ou prostituta. Em relação à primeira, a pena cominada era prisão celular de um a seis anos. Já para a segunda, a pena seria de apenas dois meses a dois anos.

O crime de atentado violento ao pudor, por seu turno, estava disposto no art. 266 como “Attentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violencias ou ameaças, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral¹²⁵” (redação original) e também era punido com prisão celular de um a seis anos.

Conforme já mencionado anteriormente, a redação do Código Penal da República foi duramente criticada pelos doutrinadores, motivo pelo qual surgiram vários projetos para substituí-lo. Entretanto, conforme explica Martins, o código em questão não foi substituído na íntegra, mas profundamente alterado e acrescido de várias leis penais extravagantes, com o objetivo de completá-lo, o que motivou a Consolidação das Leis Penais de 1932¹²⁶.

Todavia, no tocante ao delito de estupro, nenhuma alteração foi feita entre o Código Penal de 1890 e a Consolidação das Leis Penais de 1932. Com efeito, sequer a numeração do artigo foi alterada, sendo apenas realizadas algumas pequenas atualizações ortográficas na redação da Consolidação¹²⁷.

Dentre os projetos de reforma penal que foram propostos após o Código Penal de 1890, o principal foi o Projeto do Código Criminal brasileiro, de autoria do Professor Alcântara Machado. Esse projeto – então definitivo – foi entregue pela comissão revisora em 04 de novembro de 1940 e sancionado em 07 de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei n. 2.848, mas entrou em vigência somente no dia 01 de janeiro de 1942¹²⁸.

No Código Penal de 1940, o delito de estupro foi originalmente inserido no art. 213 do Capítulo I, que versava acerca “Dos crimes contra a liberdade sexual”, do Título VI,

¹²⁴ MARTINS, José Renato, op. cit., p. 12-13

¹²⁵ BRASIL, **Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 05 mai. 2015

¹²⁶ MARTINS, José Renato, op. cit., p. 13

¹²⁷ Ibid, p. 13

¹²⁸ MARTINS, José Renato, op. cit., p. 14

que tratava “Dos crimes contra os costumes”, com a seguinte redação: “Constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça¹²⁹”. O legislador cominou a esse delito a pena de reclusão de três a oito anos.

Por outro lado, o atentado violento ao pudor era tratado no art. 214 do Código Penal nos seguintes termos: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal¹³⁰”. Nessa hipótese, a pena aplicada era a de reclusão de dois a sete anos.

Cumprе salientar que essa compilação retirou o termo “mulher honesta” da definição do crime de estupro, mas o manteve em outros delitos, como a posse sexual mediante fraude (art. 215), o atentado ao pudor mediante fraude (art. 216) e o rapto violento ou mediante fraude (art. 210).

Não bastasse isso, na exposição de motivos, formulada por Francisco Campos, demonstrou-se a manutenção do conservadorismo, da culpabilização da vítima e da desconfiança em relação ao seu testemunho, pois, citando Filipo Manci, afirmou: “Já foi dito, com acerto, que ‘nos crimes sexuais, nunca o homem é tão algoz que não possa ser, também, um pouco vítima, e a mulher nem sempre é a maior e a única vítima dos seus pretendidos infortúnios sexuais¹³¹’”.

O Código Penal de 1940 é vigente até hoje, mas, diante da necessidade de sua atualização, pelas razões já demonstradas, o diploma começou a passar por alterações pontuais.

A primeira alteração realizada no tipo penal do estupro do Código Penal de 1940 ocorreu por meio da Lei Federal n. 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente¹³², a qual acrescentou o parágrafo único ao artigo 213, prevendo pena de quatro a dez anos de reclusão nos casos em que a ofendida fosse menor de catorze anos de idade.

¹²⁹ BRASIL. **Decreto Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 06 mai. 2015

¹³⁰ Ibid.

¹³¹ BRASIL. **Exposição de motivos da parte especial do Código Penal**. Disponível em: <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=1-96-15-1940-12-07-2848-CP>>. Acesso em: 06 mai. 2015

¹³² BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 06 mai. 2015

Posteriormente, a Lei Federal n. 8.072/1990, denominada de Lei dos Crimes Hediondos¹³³, alterou a sanção de reclusão de três a oito anos originalmente prevista no artigo 213 para seis a dez anos.

Por fim, a Lei Federal n. 9.281/1996 revogou expressamente o parágrafo único do artigo 213, que tratava do estupro praticado contra menor de catorze anos¹³⁴.

Ocorre que tais mudanças não foram suficientes para adequar o Código Penal de 1940 à atual realidade social, razão pela qual foi promulgada a Lei n. 12.015/2009¹³⁵, que alterou substancialmente o referido diploma legal no tocante aos crimes sexuais, a qual será estudada na sequência.

2.3 A LEI N. 12.015/2009 E A ATUAL DEFINIÇÃO DE ESTUPRO

A Lei n. 12.015/09 entrou em vigor no dia 10 de agosto de 2009 e realizou significativas modificações no Título VI do Código Penal de 1940, promovendo a inclusão de novos dispositivos, revisão e exclusão de outros.

Segundo Prado, o legislador de 2009 inovou em alguns aspectos no tratamento dos crimes sexuais, com o intuito de afastar qualquer ranço arcaico e inapropriado referente à ideia de moral e bons costumes presentes na versão original do Código Penal, afastando conceitos em desuso ou em contradição com o atual momento histórico-social e cultural¹³⁶.

A principal modificação consiste na alteração da própria nomenclatura conferida ao Título VI, pois a expressão “crimes contra os costumes” foi substituída por “crimes contra a dignidade sexual”, dando relevo à dignidade sexual, que está diretamente vinculada à liberdade e ao direito de escolha de parceiros¹³⁷.

Tal alteração, ainda que tardia, representou um grande avanço, pois a expressão “crimes contra os costumes” era extremamente conservadora e representava tão somente um

¹³³ BRASIL. **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8072.htm>. Acesso em: 06 jun. 2015

¹³⁴ BRASIL. **Lei nº 9.281, de 04 de junho de 1996**. Revoga os parágrafos únicos dos arts. 213 e 214 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9281.htm>. Acesso em: 06 jun. 2015

¹³⁵ BRASIL. **Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm>. Acesso em: 06 jun. 2015

¹³⁶ PRADO, Luiz Regis, op. cit., p. 648

¹³⁷ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal. 4: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública**. 6. ed. ver. e ampl. – São Paulo: Saraiva: 2012, p. 44

indicativo do comportamento sexual imposto pelo Estado às pessoas por conveniências sociais¹³⁸. Na mesma linha, Piazzetta sustenta:

O sentido da expressão “crimes contra os costumes” leva em conta os comportamentos sexuais que norteiam a vida de um povo num momento determinado e, por isso, a ordem pública – os ditos bons costumes – é mais visada do que propriamente tutelada a vítima¹³⁹.

Duarte e Passos ressaltam que a redação anterior se mostrava completamente inadequada face ao texto constitucional e à nova realidade social, porquanto o bem jurídico a ser tutelado deveria ser a liberdade ao próprio corpo, que está intimamente ligada à dignidade humana¹⁴⁰, e não os hábitos da vida social aprovados pela lei moral prática, conforme afirmava Hungria na seguinte passagem:

O vocábulo “costumes” é aí empregado para significar (sentido restritivo) os hábitos da vida sexual aprovados pela moral prática, ou, o que vale o mesmo, a conduta sexual adaptada à conveniência e disciplinas sociais. O que a lei penal se propõe a tutelar, *in subjecta materia*, é o interesse jurídico concernente à preservação do mínimo ético reclamado pela experiência social em torno dos fatos sexuais¹⁴¹.

Houve, assim, uma mudança de paradigmas, pois passou-se a tutelar a liberdade sexual da pessoa em sentido amplo, que diz respeito ao livre consentimento ou formação da vontade em matéria sexual e à inviolabilidade carnal¹⁴², de modo a criminalizar condutas praticadas sem o consentimento de uma das partes ao invés da moral média da sociedade e dos bons costumes, que determinava como as pessoas deveriam se comportar sexualmente perante a sociedade.

Ainda sobre tal alteração, Greco comenta:

(...) A expressão crimes contra os costumes já não traduzia a realidade dos bens juridicamente protegidos pelos tipos penais que se encontravam no Título VI do Código Penal. O foco da proteção já não era mais a forma como as pessoas deveriam se comportar sexualmente perante a sociedade do século XXI, mas sim a tutela da sua dignidade sexual.

O nome dado a um Título ou mesmo a um Capítulo do Código Penal tem o condão de influenciar na análise de cada figura típica nele contida, pois, através de uma interpretação sistêmica, ou mesmo de uma interpretação teleológica, onde se busca a finalidade da proteção legal, pode-se concluir a respeito do bem que se quer proteger, conduzindo, assim, o intérprete, que não poderá fugir às orientações nele contidas¹⁴³.

¹³⁸ MAGALHÃES, Livia, op. cit.

¹³⁹ PIAZZETTA, Naele Uchoa. **O princípio da igualdade no direito penal brasileiro – uma abordagem de gênero**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 142

¹⁴⁰ DUARTE, Cláudia Tereza; PASSOS, Thallys Mendes. **Breves considerações a respeito da Lei 12.015/09 (Lei dos Crimes contra a Dignidade Sexual)**. Disponível em: <<http://www.charlieoscartango.com.br/Images/Artigocrimessexuais.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2015

¹⁴¹ HUNGRIA, Nélon. **Comentários ao Código Penal**. v. VIII – arts. 197 a 249. Rio de Janeiro: Forense, 1959, p. 103-104

¹⁴² PRADO, Luiz Regis, op. cit., p. 649

¹⁴³ GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Especial, volume III**. 7. ed. Niterói: Impetus, 2010, p. 251

Todavia, o termo “dignidade sexual” trouxe uma discussão doutrinária, especialmente pela complexidade e subjetividade em determinar quais atos podem ser considerados dignos e quais podem ser considerados indignos, trazendo, com isso, uma alta carga de moralismo. O ideal seria que os crimes sexuais tivessem sido incluídos entre os delitos contra a pessoa, diante da mácula à liberdade individual.

Nesse diapasão, Franco afirma o seguinte:

Em matéria de sexualidade enquanto componente inafastável do ser humano, não se cuida de sexo digno ou indigno, mas tão-somente de sexo realizado com liberdade ou sexo posto em prática mediante violência ou coação, ou seja, com um nível maior ou menor de ofensa à autodeterminação sexual do parceiro. Destarte, toda lesão à liberdade sexual da pessoa humana encontra seu núcleo na falta de consensualidade. Fora daí não há conduta sexual que deva ser objeto de consideração na área penal¹⁴⁴.

Além disso, a redação original do Código Penal de 1940 previa dois tipos incriminadores para duas ações distintas, pois o estupro era cometido apenas por quem constrangia mulher, mediante violência ou grave ameaça, à prática de conjunção carnal, enquanto aquele que constrangia alguém, nas mesmas circunstâncias, a praticar ou permitir com ele se praticasse qualquer ato libidinoso, incorria no crime de atentado violento ao pudor.

Contudo, após a edição da Lei n. 12.015/09, houve uma junção de conteúdos, com a equiparação terminológica entre as figuras típicas do estupro e do atentado violento ao pudor, que acabaram fusionadas sob o *nome juris* de estupro¹⁴⁵. Com isso, o art. 214 foi revogado, uma vez que o atentado violento ao pudor deixou de ser um fato típico isolado com sua respectiva pena e passou a se integrar no art. 213 do Código Penal, face à unificação dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor em um só tipo penal, previsto no art. 213.

Assim, as condutas caracterizadoras do crime de estupro foram ampliadas, visto que hoje a expressão “estupro” consiste na conduta do agente que constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

Outra significativa mudança feita pela Lei n. 12.015/09 foi a transformação do estupro de crime próprio para crime comum. Sob a ótica da redação anterior, o sujeito passivo do crime de estupro era somente a mulher e o sujeito ativo apenas o homem, sendo que a mulher só responderia pelo ilícito em hipótese de concurso de pessoas e na condição de coautora ou partícipe. Desse modo, esse delito era classificado como próprio, tendo em vista

¹⁴⁴ FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui. **Código penal e sua interpretação jurisprudencial**. v. 1, t. 2. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 1.018-1.019

¹⁴⁵ PRADO, Luiz Regis, op. cit., p. 648

que exigia uma particular condição ou qualidade pessoal do autor, ou seja, ser do sexo masculino. Contudo, após o advento da Lei n. 12.015/2009, passou a ser definido com um crime comum, isto é, pode ser praticado ou sofrido, indistintamente, por homem ou mulher¹⁴⁶.

Bitencourt afirma que, após a redação determinada pela Lei n. 12.015/2009, o bem jurídico protegido é a “liberdade sexual do homem e da mulher, ou seja, a faculdade que ambos têm de escolher livremente seus parceiros sexuais, podendo recusar inclusive o próprio cônjuge, se assim o desejarem¹⁴⁷” e não mais a honra da mulher e da família, tampouco a virgindade e o pudor público.

A aglutinação dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor e a naturalização de gênero em relação aos sujeitos passivo e ativo geraram uma discussão entre os doutrinadores, pois parte deles justificava a diferenciação dos crimes e a tipificação autônoma sob o fundamento de que a conjunção carnal poderia acarretar uma gravidez e, por essa razão, deveria ser mais severamente punida, mesmo argumento utilizado por Hungria nos anos 50¹⁴⁸.

Porém, percebe-se que essa maior repressão à conjunção carnal pretende, na realidade, proteger a unidade familiar e sucessória e não o direito ao próprio corpo e o livre exercício da sexualidade da mulher vítima da violação sexual. Nessa linha, cabe trazer o ensinamento de Andrade:

A sexualidade feminina referida ao coito vaginal diz respeito à reprodução e a função reprodutora (dentro do casamento) encontra-se protegida sob a forma da sexualidade honesta. De modo que protegendo-a, mediante a proteção seletiva da mulher honesta (que é a mulher comprometida com o casamento, a constituição da família e a reprodução legítima), protege-se, latentemente, a unidade familiar, e indiretamente, a unidade sucessória (o direito de família e sucessões) que, em última instância, mantém a unidade da classe burguesa no capitalismo¹⁴⁹.

Desta forma, essa crítica é totalmente infundada, visto que o direito à liberdade sexual deve ser tutelado a homens e mulheres, não obstante reconheça-se que a violência sexual tem se manifestado primordialmente como um problema de gênero, que afeta muito mais as mulheres.

A nova lei também revogou o art. 224, que determinava as causas de presunção de violência em relação à caracterização do estupro e do atentado violento ao pudor e efetuou a inserção do art. 217-A ao Código Penal, que prevê a tipificação do crime de estupro de vulnerável. Antes, se o sujeito ativo mantivesse conjunção carnal ou praticasse outro ato

¹⁴⁶ BITENCOURT, Cezar Roberto, op. cit., p. 46-47

¹⁴⁷ BITENCOURT, Cezar Roberto, op. cit., p. 45

¹⁴⁸ HUNGRIA, Nelson, op. cit., p. 118

¹⁴⁹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Violência...**, p. 101

libidinoso com pessoa menor de catorze anos, que não tinha o necessário discernimento para a prática do ato em razão de enfermidade ou deficiência mental ou que era incapaz de oferecer resistência por qualquer outra causa, haveria presunção de violência, que poderia ser afastada em determinadas situações. A jurisprudência frequentemente rechaçava tal presunção nos casos em que houvesse o consentimento ou quando a vítima fosse prostituta, por exemplo. Todavia, após a Lei 12.015/2009, essa presunção passou a ser absoluta e não mais relativa, sendo, portanto, irrelevante a experiência sexual da vítima ou o seu consentimento para o ato sexual.

Além disso, a Lei n. 12.015/2009, em seu art. 4º, alterou a redação do art. 1º, incisos V e VI da Lei n. 8.072/1990, mais conhecida como Lei dos Crimes Hediondos, deixando claro que o estupro, em qualquer de suas modalidades – não somente quando acarretar lesão corporal grave ou morte –, é considerado crime hediondo. Por consequência, o condenado por crime hediondo não poderá ser beneficiado com graça, anistia, indulto ou fiança, bem como deverá cumprir inicialmente a pena aplicada em regime fechado¹⁵⁰, nos termos do que preceitua o art. 2º da Lei n. 8.072/1990.

A Lei n. 12.015/2009 alterou, ainda, a regra geral relativa à espécie de ação no crime de ação. Conforme afirma Magalhães, antes o estupro era processado mediante ação penal privada, ou seja, à exceção dos casos de violência real¹⁵¹, cabia à ofendida decidir se iria acusar ou não o seu agressor. Para possibilitar a persecução criminal, a vítima deveria oferecer queixa no prazo decadencial de seis meses, nos termos do art. 38 do Código de Processo Penal, caso contrário, o agressor não iria a julgamento. Diante do princípio da disponibilidade, a ofendida poderia desistir de dar início à ação penal ou prosseguir na lide até o trânsito em julgado da sentença condenatória¹⁵².

A autora continua dizendo que, a partir da sanção da Lei n. 12.015/2009, a ação passou a ser pública condicionada à representação, isto é, a vítima deve autorizar, no prazo decadencial de seis meses, que o Estado – autoridade policial e Ministério Público – dê início à persecução penal. O ofendido poderá se retratar da representação até o oferecimento da denúncia e não do recebimento, impedindo, assim, que o Ministério Público promova a ação penal¹⁵³.

¹⁵⁰ MARTINS, José Renato, op. cit., p. 30

¹⁵¹ A Súmula 608 do STF dizia que, no crime de estupro praticado com violência real, a ação penal seria pública incondicionada.

¹⁵² MAGALHÃES, Livia, op. cit.

¹⁵³ MAGALHÃES, Livia, op. cit.

Todavia, ressalta-se que existe uma exceção legal, pois, se o estupro recair sobre pessoa menor de dezoito anos ou vulnerável, a ação penal pública será incondicionada, ou seja, independará de qualquer providência da vítima ou do seu representante legal a iniciativa e o prosseguimento da ação penal. Nesse caso, conforme explica Magalhães, não se questiona o interesse do ofendido, pois o interesse do Estado se sobrepõe ao da vítima¹⁵⁴.

Finalmente, a nova lei trouxe duas formas qualificadas para o crime de estupro. Para quem comete o crime tipificado no *caput* do art. 213, a pena cominada é de reclusão de seis a dez anos. Porém, se o crime for cometido contra vítima menor de dezoito e maior de catorze anos ou se da conduta resultar lesão corporal de natureza grave, a pena cominada será de reclusão de oito a doze anos. Por outro lado, se a ação criminosa resultar em morte, a pena aplicada consistirá em reclusão de doze a trinta anos.

Ainda, o art. 234-A do Código Penal, nos termos da redação que lhe foi dada pela Lei n. 12.015/2009, assevera que a pena será aumentada de metade se do crime resultar gravidez e de um sexto até a metade se o agente transmitir à vítima doença sexualmente transmissível que sabe ou deveria saber ser portador.

Diante do exposto, é possível concluir que as modificações legislativas e a naturalização do gênero em relação aos sujeitos passivo e ativo ainda são insuficientes para alterar a realidade social, pois a realidade demonstra que a violência sexual, mormente o estupro, continua se manifestando como um delito de sujeitos específicos, ou seja, como um crime majoritariamente cometido contra a mulher, sendo marcado por relações de poder e de gênero.

2.4 A “LÓGICA DA HONESTIDADE”

Conforme se percebe pela análise legislativa feita anteriormente, o denominador comum em toda a história do estupro é a coisificação da mulher vítima do crime. Afinal, em praticamente em todas as sociedades conhecidas, a ocorrência do delito era analisada sob fundamentos que sempre trataram a dignidade e a liberdade sexual da mulher de forma subsidiária¹⁵⁵.

Inicialmente, o estupro sequer era condenável moral ou penalmente. Posteriormente, até passou a ser condenado criminalmente, mas era visto como um crime praticado contra o patrimônio do homem a que a mulher violentada estava subordinada, pois

¹⁵⁴ MAGALHÃES, Livia, op. cit.

¹⁵⁵ LIMA, Marina Torres Costa, op. cit., p. 16

esta era vista tão somente como um objeto. Com o passar do tempo, a mulher foi sendo paulatinamente percebida como um sujeito de direitos, de modo que o estupro passou a ser reconhecido como uma violência sexual, mas a preocupação ainda era com a desonra da família e não com o sofrimento da vítima. Lentamente, passou-se a condenar o estupro como uma violação ao corpo da mulher. Entretanto, apesar dessa evolução acerca da percepção do delito, ainda existem ranços patriarcais e a desconfiança em relação ao testemunho da vítima permanece, fazendo com que as mulheres sejam novamente violentadas ao levar adiante uma denúncia de estupro, o que será melhor analisado no capítulo seguinte.

Ademais, observa-se que durante muito tempo a expressão “mulher honesta” constituiu um elemento normativo do tipo penal de estupro, ou seja, a honestidade era um requisito para a configuração desse delito. Assim, era feita uma análise acerca da reputação sexual da mulher, por meio de critérios completamente subjetivos e patriarcais, para verificar se ela era merecedora da proteção do sistema de justiça penal. Se a mulher se encaixasse no padrão da moral sexual dominante ela poderia ser considerada vítima desse crime sexual, caso contrário, ela estaria reivindicando direitos que não lhes eram garantidos, o que significa dizer que ela poderia ser estuprada à vontade.

Demonstrando a seletividade e a discriminação do sistema penal da época, Hungria conceituou mulher honesta como:

[...] não somente aquela cuja conduta, sob o ponto de vista da moral sexual, é irrepreensível, senão também aquela que ainda não rompeu com o *minimum* de decência exigido pelos *bons costumes*. Só deixa de ser honesta (sob o prisma jurídico-penal) a mulher francamente desregrada, aquela que, inescrupulosamente, *multorum libidini patet*, ainda que não tenha descido à condição de autêntica prostituta. Desonesta é a mulher *fácil*, que se entrega a uns e outros, por interesse ou mera depravação (*cum vel sine pecunia accepta*). Não perde a qualidade de honesta nem mesmo a amásia, a concubina, a adúltera, a atriz de cabaré, desde que não se despeça dos banais preconceitos ou elementares reservas de pudor¹⁵⁶.

Segundo Torres, a expressão “mulher honesta” foi cunhada por uma ideologia embasada nos paradigmas da dominação masculina, em concepções morais ultrapassadas, na submissão carnal e na subordinação entre os sexos. Assim, o conceito de honestidade da mulher era determinado, exclusivamente, por padrões androcêntricos, que estabeleciam rigoroso controle sobre a sexualidade feminina¹⁵⁷.

No mesmo sentido, Filho e Fernandes afirmam que tal expressão demonstra o controle político sobre o comportamento e o corpo das mulheres, pois as escolhas sexuais da

¹⁵⁶ HUNGRIA, Nélon, op. cit., p. 150

¹⁵⁷ TORRES, José Henrique Rodrigues. **Dignidade sexual e proteção no sistema penal**. Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano. ISSN 0104-1282. Vol. 21, n. 2, São Paulo, 2001, p. 01

mulher passavam por um crivo social, que era reafirmado pelo Estado e ainda utilizado como critério para proteção jurídica de violência sexual que pudesse vir a sofrer¹⁵⁸.

Os autores citados acima mencionam que o maior ônus durante a vigência da figura jurídica da “mulher honesta” como elemento desses tipos penais recaía sobre as profissionais do sexo que, por tirarem seu sustento das práticas sexuais, estariam automaticamente destituídas do direito ao próprio corpo e à imposição de limites externos sobre os mesmos¹⁵⁹.

Na mesma linha, afirma Andrade:

(...) as mulheres estereotipadas como “desonestas” do ponto de vista moral sexual, em especial as prostitutas, não apenas não são consideradas vítimas, mas podem ser convertidas, como auxiliares das teses vitimológicas mais conservadoras, de vítima em acusadas ou réis em um nível crescente de argumentação que inclui elas terem “gostado” ou “tido prazer”, provocado, forjado o estupro ou “estuprado” o pretenso estuprador¹⁶⁰.

Destaque-se que, muito embora nas Ordenações Manuelinas e Filipinas já aparecesse a expressão “viúva honesta”, o conceito de “mulher honesta” foi introduzido no crime de estupro no ordenamento jurídico brasileiro pelo art. 222 do Código Penal de 1832 e permaneceu no art. 262 do Código Penal de 1890. Com a reformulação do crime de estupro, a expressão deixou de ser inserida no Código Penal de 1940, mas permaneceu impregnada na formulação dos delitos de posse sexual mediante fraude, atentado ao pudor mediante fraude e rapto violento ao mediante fraude, sendo retirada apenas em 2005, por intermédio da Lei n. 11.106/2005¹⁶¹.

Portanto, há tão somente dez anos atrás ainda era totalmente legítimo excluir da proteção penal uma mulher que havia sofrido uma violência sexual, mas que não se enquadrava no conceito de honestidade definido pelos magistrados. Entretanto, por tratar-se de um complexo e antigo sistema de opressão – que é diariamente justificado e reforçado pelo senso comum e pelos sistemas formais e informais de controle –, essa discriminação em relação às mulheres não supera totalmente com uma simples alteração legislativa.

Sobre o tema, importante trazer o ensinamento de Sabadell, segundo o qual os termos “machismo” e “sexismo” podem criar a falsa impressão de que a relação entre homens e mulheres depende tão somente da vontade das pessoas, havendo homens “bons”, que respeitam as mulheres, e homens “ruins”, que são violentos, arrogantes, possessivos, etc. Todavia, a teoria feminista indica que essa ideia é falsa, pois o problema não é a postura de

¹⁵⁸ FILHO, Francisco Humberto Cunha; FERNANDES, Leonísia Moura, op. cit., p. 11

¹⁵⁹ Ibid., p. 11-12

¹⁶⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Violência...**, p. 99-100

¹⁶¹ SABADELL, Ana Lucia, op. cit., p. 272

certos homens, mas uma cultura que influencia toda a sociedade – o chamado patriarcado –, que consiste em uma “forma de relacionamento, de comunicação entre os gêneros, caracterizada pela dominação do gênero feminino pelo masculino”¹⁶².

Assim, apesar da evolução legislativa, Maia aduz que ainda estamos longe de alcançar a verdadeira justiça, pois ainda são assustadoramente frequentes os casos em que as vítimas são subjugadas, expostas à humilhação por não apresentarem reações “esperadas” – já que não existe uma reação “típica” – de quem sofrera violência sexual ou simplesmente por não se adequarem a um protótipo pré-concebido de “vítima perfeita”¹⁶³.

Logo, o fato de a mencionada expressão ter sido oficialmente retirada da legislação penal em 2005 não significa que a distinção entre mulheres honestas e desonestas foi completamente eliminada da prática jurídica. Através da análise jurisprudencial, é possível constatar que a mencionada expressão continua arraigada no discurso dos operadores do direito, em especial no delito de estupro, uma vez que o depoimento de uma mulher considerada honesta terá maior credibilidade perante os julgadores do que aquele de uma mulher considerada desonesta, conforme será observado no próximo capítulo.

¹⁶² SABADELL, Ana Lucia, op. cit., p. 264

¹⁶³ MAIA, Adrieli Gonçalves. **O crime de estupro e sua correlação com a evolução da dignidade da pessoa humana e os direitos das mulheres.** Disponível em: <http://revistaunar.com.br/juridica/documentos/vol9_n2_2014/o_crime_estupro.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015, p. 14-15

3 ANÁLISE DO DISCURSO JUDICIAL

Nesse capítulo será analisado o modo como a verdade é construída em um processo penal envolvendo um crime de estupro, isto é, se os magistrados analisam tão somente o fato em si ou se sofrem influências de fatores externos aos autos, como os preconceitos e os estereótipos de gênero. Será estudada, também, a forma como o sistema de justiça penal seleciona a figura do autor e da vítima, assim como a violência institucional decorrente da culpabilização da vítima e algumas decisões sobre o tema.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA VERDADE NOS CASOS DE ESTUPRO

Antes de tudo, importante destacar que a prática jurídica relacionada ao crime de estupro possui uma lógica específica de desenvolvimento, totalmente distinta se comparada aos demais crimes, especialmente em termos de prova. Afinal, conforme explica Coulouris, a sua principal característica é a dificuldade em comprovar a denúncia feita pela vítima, pois, como em todo crime sexual, esse delito geralmente é praticado em locais isolados ou em ambientes privados, longe do alcance de testemunhas¹⁶⁴.

Assim, a sua comprovação mediante prova testemunhal é muito difícil. Quando chamadas a discorrer sobre o fato, as testemunhas de defesa e acusação apenas podem contribuir com a sua opinião, baseada no que viram ou no que sabem sobre fatos anteriores ou posteriores ao crime¹⁶⁵ ou sobre os envolvidos no suposto delito.

Do mesmo modo, a materialidade raramente pode ser atestada pelo exame de corpo de delito realizado no Instituto Médico Legal, que se resume a um formulário próprio que não pode ser concludente, principalmente quando a vítima não era mais virgem e já se passaram muitas horas desde a ocorrência da violência sexual¹⁶⁶. Ressalte-se, ainda, que o perito pode até constatar a existência de esperma e confirmar que a vítima manteve relação sexual recente, mas não pode precisar se ela foi consentida ou não, nem afirmar se o acusado foi o homem envolvido no ato sexual¹⁶⁷.

Destarte, para desenvolver os processos judiciais, os magistrados basicamente contrapõem as declarações prestadas pelo acusado e pela vítima tanto na fase policial quanto

¹⁶⁴ COULOURIS, Daniella Georges. **A construção da verdade nos casos de estupro**. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/construcaodaverdade_daniellacoulouris.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2015, p. 01

¹⁶⁵ Ibid., p. 01

¹⁶⁶ ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher – Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio**. CNDM, CEDAC, 1. ed. Brasília, 1987, p. 21

¹⁶⁷ MAGALHÃES, Nayara Teixeira, op. cit., p. 50

na fase judicial. Ocorre que, com a negativa por parte do suposto ofensor, a investigação se desloca da reconstituição do fato em si para o comportamento pessoal dos envolvidos¹⁶⁸, o que é feito mediante categorias de avaliação impregnadas de estereótipos e discriminações, que, conforme será demonstrado, expressam e reproduzem as desigualdades de gênero e duplicam a violência sofrida pela vítima.

Nesse sentido, Ardaillon e Debert elucidam:

Mais do que os fatos em si, serão os perfis sociais dos envolvidos, construídos durante o processo, que fornecerão os elementos necessários para a visualização do provável resultado da sentença. Nesse sentido, será a relevância do perfil social de vítima e de acusado para o desfecho do caso – que pode ser de absolvição, condenação e, muitas vezes, de arquivamento – que nos permite afirmar que a verdade irá sendo construída em vários momentos no decorrer do processo¹⁶⁹.

Cumprido salientar que no presente trabalho será abordado especificamente o estupro praticado por homens adultos contra mulheres adultas e adolescentes, caso em que os julgadores mais frequentemente levam em consideração a honestidade e a moralidade da vítima. Não será analisado o estupro contra crianças, pois se verifica que nessas situações geralmente não prevalecem as estereotípias, preconceitos e discriminações de gênero, conforme já observaram Pimentel, Schritzmeyer e Pandjarian em estudo¹⁷⁰ sobre o tema¹⁷¹.

Portanto, no decorrer do processo judicial, há, na realidade, um julgamento moral da vítima e do acusado, em detrimento do ato de violência sexual praticado¹⁷². O réu e vítima têm sua vida pregressa julgada em conformidade com os papéis tradicionalmente determinados a homens e mulheres – os chamados estereótipos de gênero – prevalecendo principalmente o julgamento da vítima ao invés de um exame mais racional e objetivo dos fatos¹⁷³.

Isso ocorre porque essas discriminações de gênero estão presentes na nossa cultura e profundamente enraizadas nas consciências dos indivíduos, sendo absorvidos,

¹⁶⁸ COULOURIS, Daniella Georges, op. cit., p. 02

¹⁶⁹ COULOURIS, Daniella Georges, op. cit., p. 02

¹⁷⁰ As autoras analisaram processos judiciais e acórdãos do estupro em cinco regiões do Brasil (Belém – PA, Recife – PE, Cuiabá – MT, São Paulo – SP, Florianópolis – SC) que foram arquivados e publicados no período de janeiro de 1985 a dezembro de 1994.

¹⁷¹ PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: crime...**, p. 204

¹⁷² SILVA, Danielle Martins, op. cit., p. 02

¹⁷³ PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: direitos humanos, gênero e justiça**. Revista USP, São Paulo (37): 58-69, março/maio 1998. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/37/06-silvia.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015, p. 64

muitas vezes inconscientemente, também pelos operadores do direito e refletidos em sua práxis jurídica¹⁷⁴. Sobre o assunto, convém colacionar o entendimento de Coulouris:

Se a discriminação contra a mulher-vítima ocorre, sobretudo, pela utilização de estereótipos referentes à sua conduta na esfera sexual por parte dos agentes jurídicos, uma das explicações para este fato seria a de que a discriminação contra as mulheres ocorre no sistema jurídico porque este reflete a situação de desvalorização feminina existente na sociedade com um todo, situação decorrente de uma ótica masculina das relações sociais¹⁷⁵.

Além de analisar o comportamento social dos envolvidos, os operadores do sistema de justiça penal – delegados, promotores, advogados, juízes – o relacionam diretamente com a credibilidade de seus depoimentos. Por isso, tanto a defesa quanto a acusação irão tentar enquadrar seu respectivo cliente em um estereótipo positivo, bem como incluir a parte contrária em um estereótipo negativo¹⁷⁶.

Em suma, explica Coulouris:

Percebe-se que nesta estratégia jurídica, a ‘idoneidade moral’ dos envolvidos é considerada fundamental para atestar a credibilidade dos seus depoimentos. Esta relação efetuada pelos agentes jurídicos entre comportamento socialmente adequado e veracidade dos depoimentos, ao invés de ser questionada em sua dimensão discriminatória, é vista como uma prática jurídica necessária¹⁷⁷.

Salienta-se que a ideia de honestidade e, conseqüentemente, de credibilidade, é diferente entre os gêneros, tendo em vista que, enquanto a honestidade das mulheres relaciona-se intimamente com a sua virtude moral no sentido sexual, a dos homens é medida de acordo com a sua relação com o trabalho¹⁷⁸.

Assim, a existência do estupro só irá ganhar plausibilidade quando os envolvidos se enquadrarem a certa moral sexual que é definida por condutas e atributos específicos de cada sexo. Desta forma, no julgamento, serão escolhidos fatos da vida de cada um dos protagonistas de maneira a enquadrá-los em estereótipos opostos: vítima x pretensa vítima e estuprador x acusado incapaz de cometer um estupro¹⁷⁹.

Portanto, conforme defende Manfrão, as condições aplicadas pelos operadores do direito para que a vítima seja digna de credibilidade transcendem o limiar do ordenamento

¹⁷⁴ PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: direitos...**, p. 07

¹⁷⁵ COULOURIS, Daniella Georges. **Ideologia, dominação e discurso de gênero: reflexões possíveis sobre a discriminação da vítima em processos judiciais de estupro**. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme11/093.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015, p. 06

¹⁷⁶ COULOURIS, Daniella Georges. **Ideologia...**, p. 06

¹⁷⁷ Ibid., p. 06

¹⁷⁸ Ibid., p. 17

¹⁷⁹ ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin, op. cit., p. 91

jurídico, porquanto incrustadas da vivência, da cultura e, sobretudo, dos preceitos sociais e morais absorvidos pelos operadores¹⁸⁰.

Logo, é possível verificar que o discurso jurídico não é neutro, uma vez que é profundamente contaminado pelo chamado “*second code*”, que consiste no código ideológico composto pelos estereótipos e pelo senso comum, também conhecido como “*every day theories*” ou teoria de todos os dias¹⁸¹.

Segundo Andrade, esse código secundário judicial geralmente “pauta e condiciona, efetivamente e *a priori*, as decisões, mas não se submete à obrigação de motivação fática e jurídica da sentença, permanecendo, por isso, invisível e fora do controle público”¹⁸².

Assim, apesar de a legislação atualmente não exigir nenhum tipo de “padrão de comportamento”, ou seja, não dizer como uma vítima ou um acusado deve se comportar, os agentes da justiça acabam julgando vítimas e acusados pela maneira como se vestem, pela maneira como se comportam, bem como por sua vida pessoal e profissional¹⁸³.

Sobre o assunto, Silva esclarece:

In casu, o risco se revela nos estereótipos de preconceitos de gênero incorporados e exercitados todos os dias, de maneira mecânica, os quais também são externados no momento da sentença. Falta-lhes, no entanto, o conteúdo jurídico, porquanto não é possível motivar, na forma da lei, padrões de comportamento “exigíveis” da vítima, porquanto eivados da subjetividade do operador¹⁸⁴.

Para a autora, quando o magistrado verifica tão somente se existem razões objetivas para desqualificar a palavra da vítima ao invés de ater-se ao julgamento da violência sexual praticada, ele se perde em divagações subjetivas de cunho moralista e patriarcal e passa a exercer juízos de valor acerca da vida pessoal da mulher violentada, sua conduta moral e sua específica reação à violência no caso concreto, impondo-lhe um padrão de conduta que não encontra qualquer amparo na lei¹⁸⁵.

Nesse sentido, Lopes Jr., ao prefaciá-lo livro de Divan, afirma que o julgador pode inculcar, ou sorrateiramente incluir, em meio à maquiagem argumentativa, aspectos única e

¹⁸⁰ MANFRÃO, Caroline Colombelli, op. cit., p. 45

¹⁸¹ NEPOMOCENO, Alessandro. **Além da Lei: a face obscura da sentença penal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, p. 63

¹⁸² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Flagrando a ambiguidade da dogmática penal com a lupa criminológica: que garantismo é possível do compasso criminologia-penalismo crítico?** In: Revista Sequência, nº 59, p. 161-192, dez. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/14151/13594>>. Acesso em: 17 abr. 2015, p. 17

¹⁸³ BRAUN, Jenefer L. **Violência de gênero: os crimes sexuais e o Sistema de Justiça**. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/228520294_Violencia_de_gnero_os_crimes_sexuais_eo_Sistema_de_Justia>. Acesso em: 26 abr. 2015, p. 06

¹⁸⁴ SILVA, Danielle Martins, op. cit., p. 12-13

¹⁸⁵ SILVA, Danielle Martins, op. cit., p. 13

exclusivamente de cunho pessoal, de descarrego psíquico. O autor defende que não há como evitar isso, mas é fundamental desvelar e assumir a subjetividade, pois somente através da assunção desse risco é que será possível criar mecanismos mais eficazes para a redução de danos¹⁸⁶.

Portanto, os magistrados não decidem um processo de estupro somente com base na lei, pois – inconscientemente ou não – se utilizam de um código ideológico secundário que é diretamente influenciado pelo lugar que ocupam na sociedade e que não é exposto como fundamento da decisão.

O grande problema, segundo Pandjjarjian, é que essas decisões judiciais possuem um duplo grau de legitimação e constroem relações sociais ao “explicar” leis, consoante sustenta a autora na seguinte passagem:

A atividade judiciária e seu poder coercitivo ampliam sua responsabilidade social, pois a produção de texto no interior do procedimento judicial confunde-se com o próprio direito. Além disso, tal produção inspira e legitima práticas que se estendem a toda a sociedade, pois essas decisões, que têm peso de lei para o caso específico, passam a ser condicionantes de outras práticas sociais. [...] A relevância de uma decisão judicial é o seu duplo grau de legitimação, seja em relação ao dispositivo que irá utilizar, seja em relação à lei que cria quanto ao fato em análise. O judiciário, assim, ao ‘explicar’ as leis, constrói relações sociais¹⁸⁷.

À vista disso, fica evidente que o momento da aplicação do Direito não é uma simples subsunção do fato à norma positiva jurídica, mas sim o momento em que são ressaltados muito mais os valores do que os fatos sociais. Esses valores sociais, por sua vez, travestem-se em estereótipos e preconceitos discriminatórios que involuntariamente atuam nas argumentações dos operadores do direito, impedindo-os de desempenharem suas funções tendo em vista o respeito, a dignidade e a justiça¹⁸⁸.

Desse modo, percebe-se que, muito embora tenham ocorrido alterações significativas em relação ao crime de estupro no ordenamento jurídico brasileiro, o mesmo não ocorreu com a interpretação por parte dos operadores do sistema de justiça penal, que continua sendo veladamente orientada por estereótipos de gênero.

Sobre o assunto, Saffioti preceitua que:

Estruturas de dominação não se transformam meramente através da legislação. Esta é importante, na medida em que permite a qualquer cidadão prejudicado pelas práticas discriminatórias recorrer à justiça. Todavia, enquanto perdurarem discriminações legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, os próprios

¹⁸⁶ DIVAN, Gabriel Antinolfi. **Decisão judicial nos crimes sexuais: o julgador e o réu interior**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 02 (prefácio)

¹⁸⁷ PANDJIARJIAN, Valéria, op. cit.

¹⁸⁸ PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: crime...**, p. 206

agentes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar à luz do sistema de ideias justificador do presente estado das coisas¹⁸⁹.

Denota-se, por conseguinte, que a produção de verdade dos operadores do direito em um processo penal envolvendo o crime de estupro extrapola os aspectos legais, ou seja, ela não é produzida apenas a partir da aplicabilidade da lei, mas principalmente segundo padrões sociais de moralidade¹⁹⁰, que definem o que é um comportamento para o homem e especialmente para a mulher.

Com efeito, pode-se auferir que não é possível se falar em imparcialidade jurídica, tendo em vista que os julgadores, ao aplicar o Direito ao caso concreto, realizam um processo interpretativo que não é neutro, pois ali são incorporados fatores externos aos autos, como os preconceitos e estereótipos sociais.

3.2 A SELETIVIDADE DA FIGURA DA VÍTIMA E DO AUTOR

Nesta seção será analisada a forma como o sistema de justiça penal constrói estereótipos com o intuito de selecionar o autor e a vítima ideal em um crime de estupro.

Conforme explica Andrade, a seletividade é a função real e a lógica estrutural de funcionamento do sistema penal, o que é comum às sociedades capitalistas e patriarcais. Aliás, segundo a autora, nada simboliza melhor a seletividade do que a clientela da prisão, a qual revela que a construção da criminalidade – ou da criminalização – incide seletiva e de modo estigmatizante sobre a pobreza e a exclusão social, majoritariamente de cor não branca e masculina, e apenas residualmente feminina¹⁹¹. Para a autora, essa seletividade pode ser formulada nos seguintes termos:

Todas as pessoas, de todos os estratos sociais, faixas etárias, etnias e gêneros, ou seja, todos nós (e não uma minoria perigosa da sociedade) praticamos, frequentemente, fatos definidos como crimes, contravenções ou infrações administrativas e somos, por outro lado, vítimas destas práticas (o que muda é a especificidade das condutas). Assim, tanto a criminalidade quanto a vitimação são majoritárias e ubíquas (todos nós somos criminosos e vítimas)¹⁹².

Em síntese, a conduta criminal é ubíqua, mas a clientela do sistema penal é composta basicamente por homens adultos, jovens, pertencentes aos mais baixos estratos

¹⁸⁹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder...**, p. 15-16

¹⁹⁰ ZAMBONI, Marcela. **A construção da verdade em casos de estupro**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/afef8085cdb6f7100223MARC-ELA%20ZAMBONI.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015, p. 02

¹⁹¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2012, p. 137

¹⁹² Ibid., p. 137

sociais e em grande medida não branco. Ou seja, apesar de todas as pessoas praticarem condutas definidas como crimes, apenas parte delas receberão o *status* negativo de criminoso, pois a criminalização é orientada pela seleção desigual de pessoas e não pela incriminação igualitária de condutas¹⁹³.

O que se pretende demonstrar com a presente monografia é que, da mesma forma que o sistema constrói seletivamente a criminalidade, ele o faz com a vitimação, distribuindo de maneira desigual o *status* de vítima. Isso significa que todas as mulheres podem sofrer violência sexual, mas somente algumas delas serão consideradas “vítimas genuínas”.

Sabe-se que os estereótipos, preconceitos e discriminações contra os homens e mulheres interferem negativamente na realização da Justiça, mas existem evidências de que o impacto negativo desse tipo de viés recai de maneira mais intensa e frequente sobre as mulheres¹⁹⁴.

Afinal, consoante ensinamento de Andrade, nos casos de violência sexual, existe uma lógica específica que é acionada pelo sistema de justiça penal – a chamada “lógica da honestidade” – que consiste em uma sublógica da seletividade na medida em que realiza uma seleção estereotipada de vítimas, assentando-se nuclearmente em sua reputação sexual¹⁹⁵. Assim, ao entrar nesse sistema, as mulheres vítimas de violência sexual acabam sendo avaliadas e julgadas, sofrendo uma segunda violência, agora simbólica e institucionalizada.

Conforme exposto na seção 3.1, os operadores do direito analisam o comportamento social dos envolvidos no crime de estupro e o relacionam com a credibilidade de seus depoimentos. Assim, Ardaillon e Debert exemplificam dizendo que será muito mais difícil acreditar na palavra da vítima quando esta não se encaixa no perfil de “mulher honesta” e quando o suspeito não se ajusta ao estereótipo do estuprador¹⁹⁶, apresentando-se como um “homem de bem”, o que será analisado com mais profundidade em seguida.

3.2.1 Estuprador x “homem de bem”

Com o intuito de demonstrar com se opera a seleção da figura do autor no crime de estupro, será analisada a forma como o discurso judicial enxerga esse delito e, conseqüentemente, constrói o estereótipo de estuprador.

¹⁹³ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas...**, p. 138

¹⁹⁴ PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: crime...**, p. 203

¹⁹⁵ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Violência...**, p. 97

¹⁹⁶ COULOURIS, Daniella Georges. **Ideologia...**, p. 06

Inicialmente, importante citar o estudo realizado por Ardaillon e Debert sobre o discurso judicial acerca do crime de estupro, no qual foram analisados 53 (cinquenta e três) processos judiciais de estupro, registrados no período situado entre 1995 e 2000. Na oportunidade as autoras constataram que o estuprador modelar é constituído pelas imagens de um homem doente, mentalmente perturbado e emocionalmente desequilibrado e que esse desequilíbrio também deve se manifestar em seu comportamento social, em suas relações no seio da família, na incapacidade para o trabalho e em sua ficha policial¹⁹⁷.

As autoras resumem esse perfil no seguinte trecho:

Existe uma imagem do senso comum, a de que o estuprador é de classe baixa, vive segurando um copo de pinga na mão, é preto, mal vestido e sujo, desempregado, mora numa favela e tem uma ficha policial carregada. Essa visão se reflete nas peças processuais, que, por sua vez, a reforçam. As pesquisas, entretanto, mostram que os estupradores existem em todos os tamanhos, cores e formas. Entre eles há ricos e poderosos que têm um comportamento tido como normal e altamente recomendado em outras esferas de sua vida. Protegidos pelo estereótipo do senso comum, os elementos das classes mais favorecidas só são considerados suspeitos quando o estupro é combinado com homicídio¹⁹⁸.

Verificaram, ainda, que o perfil do estuprador era montado através do seguinte conjunto de oposições: vício da embriaguez, maconha ou outras drogas x bebe só socialmente ou não bebe; bate na mulher e nos filhos x carinhoso, afetuoso, nunca foi grosseiro, amável; desenvolvimento mental incompleto x equilibrado, calmo, ponderado; sem emprego x trabalhador; sem residência fixa x tem residência fixa; tendências perniciosas, personalidade deformada dirigida por instintos sexuais irreprimíveis x nunca desrespeitou ninguém, não é dado a brigas; amizades não recomendáveis x tem muitos amigos; reincidente x primário, nada que desabone sua vida pregressa¹⁹⁹.

Por conseguinte, a acusação irá analisar os fatos da vida do acusado a fim de enquadrá-lo total ou parcialmente no conjunto das características negativas citadas acima, enquanto a defesa chama testemunhas para confirmar que o acusado possui algumas das características positivas. Esses depoimentos não servem como atenuantes do crime, mas para negar a ocorrência do estupro, visto que um crime tão hediondo não poderia ser praticado por um indivíduo tão bem recomendado em outras esferas de atuação²⁰⁰.

Conforme já exposto anteriormente, a ideia de honestidade e credibilidade dos homens está diretamente ligada a sua relação com o trabalho. Por isso, Coulouris afirma que:

¹⁹⁷ ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin, op. cit., p. 28

¹⁹⁸ Ibid., p. 28

¹⁹⁹ Ibid., p. 27-28

²⁰⁰ Ibid., p. 29

(...) estava praticamente excluída a possibilidade de condenar por estupro um “cidadão de bem”, educado segundo as regras e normas da elite. No nível do discurso jurídico não se entendia a separação entre trabalho e honestidade. Não estava em questão o que havia sido feito, mas a conduta total do indivíduo, aquilo que os acusados eram ou poderiam ser²⁰¹.

Segundo Ardaillon e Debert, “o crime de estupro causa horror, e esse caráter horripilante cria dificuldades para encontrar uma categoria na qual o estuprador possa ser encaixado, de forma a encontrar circunstâncias atenuantes para tal crime, ou até mesmo para dar um caráter humano a esse tipo de violência²⁰²”, de modo que o estuprador será tendencialmente descrito como um animal ou anormal.

Todavia, as autoras supracitadas contestam:

Há uma dificuldade em conceber que a proporção de “anormais” que praticam o estupro não é superior àquela existente em outros crimes e que o estupro pode ser cometido por homens considerados normais em seus demais comportamentos. Essa dificuldade explica, em grande parte, a má vontade dos investigadores e delegados de polícia, que tendem a ver as denúncias de estupro como uma fantasia de mulheres histéricas e vingativas, quando o acusado não se enquadra no modelo de um ser “anormal”²⁰³.

Pimentel, Schritzmeyer e Pandjarian também analisaram processos judiciais de estupro e constataram que inexistem um só tipo de estuprador e o mais comum é o de indivíduos com uma orientação e vida normais, não prevalecendo, portanto, a ideia de que o estuprador seja necessariamente um “anormal”, portador de uma patologia²⁰⁴.

A grande questão é que, como o discurso judicial constrói o estuprador como um indivíduo com algum desvio de comportamento, está completamente descartada a hipótese de homens com comportamento social adequado serem qualificados como criminosos²⁰⁵.

Constata-se, portanto, que essa desconfiança em relação à palavra da vítima, portanto, está diretamente ligada a ideia de estupro que permeia o imaginário dos operadores do sistema de justiça penal. O estupro “padrão” é o ato violento, praticado por um desconhecido agressivo e perverso contra uma mulher “inocente”, onde o não consentimento deve ficar claro, preferencialmente quando existem marcas de violência extremas²⁰⁶.

²⁰¹ COULOURIS, Daniella Georges. **A construção...**, p. 04.

²⁰² ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guíta Grin, op. cit., p. 22

²⁰³ Ibid., p. 23

²⁰⁴ PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: crime...**, p. 202

²⁰⁵ COULOURIS, Daniella Georges. **Violência, gênero e impunidade: a construção da verdade nos casos de estupro.** Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20VII/Daniella%20Georges%20Coulouris.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015, p. 08

²⁰⁶ Ibid., p. 06

Afinal, a visão dos agentes jurídicos “só atribui atrocidade ao ato se a violência sexual vier acrescida de elementos extremos de perversão, sadismo e violência. O estuprador é visto como um “anormal”, com problemas psiquiátricos ou psicológicos causados pelo meio social, como família desestruturada, alcoolismo e drogas”²⁰⁷.

No mesmo diapasão, Coulouris afirma que a justiça é mais resistente em acreditar na mulher quando o suspeito não se enquadra no “estereótipo do estuprador”, muito embora as denúncias contra homens com este perfil sejam raras. Segundo as autoras, a maioria dos casos analisados são denúncias contra patrões, padrastos, primos, parentes, ex-maridos, etc., ou seja, denúncias contra pessoas que geralmente são descritas pelas testemunhas como “cidadãos de bem”, pais de família, bons chefes ou excelentes trabalhadores²⁰⁸.

A autora continua dizendo que o alto número de arquivamentos e absolvições encontrado demonstra que o fato de a vítima dizer ter sido violentada parece não justificar a condenação de um “homem trabalhador” ou de um jovem “com um futuro pela frente”. Ainda, ressalta que, de fato, a justiça deve se precaver contra a condenação de um inocente, mas também não deve cometer injustiça com as vítimas, pois não parece razoável haver tantas denúncias descabidas, ainda mais levando-se em consideração a dificuldade que as mulheres encontram em denunciar e a extrema exposição a que são submetidas²⁰⁹.

Para Pimentel, Schritzmeyer e Pandjarian, os operadores jurídicos perpetram uma verdadeira violência de gênero contra as mulheres vítimas de violência sexual, pois mais do que seguirem o princípio clássico da doutrina jurídico-penal do *in dubio pro reo*, valem-se precipuamente da normativa social do *in dubio pro stereotypo*²¹⁰.

Acerca da associação entre estupro e doença e a seletividade do sistema de justiça penal, afirma Coulouris:

No Brasil, esta associação entre “doença” e criminalidade foi, desde o início da República, colocada como justificativa para controlar e excluir os indivíduos considerados perigosos. Utilizando categorias de gênero, classe e raça/etnia, na análise do discurso jurídico, percebemos como a justiça no Brasil ainda se organiza segundo o princípio de defesa social. A prisão não se concebe, no país, para setores médicos ou de elite. Suas condições inumanas e as práticas criminosas com os estupradores nunca incomodaram estratos privilegiados da sociedade, justamente por que estão cientes da impunidade de classe e de gênero, estão cientes de que não serão enviados para a penitenciária por um juiz “com bom senso”²¹¹.

²⁰⁷ COULOURIS, Daniella Georges. **Violência...**, p. 06

²⁰⁸ COULOURIS, Daniella Georges. **A construção...**, p. 04

²⁰⁹ Ibid., p. 05

²¹⁰ PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: crime...**, p. 207

²¹¹ Ibid., p. 07-08

Mister citar também o estudo realizado por Figueiredo, o qual analisou decisões de apelação britânicas²¹² a fim de investigar como as estruturas linguísticas e discursivas contribuem para a reprodução da violência de gênero. A autora constatou que as decisões retratam o evento e seus participantes de formas distintas, dependendo de como a agressão sexual é descrita e categorizada pelos juízes. Verificou, também, que esse sistema de classificação reflete e constrói uma gama de mitos sexuais e pressupostos ideológicos sobre como homens e mulheres se comportam e se relacionam, e determina a distribuição de culpa, disciplina e punição, e quem é escalado para os papéis de “vítima” e “vilão”²¹³.

A autora percebeu que os estupradores são divididos pelo discurso judicial britânico em dois grandes grupos: os estupradores desconhecidos e os estupradores familiares. As categorias utilizadas para classificar os agressores têm um impacto direto na forma como o acusado será julgado e sentenciado. Ainda, para retratar o ofensor e o evento, os magistrados recorrem a três padrões de nomenclatura: termos negativos, termos da área da psicologia/psiquiatria e termos de simpatia²¹⁴.

Figueiredo explica que, em relação aos estupradores desconhecidos, o primeiro padrão de nomenclatura utilizado são os termos negativos, que indicam que o evento é considerado sério e que o agressor é visto como perigoso, criminoso e distinto do grupo de homens “normais”. Os estupradores desconhecidos não são diretamente classificados como “monstros”, mas seu comportamento é descrito de forma desfavorável através de termos negativos e são caracterizados como um “perigo” para a sociedade e para as mulheres, sendo, portanto, sentenciados a longos períodos de prisão²¹⁵.

A autora continua explicando que o segundo padrão de nomenclatura utilizado para se referir a estupradores desconhecidos é o uso de termos psicológicos/psiquiátricos. Essas expressões retratam os estupradores como homens perigosos, mas em razão de sérios problemas psicológicos, psiquiátricos ou ao uso de drogas.²¹⁶

O homem que estupra sua parceira, por outro lado, é retratado com termos de simpatia. Esse recurso linguístico representa uma tentativa judicial de tratar o agressor com

²¹² A autora ressalta que, muito embora os sistemas jurídicos brasileiro e britânico sejam diferentes em vários aspectos, em ambos o discurso judicial se baseia em mitos e estereótipos sobre a sexualidade e as relações de gênero.

²¹³ FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. **Vítimas e vilãs, “monstros e “desesperados”**. Como o discurso judicial representa os participantes de um crime de estupro. Revista Linguagem em (dis) curso, vol. 3, n. 1, julho/dezembro. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/0301/030105.pdf>> Acesso em: 26 set. 2014, p. 135

²¹⁴ FIGUEIREDO, Débora de Carvalho, op. cit., p. 146

²¹⁵ Ibid., p. 146

²¹⁶ Ibid., p. 147

benevolência, bem como explicar e normalizar suas ações. Aqui os magistrados não utilizam o argumento de que o estupro foi praticado em decorrência de tendências criminosas ou de sexualidade descontrolada, mas por uma mistura de amor frustrado, dor, estresse e desespero. Desta maneira, não são enquadrados na categoria de estupradores “verdadeiros” e perigosos²¹⁷.

Em suma, o estupro “padrão”, segundo os operadores do direito, é aquele praticado por um desconhecido, que possui problemas mentais ou um desejo sexual desenfreado, com o emprego de extrema violência. Assim, o depoimento da vítima é menosprezado quando o acusado não se enquadra nesse “perfil de estuprador”, isto é, quando ele é um “homem de bem”, que trabalha, possui uma família, um comportamento social adequado, etc., pois é inconcebível que uma pessoa assim seria capaz de cometer tal delito.

Entretanto, ao contrário do que permeia o imaginário dos agentes do sistema penal, percebe-se que o estupro pode ser praticado por qualquer pessoa e não por um “anormal”, sendo que a maioria das denúncias envolve pessoas conhecidas da ofendida. Inclusive, para reforçar tal afirmação, convém trazer as conclusões da pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que verificou que, “no geral, 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima, o que indica que o principal inimigo está dentro de casa e que a violência nasce dentro dos lares”²¹⁸.

Nessa linha, Andrade conclui que os crimes sexuais são condutas majoritárias e ubíquas e não de uma minoria anormal, além do fato de que a violência sexual não é voltada para a satisfação do prazer sexual, mas trata-se de uma relação de poder, controle e humilhação, o que retira a culpa, insistentemente atribuída à mulher, pela explícita ou latente provocação de sua prática²¹⁹.

3.2.2 Vítima x “mulher desonesta”

Em seguida, será analisada a construção do estereótipo da vítima e a forma como ocorre a seleção pelo sistema penal, que é feita basicamente de acordo com o julgamento moral da mulher baseado em sua conduta sexual.

Como já explicitado anteriormente, em relação às vítimas de violência sexual, o sistema de justiça penal opera mediante a chamada “lógica da honestidade”. Segundo Andrade, ele estabelece uma linha divisória entre as mulheres consideradas “honestas” do

²¹⁷ FIGUEIREDO, Débora de Carvalho, op. cit., p. 149

²¹⁸ CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz, op. cit., p. 09

²¹⁹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Violência...**, p. 94

ponto de vista da moral sexual dominante, que podem ser consideradas vítimas pelo sistema, e as mulheres “desonestas” – das quais a prostituta é o modelo radicalizado – que são abandonadas na medida em que não se adequam aos padrões de moralidade sexual impostos pelo patriarcado ao gênero feminino²²⁰.

Percebe-se, desta forma, que há uma série de fatores que inibem a mulher a levar adiante uma denúncia de estupro. Afinal, os primeiros constrangimentos já ocorrem na Delegacia. Os delegados e investigadores “tendem a considerar essa denúncia como algo de menor importância ou mesmo a duvidar da própria existência do fato, quando baseado apenas na palavra da mulher”²²¹.

Sobre isso, Pimentel, Schritzmeyer e Pandjarian aduzem que o tratamento dado à questão da violência sexual contra a mulher – especialmente o estupro – pelas autoridades é bastante ambíguo. Na esfera policial, esta ambiguidade revela-se “desde o momento da notícia do crime, quando quase sempre a mulher é encarada com extrema suspeição, configurando-se uma inversão da sua condição de vítima em ré”²²².

A criação das Delegacias de Defesa da Mulher foi extremamente importante para tentar diminuir esse problema, mas ainda existem muitas falhas. O atendimento às vítimas geralmente é feito por pessoas despreparadas, que perguntam o que aconteceu em voz alta na própria recepção, sem nenhum acolhimento ou privacidade, e não possuem o menor tato para lidar com uma situação tão delicada como a violência sexual. Além disso, são extremamente frequentes os relatos de mulheres que são tratadas com descaso pelos profissionais ou que são novamente violentadas, em razão da culpabilização pela violência sofrida.

Nesse sentido, Lima assevera:

A recepção nas delegacias especializadas geralmente é repleta de autoridades policiais que questionam o vestuário da vítima de estupro, o porquê de andar num local ermo sem companhia, a ausência de tentativas efetivas de pedir ajuda, entre outros tantos fatores que, segundo o conhecido discurso estereotipado, contribuem para a ação criminosa²²³.

Essa violação continua no processo judicial, pois, segundo Machado, a conduta da vítima, em especial aquela relacionada à sua vida sexual, afetiva e familiar, será esmiuçada durante o processo judicial. O problema dessa estigmatização reside no fato de que ela existe para influenciar o juiz a aceitar que a violência cometida contra a “mulher desonesta” é menos

²²⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e Feminismo: Da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção da cidadania. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre, Sulina, 1999, p. 114

²²¹ ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin, op. cit., p. 20

²²² PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: crime...**, p. 27

²²³ LIMA, Marina Torres Costa, op. cit., p. 20

importante do que aquela praticada contra uma “mulher honesta”, como se algo pudesse atenuar ou justificar essa violação à liberdade sexual feminina²²⁴.

Na realidade, para Lima, quando da ocorrência de crimes dessa natureza, os órgãos de investigação e julgamento procuram verificar até onde a ofendida foi responsável ou contribuiu para a conduta delitativa do agente, para só então cogitar a punição merecida pelo ofensor²²⁵.

No julgamento dos crimes de estupro, conforme leciona Andrade, há uma verdadeira inversão do ônus da prova, pois a mulher precisa provar que é uma vítima real e não simulada, o que reforça a ideia de que a vítima deve provar que não é culpada e que não concorreu para a ocorrência do delito, *verbis*:

O que ocorre, pois, é que no campo da moral sexual, o sistema penal promove, talvez mais do que em qualquer outro, uma inversão de papéis e do ônus da prova. A vítima que acessa o sistema requerendo o julgamento de uma conduta definida como crime [...] acaba por ver-se ela própria “julgada” (pela visão masculina da lei, da polícia e da justiça), incumbindo-lhe provar que é uma vítima real e não simulada²²⁶.

Muito embora a doutrina seja uníssona em relação ao fato de que a palavra da vítima constitui o vértice de todas as provas nos crimes sexuais, ela terá pouco ou nenhum valor durante a avaliação das provas quando não ficar caracterizada a “honestidade” da ofendida. Ou seja, é muito difícil para uma mulher que não pode ser caracterizada como “honestas” conseguir fazer valer a sua palavra, sua versão dos fatos e, com isso, garantir a proteção de seus direitos²²⁷.

Os julgadores, portanto, utilizam-se de estereótipos sociais de gênero, que consistem no “conjunto de papéis que são conferidos à mulher como obrigatórios e dos quais esta não pode se desvencilhar, sob pena de perder as condicionantes que justificam o “respeito” que a sociedade lhe deve dedicar”²²⁸.

Sobre a palavra da vítima no julgamento dos crimes de estupro, cabe trazer o ensinamento de Silva:

Destarte, não é exagero afirmar que nos crimes sexuais a palavra da vítima vale menos que qualquer outro meio de prova, pois sua credibilidade dependerá do significado próprio que lhe atribuir o julgador, perfazendo o sofismo evidenciado no binômio mais utilizado pela jurisprudência tanto para justificar a condenação como absolvição: “a palavra da vítima dos delitos de estupro é de fundamental importância/ a palavra da vítima deve ser convincente”²²⁹.

²²⁴ MACHADO, Flora Barcellos de Valls, op. cit., p. 35

²²⁵ LIMA, Marina Torres Costa, op. cit., p. 19

²²⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Violência...**, p. 99

²²⁷ PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: direitos...**, p. 64

²²⁸ SILVA, Danielle Martins, op. cit.

²²⁹ SILVA, Danielle Martins, op. cit., p. 13

Ardaillon e Debert realizaram um estudo no qual analisaram os julgamentos de crimes de estupro de mulheres ocorridos no período de 1981 a 1986 em seis capitais brasileiras²³⁰ e concluíram, em suma, que “não é a coação física, o atentado a um direito básico do cidadão, que está sendo julgada, e sim, o ajustamento da mulher e das famílias a uma moral sexual e uma concepção dos bons costumes baseada em padrões estereotipados de comportamento”²³¹.

Em resumo, quando o exame de corpo de delito comprova que houve de conjunção carnal, a defesa tenta demonstrar que a relação foi praticada sem uso de força ou ameaça e que houve o consentimento da “pretensa vítima”. Nesse caso, será traçado o perfil da vítima, que é o da mulher que convida o acusado para o ato sexual, tentando dizer que ela é prostituta ou uma mulher em busca de vingança. Em síntese, a defesa visa provar que seu cliente não se enquadra no estereótipo de estuprador e que ele foi vítima de uma mulher “vingadora” e “lasciva”. A acusação, por sua vez, procura ressaltar o pudor e a ingenuidade da vítima²³².

Segundo as autoras citadas acima, o perfil da vítima é formado pela oposição dos seguintes predicados: comportamento invejável, regrado x frequentava bares, dada a bebidas alcóolicas; boa criação x não é boa pessoa, desobediente, respondona; não namorava x é “de transa”, prostituta; não saía de casa sozinha x andava altas horas da noite na rua, com amigos do sexo masculino; ingênua, “trabalhadeira” x não fica muito nos empregos; reside com os pais x mora com amigos de má reputação, com prostitutas; é virgem x não é virgem desde os (...) anos²³³.

Além disto, destacam Ardaillon e Debert que outros elementos serão levados em consideração no momento de proferir a decisão a fim de conferir credibilidade ou não à ocorrência, como a família da vítima e do acusado, bem como os relacionamentos que cada um deles estabelece com seus namorados, noivos ou cônjuges. Quando a vítima é solteira e vive na casa dos pais, é analisada a imagem da ofendida e de sua relação com a família. As autoras constataram que o fato de ser filha de uma família “defensora de uma moral sexual rígida” pesa muito mais do que a condição econômica da família. Aqui os predicados que se contrapõem são: família exemplar x família desestruturada²³⁴.

²³⁰ As capitais foram: São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia, Recife e Maceió.

²³¹ ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin, op. cit., p. 17

²³² Ibid., p. 29

²³³ ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin, op. cit., p. 30

²³⁴ Ibid., p. 30

Para o acusado, ter noiva, namorada ou esposa é uma forma de apelar para a impossibilidade da ocorrência do estupro, visto que, como já foi explicado, se parte da concepção de que esse delito é movido pela necessidade desenfreada de satisfazer um desejo sexual, o que supostamente não é de se esperar de um homem comprometido. Além disso, nos casos em que o ofensor é casado, é bastante utilizado o argumento de que a vítima está apenas querendo se vingar de um homem que se nega a romper seus laços conjugais²³⁵.

Para a vítima, por outro lado, ter um namorado coloca em dúvida a própria existência do estupro, visto que o discurso judicial tende a ver o crime como uma fantasia elaborada visando desresponsabilizá-la perante a família das relações sexuais que teve com o namorado²³⁶.

Ardaillon e Debert concluíram que a lógica que orienta o desenvolvimento dos processos judiciais e policiais é a mesma, isto é, avaliar a adequação da mulher e do homem a uma determinada moral sexual definida por condutas e atributos estereotipados que permitem decidir se o crime realmente aconteceu. A defesa e a acusação tentam enquadrar seus clientes em estereótipos distintos, mas compartilham da mesma moral sexual²³⁷.

Sintetizando, os homens são divididos em duas categorias: os “normais”, incapazes de cometer um estupro, e os “anormais”, que merecem ser punidos. Do mesmo modo, as mulheres são separadas entre “honestas”, as quais merecem uma proteção contra os “anormais”, e as “desonestas”, capazes de se aproveitar desse crime para reivindicar direitos que não lhes cabem²³⁸.

Na mesma esteira, o já citado estudo realizado por Figueiredo observou que discurso judicial²³⁹ representa a ofendida de duas formas: como vítima “genuína” de estupro; ou como uma vítima não genuína ou não prototípica. A atribuição de um desses papéis depende de uma série de fatores relacionados à mulher em si, seu agressor e à forma como ela reagiu à agressão. Todas essas características estão diretamente ligadas a mitos sobre o comportamento feminino²⁴⁰.

A autora percebeu que existem categorias de mulheres que são mais facilmente descritas como vítimas genuínas, são elas: virgens, mulheres muito jovens, senhoras idosas, mulheres que resistiram fisicamente ao ataque, e mulheres que foram estupradas por parceiros

²³⁵ ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin, op. cit., p. 31

²³⁶ Ibid., p. 32

²³⁷ Ibid., p. 34

²³⁸ Ibid., p. 34

²³⁹ Como já informado, muito embora a autora tenha analisado decisões judiciais britânicas, percebe-se que a mesma lógica é utilizada pelo sistema de justiça penal brasileiro.

²⁴⁰ FIGUEIREDO, Débora de Carvalho, op. cit., p. 140

e que expressaram o desejo de perdoá-los. Por outro lado, as categorias que raramente são representadas como vítimas genuínas de estupro são: mulheres estupradas por parceiros atuais ou ex-parceiros, mulheres descritas como promíscuas, imprudentes, etc., mulheres cujas versões dos eventos foram tratadas com desconfiança, e que foram, portanto, descritas como mentirosas em potencial²⁴¹.

Figueiredo também descobriu que, conforme já exposto neste trabalho, o estupro “padrão” para os magistrados é aquele em que o estuprador é um estranho, a vítima é dominada fisicamente e não “contribuiu” para o ataque e a relação sexual é completa. Nesse caso, se a ofendida se caracterizar como livre de culpa, sexualmente não disponível e desconhecida do agressor, ela provavelmente será tratada como vítima “genuína” e receberá a simpatia e a proteção do sistema de justiça²⁴².

As mulheres que tinham ou tiveram um relacionamento amoroso com o ofensor constituem uma categoria fronteira, pois geralmente não são tratadas como vítimas “verdadeiras” porque os julgadores entendem que o trauma é – pasme-se – diminuído pelo grau de intimidade que possuíam com o agressor²⁴³.

Contudo, conforme explica Figueiredo, o estupro cometido por um homem conhecido pode ser muito mais traumático do que aquele cometido por um estranho, uma vez que provoca na vítima sentimentos de quebra de confiança, culpa e rejeição. Além disso, as vítimas estupradas pelos parceiros correm mais riscos de serem mortas por eles²⁴⁴.

As mulheres que não conseguem construir a imagem de vítimas “genuínas”, como aquelas que se relacionaram anteriormente com o agressor ou aquelas que possuem um passado sexual “notório”, são tratadas duramente pelos julgadores. Figueiredo ressalta que os magistrados entendem que essas mulheres perderam o *status* de vítimas, pois “saíram da linha” e provocaram o ataque sofrido ou até mesmo o forjaram. Mesmo que o acusado seja condenado, essas mulheres não serão tratadas com simpatia pelos julgadores, sendo que a seriedade do evento será minimizada e a sentença será mais curta²⁴⁵.

Na realidade, no caso de mulheres adultas, quase toda denúncia é vista com desconfiança por parte das autoridades, conforme sustenta Silva:

Todas as mulheres são levianas ao relatarem uma violência sexual – e o são por este simples motivo – até que elas próprias, exibindo necessárias marcas em seus corpos, sejam hábeis o suficiente para convencer os operadores do contrário. É como se o acusado, de alguma forma, estivesse cumprindo um determinado papel em

²⁴¹ FIGUEIREDO, Débora de Carvalho, op. cit., p. 140

²⁴² Ibid., p. 141

²⁴³ Ibid., p. 142

²⁴⁴ Ibid., p. 145

²⁴⁵ Ibid., p. 144

sociedade, um papel ilícito, imoral, porém esperado, razão pela qual recai sobre a conduta da vítima o ônus de demonstrar a ocorrência e, principalmente, a não concorrência para o crime²⁴⁶.

Observa-se que o estupro é cercado de vários mitos, os quais, segundo Scarpati, consistem em “crenças estereotipadas, preconceituosas ou falsas a respeito do estupro e de suas vítimas, bem como sobre os agressores, e criam um clima de hostilidade contra as vítimas de tal tipo de violência²⁴⁷”.

A autora cita que, com o propósito de investigar o nível de concordância ou não dos sujeitos com relação aos mitos do estupro, pesquisadores estadunidenses desenvolveram um instrumento chamado Escala de Aceitação dos Mitos do Estupro, ou *Illinois Rape Myth Acceptance Scale – IRMA*²⁴⁸.

A referida pesquisa constatou que existem sete dimensões básicas dos mitos do estupro, a saber: a) “*ela pediu por isso*”, definida como a percepção de que a mulher, de alguma forma, é responsável pelo estupro. A mulher teria “pedido” pela violência de alguma maneira, pelo comportamento apresentado ou pelas roupas que usava, por exemplo; b) “*não foi realmente estupro*”, que significa a ideia de que foi estabelecida uma relação consensual entre duas pessoas. Essa percepção ocorre normalmente em função da noção de que uma mulher adulta saberia se defender de uma investida masculina e, ainda, que, sem hematomas ou graves machucados, não se poderia pensar em violência sexual; c) “*ele não tinha a intenção*”, traz a noção de que o homem não pretendia agredir a mulher. Também sugere que, se em algum momento ele passou dos limites considerados adequados, isso seria consequência de algo da ordem biológica (o dito “instinto masculino”); d) “*ela queria isso*”, alega que mulheres gostam do uso da força em relações sexuais e que, portanto, ela queria ser tratada com violência; e) “*ela mentiu*”, parte da ideia de que a mulher alega que houve estupro, quando, na verdade, não houve violência, para se vingar de um antigo parceiro, por exemplo; f) “*o estupro é um acontecimento trivial*”, indica que o estupro não é algo tão grave como estudiosos do assunto tentam afirmar e que mulheres tendem a exagerar sobre as consequências do mesmo em sua vida; g) “*o estupro é um acontecimento anormal*”, alega que o estupro não ocorre com frequência e que dificilmente será cometido por parceiros ou pessoas conhecidas das vítimas²⁴⁹.

²⁴⁶ SILVA, Danielle Martins, op. cit., p. 10

²⁴⁷ SCARPATI, Arielle Sagrillo. **Os mitos do estupro e a (im)parcialidade jurídica: a percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013, p. 44

²⁴⁸ Ibid. p. 44

²⁴⁹ Ibid., p. 51-52

Para Scarpati, esses mitos tendem a expressar a maneira com as normas sociais se refletem em atos de violência contra as mulheres e podem ser definidos a partir de suas funções, ou seja, culpar a vítima, retirar do autor a responsabilidade pelo ato e negar a existência de violência. Basicamente, os mitos do estupro são crenças que banalizam, justificam ou até mesmo negam a existência de crimes de ordem sexual cometidos por homens contra mulheres²⁵⁰.

Em relação à vítima, o conteúdo desses mitos sugere que a mulher podia estar mentindo; tinha segundas intenções; “pediu” para ser estuprada; não tinha o ‘perfil’ de uma mulher que seria estuprada; ou mudou a sua história após o ato sexual. Já no tocante ao agressor, os mitos sugerem que ele não pretendia violentar; não tinha o ‘perfil’ de homem que cometeria esse tipo de crime; ou agiu de acordo com uma predisposição biológica para obter sexo através da força²⁵¹.

Pode-se auferir que o estupro é um crime que desperta sentimentos contraditórios, pois, ao mesmo tempo em que os operadores do direito demonstram repúdio ao delito, utilizando-se de expressões contundentes e desqualificadores em relação ao estuprador, desrespeitam a parte ofendida, levantando dúvidas quanto às suas declarações e à sua própria moralidade. Para Pimentel, Schritzmeyer e Pandjarian, esse desprezo parecer ser muito mais uma rejeição a um ato “disfuncional” da sociedade, ofensivo aos seus bons costumes, do que um efetivo respeito à parte ofendida em sua cidadania²⁵².

Andrade também defende que a proteção no crime de estupro recai muito mais sobre a moral sexual dominante do que sobre a liberdade sexual feminina, tendo em vista que o sistema penal é completamente ineficaz para proteger o livre exercício da sexualidade e do domínio do corpo²⁵³.

Assim, ao acionar o sistema de justiça penal, a mulher sofre novamente uma série de violações, que são sintetizadas por Silva no seguinte trecho:

Insiste-se em atribuir às vítimas o dever de provar sua honestidade, sua “envergadura moral”, sua resistência visível ao ato sexual violento, além da descabida exigência – de natureza jurisprudencial, ou seja, encontrando no discurso consolidado dos operadores, não na lei – no sentido de que sejam repetidas à exaustão idênticas descrições do fato criminoso, promovendo doloroso processo de revitimização que não encontra par em situações semelhantes²⁵⁴.

²⁵⁰ SCARPATI, Arielle Sagrillo, op. cit., p. 76

²⁵¹ Ibid., p. 77

²⁵² PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: crime...**, p. 205

²⁵³ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Violência...** p. 100

²⁵⁴ SILVA, Danielle Martins, op. cit., p. 11

Em síntese, ao julgar crimes de estupro, os magistrados, ainda que involuntariamente, dividem as mulheres em “honestas” e “desonestas” – sendo que somente as primeiras serão bem vistas pelo sistema penal –, o que é feito com base em estereótipos de gênero totalmente ultrapassados que definem o suposto papel que a mulher deve desempenhar na sociedade.

Para Machado, além de banalizar a violência cometida contra a mulher e discriminá-la, essa lógica acaba gerando certo descrédito em relação à justiça, que ainda é totalmente influenciada por padrões discriminatórios que há muito deveriam ter sido superados²⁵⁵.

3.3 CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Destaque-se que neste tópico será tratada a violência institucional praticada pelo sistema de justiça penal contra as vítimas mulheres, pois, muito embora se reconheça que ambos os gêneros sejam retratados com estereótipos pelo discurso judicial, é muito mais grave o uso de expressões que naturalizam e legitimam a agressão sexual sofrida pela mulher.

Importante trazer para o presente trabalho a noção de culpabilização da vítima – que não se confunde com culpabilidade –, que significa atribuir responsabilidade à mulher pela violência sofrida, como se algo em seu comportamento ou em suas roupas tivesse o condão de provocar ou até mesmo justificar o estupro.

A culpabilização da vítima vindo sendo exposta e amplamente discutida com a *Slut Walk*, ou Marcha das Vadias, movimento internacional de mulheres que teve início em abril de 2011 em Toronto, no Canadá, em resposta ao comentário do policial Michael Sanguinetti que disse que os estupros que estavam acontecendo nas proximidades se deviam ao fato de que as mulheres se vestiam como vadias, ou *sluts*. Desde então esse movimento de marchas em protesto se internacionalizou e manifestações semelhantes ocorreram em mais de 30 (trinta) cidades em diversos países, como Costa Rica, Honduras, México, Nicarágua, Suécia, Nova Zelândia, Inglaterra, Israel, Estados Unidos, Argentina e Brasil²⁵⁶.

Esse movimento visa, entre outras pautas, combater a chamada “cultura de estupro”, que, conforme ensina Semíramis, foi uma expressão criada no início da década de 1970 por feministas norte-americanas face ao crescimento do crime e significa que “a

²⁵⁵ MACHADO, Flora Barcellos de Valls, op. cit., p. 34-35

²⁵⁶ **SOBRE a Marcha das Vadias DF**. Disponível em: <<http://marchadasvadiasdf.wordpress.com/sobre>>. Acesso em: 11 abr. 2015

sociedade não só tolera como incentiva a violência contra mulheres por meio da violência sexual, mas vai além: é um processo para constranger pessoas a se adequarem a papéis de gênero”²⁵⁷.

Para a autora:

Nessa estrutura, a forma utilizada para constranger mulheres a se submeter aos homens está no controle do corpo e de sua sexualidade: deveriam ser virgens ou sexualmente recatadas, não deveriam usar determinadas roupas ou frequentar certos locais. E a punição para as que não aceitassem era a legitimação da violência por meio de hostilidade e, em casos extremos, estupro e morte. Ou seja, a cultura do estupro é o processo de constrangimento social que garante a manutenção dos papéis de gênero. Não é uma ação individual (como se todo homem odiasse mulheres), mas uma convenção social que mantém determinados papéis e estruturas sociais.²⁵⁸

Aronovich cita em seu blog “Escreva, Lola, Escreva” uma série de situações cotidianas em que esses comportamentos que naturalizam a agressão sexual podem ser percebidos:

Cultura de estupro é comediante dizer que homem que estupra mulher feia não merece cadeia, merece um abraço, e metade da população rir e, diante dos protestos da outra metade, xingar quem se indignou com o chiste de mal amada, mocreia, sapatão, “nem pra ser estuprada vc (sic) serve”. Cultura de estupro é vender camisa (e muita gente comprar pra usar) com “fórmula do amor”, que equivale a embebedar a mulher para conseguir sexo sem resistência. Cultura de estupro é um programa de TV fazer rir em cima de um problema que acomete milhares de mulheres por dia (bolinações dentro de meios de transporte coletivo). Cultura de estupro é anúncio de preservativo brincar que sexo sem consentimento queima mais calorias²⁵⁹.

Segundo Gomes, a “cultura do estupro” é a “imposição de uma postura moralmente aceitável para as mulheres e a culpabilização das mesmas, caso seja vítimas de violência, por deixarem de ter “cumprido” alguma dessas imposições”²⁶⁰.

A autora continua dizendo que, caso seja considerada culpada, a mulher sofre ainda com o “*slut shaming*”, termo que ainda não possui um equivalente em português, mas pode ser definido com o ato de atacar e ofender uma mulher por ter descumprido as expectativas de gênero que lhe são impostas²⁶¹.

Para Filho e Fernandes, a “cultura de estupro” responsabiliza a vítima pela violência que sofreu em razão de algum comportamento discrepante do papel social esperado

²⁵⁷ SEMÍRAMIS, Cyntia. **Sobre cultura do estupro.** Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/04/cultura-do-estupro/>>. Acesso em: 11 abr. 2015

²⁵⁸ Ibid

²⁵⁹ ARONOVICH, Lola. **Cultura de estupro? Não, imagine!** Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/08/cultura-de-estupro-nao-imagine.html>>. Acesso em: 11 abr. 2015

²⁶⁰ GOMES, Marilise Mortágua. **“As genis do século XXI”: Análise de casos de pornografia de vingança através das redes sociais.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 17

²⁶¹ Ibid., p. 17-18

de seu gênero e incentiva a prática de estupro enquanto correção de comportamento feminino tido como desviante e pela consequente isenção ou minoração da culpa do agressor²⁶².

Para Silva, a descrença na versão da vítima, a naturalização de comportamentos dos agressores, a relativização do ato, de sua gravidade e conseqüentemente do prejuízo causado a quem sofre a agressão são algumas das características que ilustram o *modus operandi* de uma cultura que subjuga a mulher e lhe impõe um lugar de inferioridade²⁶³.

Sobre o assunto, Cajal e Lima elucidam:

No mundo relacional da honra, a ideia de que o masculino detém o espaço público e o feminino detém o privado gera reflexos no âmbito sexual. Gera-se a ideia de que cabe ao homem a iniciativa e o apoderamento do corpo da mulher. À mulher, por sua vez, competiria apenas a sedução. Dentre as táticas de atração, a mais utilizada pelas mulheres é, dentro desta lógica, a negação da atividade sexual. Quando a mulher se faz de difícil, caberia ao homem, então, a conquista, isto é, a transformação do “não” inicial em um “sim”. Afinal, acaba-se por reproduzir a lógica de que o homem deve defender sua honra, e honrado é aquele que possui todas as mulheres que quiser. Nas palavras de Lia Zanotta Machado: “O imaginário da ‘sexualidade feminina como aquela que se esquivava para se oferecer’ parece ser a contraparte do imaginário da ‘sexualidade masculina como aquela que tem a iniciativa e que se apodera unilateralmente do corpo do outro’”. Todo esse ideário em que o ‘não’ da mulher nunca é verdadeiramente um ‘não’ e que tudo não passa de apenas uma tática de sedução constrói o que aqui se chama de cultura do estupro²⁶⁴.

Filho e Fernandes afirmam que “saber-se mulher é saber-se potencial vítima do crime de estupro, o que implica medo e conseqüente restrição no direito de ir e vir, pois haver certos horários e locais de maior probabilidade de ocorrência de violação sexual²⁶⁵. Os autores continuam dizendo, além da convivência com tal medo e a restrição ao espaço público, a tolerância social na qual o estupro está incluído inverte o ônus da culpa do agressor para a vítima, o que não evidencia o trauma vivenciado, implicando na dificuldade de prestar queixa, no processamento do crime e imposição de pena eficaz, consolidando, assim, a dita cultura de estupro²⁶⁶.

Essa banalização da violência sexual torna-se evidente através da análise de algumas estatísticas. De acordo com a pesquisa realizada pelo IPEA, 58,55% das pessoas entrevistadas concordam com a afirmação de que “se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros”, tendo 35,3% concordado totalmente e 23,2% concordado

²⁶² FILHO, Francisco Humberto Cunha; FERNANDES, Leonísia Moura, op. cit., p. 17

²⁶³ SILVA, Natiene Ramos Ferreira da, op. cit., p. 13

²⁶⁴ CAJAL, Liana Claudia Hentges; LIMA, Rafael Luz de. **O paradoxo da evolução legislativa brasileira no combate à cultura do estupro**. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11_HentgesL_DeLimaR.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015, p. 02

²⁶⁵ FILHO, Francisco Humberto Cunha; FERNANDES, Leonísia Moura, op. cit., p. 05

²⁶⁶ Ibid., p. 05-06

parcialmente. Ademais, 26% concordam que “mulheres que usam roupas curtas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, sendo que 13,2% concordam totalmente com tal afirmação 12,8% concordam parcialmente²⁶⁷.

À vista disso, a mencionada pesquisa concluiu o seguinte:

Mais uma vez, tem-se um mecanismo de controle do comportamento e do corpo das mulheres da maneira mais violenta que possa existir. Muitas autoras defendem que vivemos no Brasil uma “cultura do estupro”, na qual se tolera e muitas vezes se incentiva a violência sexual contra as mulheres, com a vítima culpabilizada pelo ocorrido, por causa do ambiente frequentado, da roupa que usava, ou do seu comportamento.

A diferença de postura de tolerância/intolerância à violência doméstica e à violência sexual reafirma mais uma vez a dificuldade de se estabelecer no Brasil uma agenda de direitos sexuais e de direitos reprodutivos e uma visão de que os corpos das mulheres a elas pertencem. Neste sentido, demandas feministas presentes há décadas ainda são bastante atuais em nosso país, e a permanência de ideias tão avessas a uma perspectiva de direitos humanos, apesar de confirmarem estudos qualitativos e percepções gerais sobre o ambiente social, ainda causam espanto²⁶⁸.

Como se pode observar, a culpabilização da mulher pela violência sexual sofrida ainda é frequente na sociedade e isso acaba influenciando as decisões judiciais, tendo em vista que os magistrados também são guiados pelos já mencionados *second codes* e reproduzem, mesmo que inconscientemente, os preconceitos e as discriminações presentes no senso comum.

Consoante exposto na seção 3.2, ainda permanece a ideia de que o estupro “padrão” é aquele cometido por um indivíduo que possui sérios problemas mentais e comete tal violência como uma forma de satisfazer um irrefreável desejo sexual. Contudo, segundo Machado, seguindo esse pensamento, o estupro não é julgado como uma violação à dignidade sexual de outrem, mas como uma consequência natural e até instintiva de um indivíduo anormal a um determinado comportamento permissivo da vítima²⁶⁹.

Para Magalhães, a culpabilização da vítima reforça a premissa de que os homens não conseguem controlar seus apetites sexuais e que as mulheres são responsáveis por provocá-los. Por consequência, a violência sexual é considerada uma espécie de correção para as mulheres que não se comportaram da forma esperada socialmente, seja com “atitudes liberais” seja com o uso de “roupas sedutoras”²⁷⁰.

No mesmo sentido, se manifestam Vilhena e Zamora:

²⁶⁷ IPEA, Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS. **Tolerância social à violência contra as mulheres.** Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015, p. 23

²⁶⁸ Ibid., p. 23-24

²⁶⁹ MACHADO, Flora Barcellos de Valls, op. cit., p. 36

²⁷⁰ MAGALHÃES, Livia, op. cit.

Uma explicação que procura defender os homens e transferir a responsabilidade às mulheres é a de que elas consentiram no ataque, sem se defender de verdade ou até pediram por ele, usando roupas curtas, apertadas, perfume, cabelo e maquiagem chamativos. Outra explicação é a de que as mulheres gostam mesmo é de homens de verdade e de que é impossível distinguir entre um não verdadeiro e um não fingido, que, na verdade, pretende excitar e estimular um ataque mais vigoroso²⁷¹.

A concepção de estupro presente no ideário dos operadores do direito, desta forma, acaba por atenuar ou justificar a violência sexual praticada, pois o estupro é visto como uma pessoa que não pode controlar seus instintos que foram despertados por algum comportamento da vítima.

Assim, ao acionar o sistema de justiça penal, a vítima é submetida a uma série de violações, as quais são sintetizadas por Silva na seguinte passagem:

As demandas femininas, em se tratando de crimes sexuais, são sempre submetidas ao crivo da suspeita, do constrangimento e da humilhação durante as fases de investigação e jurisdicionalização do conflito. Sintetizando o processo de revitimização, aponta-se para a reiterada investigação acerca da moralidade da vítima (para que prove ser uma vítima adequada), de sua resistência (para que prove ser uma vítima inocente), bem como para a dificuldade em obter-se condenações embasadas exclusivamente no testemunho da mulher (dúvidas acerca da credibilidade da vítima)²⁷².

Essa culpabilização da vítima faz com que as mulheres sejam inibidas a denunciar seu agressor, o que acaba contribuindo para o aumento da cifra oculta no crime de estupro, conforme explica Machado:

Ao tentar transferir à vítima uma parcela da responsabilidade pelo crime de estupro, esse discurso desigual colabora e muito para que haja verdadeira tolerância da sociedade para com os delitos de natureza social. A banalização dos efeitos do crime e o apontar para a vítima – para o que ela fez ou deixou de fazer, para a roupa que ela vestia, para o horário em que estava fora e até mesmo para onde ela estava [indo] – faz com que grande parte das vítimas se sintam culpadas pela agressão que sofreu, e aumente ainda mais a cifra negra do delito de estupro, pois, devido ao forte julgamento que recai sobre ela, sente-se envergonhada por ter sido estuprada, e prefere resguardar-se (sic) e não voltar a se expor a denunciar²⁷³.

Conforme foi exposto durante o presente trabalho, o sistema de justiça penal apenas expressa e reproduz a grande linha divisória e discriminatória entre as mulheres tidas por “honestas”, que merecem respeito e proteção social e jurídica, e as outras, que a sociedade abandona por se afastarem dos padrões de comportamentos escritos que o patriarcado lhes impõe²⁷⁴. Desta feita, denota-se que esse sistema não apenas viola, mas está estruturalmente

²⁷¹ VILHENA, Junia de. ZAMORA, Maria Helena. **A burca – notas para a compreensão do estupro**. Revista Vivência, n. 32, 2007, p. 313

²⁷² SILVA, Danielle Martins, op. cit., p. 10

²⁷³ MACHADO, Flora Barcellos de Valls, op. cit., p. 38

²⁷⁴ Ibid., p. 108

preparado para violar a todos os princípios, ou seja, é um sistema de violação ao invés de proteção de direitos²⁷⁵.

Na mesma linha, Andrade sustenta que o sistema penal é um (sub)sistema de controle social seletivo e desigual de homens e mulheres, porquanto é, ele próprio, um sistema de violência institucional que exerce seu poder e seu impacto também sobre a vida das ofendidas. Assim, além da violência sexual representada por diversas condutas masculinas, a mulher torna-se vítima da violência institucional do sistema penal, que exerce e reproduz a violência estrutural das relações sociais capitalistas e patriarcais de nossas sociedades, bem como dos estereótipos que elas criam e recriam no sistema criminal, que são especialmente visíveis no campo da moral sexual dominante²⁷⁶.

Na mesma linha, conclui Silva:

Constata-se que o sistema de justiça criminal manifesta-se no sentido de excluir e revitimizar a mulher, na medida em que esta, quando assume a posição de vítima dos crimes de gênero – tais como o estupro e a violência doméstica – recebe tratamento distinto daquele conferido às vítimas de tipos penais que tutelam outros bens jurídicos. A diferenciação se revela não apenas por meio das leis, mas também por meio do *second code* (código de valores secundários) latente nos operadores jurídicos (polícia, órgãos técnicos, Ministério Público e Judiciário)²⁷⁷.

A autora afirma que a mulher, quando adentra o espaço público do direito, precisa superar o descrédito sexista que envolve sua vitimização, consubstanciado no pressuposto de que a palavra da vítima deve ser reiteradamente testada, de modo a parecer absolutamente convincente, sempre posta à prova sob a lógica da honestidade para que, somente no âmbito de um longo e exaustivo processo de revitimização, se lhe possa ser franqueada a composição do acervo probatório, na qualidade de fala “adequada”²⁷⁸.

Andrade, por sua vez, assenta que o sistema criminal, salvo situações contingentes, empíricas e excepcionais, não apenas é um meio ineficaz para a proteção das mulheres contra a violência, como também duplica a violência exercida contra ela, pois as divide com base em sua reputação sexual²⁷⁹.

Assim, o discurso jurídico, tal como é concebido, exerce sobre as mulheres uma segunda violência, agora simbólica e institucionalizada, já que avalia a conduta da vítima em função de uma adequação a determinados papéis sociais e a uma moral sexual dominante:

²⁷⁵ BARATTA, Alessandro. **Direitos humanos: entre a violência e a violência penal**. Fascículos de Ciências Penais, n. 2. Porto Alegre, abr./mai./jun./1993, p. 44-61

²⁷⁶ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Violência...**, p. 86

²⁷⁷ SILVA, Danielle Martins, op. cit., p. 15

²⁷⁸ Ibid., p. 15-16

²⁷⁹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas...**, p. 131

A passagem da vítima mulher ao longo do controle social formal acionado pelo sistema penal implica, nesta perspectiva, vivenciar toda uma cultura da discriminação, da humilhação e da estereotipia, pois, e este aspecto é fundamental, não há uma ruptura entre as relações familiares (Pai, padrasto, marido), trabalhistas ou profissionais (chefe) e relações sociais em geral (vizinhos, amigos, estranhos, processos de comunicação social) que violentam e discriminam a mulher e o sistema penal que a protege contra este domínio e opressão, mas um *continuum* e uma interação entre o controle social informal exercido pelos primeiros e o controle formal exercido pelo segundo²⁸⁰.

Assim, conforme defendem Ardaillon e Debert, percebe-se que a condenação do crime de estupro não libera a mulher da discriminação nem garante seus direitos de cidadã, mas aprisiona todas as mulheres a um estereótipo único: a expressão do recato e do pudor. Ademais, a lei pune o ofensor, mas é incapaz de reconhecer o direito da mulher ao domínio do seu próprio corpo e ao livre exercício de sua sexualidade²⁸¹.

Por fim, é possível concluir que, conforme leciona Andrade, o sistema de justiça penal é ineficaz para a proteção das mulheres contra a violência, sobretudo porque não cumpre sua função preventiva e não se atenta aos interesses da vítima, tampouco colabora para elucidar as questões de gênero e a compreensão da própria violência sexual sofrida. Não obstante ser estruturalmente incapaz de proteger as mulheres, a única resposta que esse sistema é capaz de oferecer – o castigo – é desigualmente distribuído e não cumpre as funções preventivas (intimidatória e reabilitadora) que lhe são atribuídas²⁸².

3.4 EXAME DE DECISÕES JUDICIAIS

Com o intuito de exemplificar os argumentos apresentados neste trabalho, serão analisadas algumas decisões judiciais que refletem o discurso dos operadores do sistema de justiça penal acerca do delito de estupro.

Inicialmente, será estudada a Apelação Criminal n. 2013.006566-6, oriunda da Comarca de Catanduvas/SC, relatada pela Desembargadora Substituta Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer e julgada no dia 26 de março de 2013²⁸³.

De acordo com a denúncia oferecida pelo Ministério Público, o acusado teria constrangido sua enteada a praticar com ele conjunção carnal em diversas oportunidades, ameaçando-a de morte caso contasse para alguém.

²⁸⁰ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Violência...**, p. 103

²⁸¹ ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin, op. cit., p. 34

²⁸² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Violência...**, p. 102-103

²⁸³ BRASIL, Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Criminal n. 2013.006566-6**, de Catanduvas. Apelante: J.G. Apelado: Ministério Público. Relatora: Desembargadora Substituta Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer. Julgamento em: 26 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.tjsc.jus.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015

Inconformado com a sentença condenatória em primeira instância, o réu interpôs Apelação Criminal ao Tribunal de Justiça sob o fundamento de que inexistem provas claras e convincentes capazes de basear o decreto condenatório, bem como que seu “perfil” não é o de uma pessoa que pratica crimes sexuais.

No caso em análise, é possível constatar que o réu tenta desviar o julgamento do fato em si para o comportamento social dos envolvidos, pois visa atribuir a si mesmo um estereótipo positivo, retratando-se como uma pessoa incapaz de cometer tal crime. Percebe-se que aqui foi exteriorizada a ideia de que o estupro “verdadeiro” é aquele praticado por um homem desconhecido e mentalmente perturbado com requintes de crueldade. No processo examinado, o acusado acredita que não deveria ser condenado, uma vez que não se enquadra no estereótipo de “estuprador” que permeia o imaginário do senso comum e, conseqüentemente, dos operadores do sistema de justiça criminal.

Ademais, o réu também sustenta que o delito estava sendo-lhe atribuído por vingança da mãe da ofendida após o término da relação que mantinham, argumento, muito utilizado em casos de estupro. Consoante explica Carlos, a ideia pré-concebida de que uma mulher é capaz de tentar prejudicar um homem que não a quer mais baseia-se na crença de que as mulheres têm seus impulsos emocionais preponderantes à razão, bem como que os relacionamentos afetivos consistem no fato mais relevante na vida de uma mulher²⁸⁴.

O acórdão felizmente não acolheu as teses levantadas pelo acusado, sustentando, inclusive, que a afirmação de que o apelante não possui “perfil de criminoso comumente executor de crimes sexuais” ou que “possui bons predicados” não constitui excludente de ilicitude, uma vez que não há nenhuma previsão legal para amparar tal pretensão. Desta forma, a decisão negou provimento ao recurso, mantendo incólume a sentença proferida pelo magistrado *a quo*.

Outra incongruência relacionada à ideia de estupro “padrão” presente no ideário dos operadores do sistema criminal é a exigência de resistência excessiva por parte da vítima, pois, caso ela não exista, de imediato será posto em dúvida o não consentimento.

Nessa linha, cita-se a sentença proferida no Processo Crime n. 19/03 em 14 de junho de 2010 e publicada no Diário Oficial de São Paulo de 04 de outubro de 2011, a qual

²⁸⁴ CARLOS, Paula Pinhal de. **A reprodução das desigualdades de gênero no discurso dos julgadores e a vítima mulher frente ao sistema de justiça penal.** Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/P/Paula_Pinhal_de_Carlos_05_C.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015, p. 02

julgou improcedente a denúncia de estupro oferecida pelo Ministério Público a fim de absolver o acusado²⁸⁵.

A decisão ressaltou que estupro é a posse sexual da mulher por meio de violência física ou moral, ou seja, pela força ou pela grave ameaça, que deve ser demonstrada por inequívoca resistência da vítima, “não bastando platônica ausência de adesão, recusa meramente verbal, oposição passiva ou inerte ao ato sexual”.

Como a vítima afirmou em seu depoimento prestado perante a autoridade policial que por medo não resistiu às investidas do acusado, o juiz chegou a sustentar o absurdo de que “se não existe a repulsa efetiva ao ato sexual forçado não se pode falar em conduta típica de estupro”.

Para Carlos, os julgadores ainda acreditam que a vítima deve utilizar todos os meios possíveis para reagir no momento da ocorrência do delito e que suas reações posteriores devem demonstrar a profundidade dos traumas causados pela violência sexual. Contudo, os magistrados olvidam-se das particularidades de cada pessoa, pois, diante uma situação de perigo e ameaça, é possível ter as mais diversas reações possíveis²⁸⁶.

No mesmo sentido, Pimentel, Schritzmeyer e Pandjarian afirmam que “não existe apenas uma atitude válida de reação por parte de todas as mulheres no caso de violência sexual. Cada uma se comporta segundo suas próprias forças²⁸⁷”.

Em seguida, serão examinadas decisões que demonstram que, muito embora a expressão “mulher honesta” tenha sido oficialmente retirada da legislação penal em 1940, os julgadores ainda se utilizam desse conceito ao proferir a decisão. Pretende-se demonstrar como a prática jurídica confere maior credibilidade como prova à palavra de uma mulher considerada “honestas”, ao contrário do que ocorre com uma mulher considerada “desonesta”, que dificilmente conseguirá a condenação do ofensor.

Inicialmente, será estudado o Processo Embargos Infringentes n. 2012.014223-3, oriundo da Comarca de Trombudo Central/SC, relatado pela Desembargadora Substituta Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer e julgado no dia 29 de maio de 2013²⁸⁸.

²⁸⁵ BRASIL, Tribunal de Justiça de São Paulo. **Processo Crime nº 19/03**, de São Paulo. Réu: F.R. Autor: Ministério Público. Juiz prolator: Fábio In Suk Chang. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015

²⁸⁶ CARLOS, Paula Pinhal de, op. cit., p. 03

²⁸⁷ PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: crime...**, p. 57

²⁸⁸ BRASIL, Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Embargos Infringentes n. 2012.014223-3**, de Trombudo Central. Embargante: J.A.F. Embargado: Ministério Público. Relatora: Desembargadora Substituta Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer. Julgado em: 29 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.tjsc.jus.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015

Segundo a denúncia apresentada pelo Ministério Público, o réu ofereceu carona à namorada de seu amigo e, após parar em local ermo, constrangeu a adolescente, a praticar com ele ato libidinoso diverso da conjunção carnal, consistente em sexo oral.

Inconformado com a sentença condenatória em primeira instância, o réu interpôs Apelação Criminal ao Tribunal de Justiça, a qual, por maioria de votos, teve seu provimento negado. Assim, o suposto ofensor interpôs Embargos Infringentes buscando a prevalência do voto divergente que decretava a sua absolvição com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Em sua defesa, o réu negou o cometimento do delito e aduziu que a relação sexual havia sido consensual, pois “mesmo tendo pudor sexual, permitiu que a vítima praticasse sexo oral quando parou o carro”.

Nesse caso, ressaltou-se o fato de que a ofendida havia feito sexo com namorado naquela noite, que faltou à aula para ir a uma festa em outra cidade, que tinha 16 anos de idade e os pais não sabiam que ela tinha namorado, bem como que contou uma versão diferente dos fatos na delegacia, pois tinha medo que os pais soubessem que havia mantido relações sexuais. Desta feita, o seu depoimento não teve muita credibilidade perante os julgadores, de modo que o acusado foi absolvido das acusações, pois os magistrados acolheram a tese de que ela teria imputado o delito ao réu como uma forma de esconder que havia mantido relações sexuais com o namorado.

Carlos defende que essa alegação parte da equívoca ideia de que uma adolescente não poderia assumir que manteve relações sexuais por livre e espontânea vontade e utilizaria a figura do estupro como uma forma de “preservar a sua imagem na comunidade”²⁸⁹.

Percebe-se, portanto, que no caso *sub examine* a defesa tentou atribuir uma característica positiva ao réu, retratando-o com uma pessoa de “pudor sexual”, bem como desabonar a vítima, com o objetivo de demonstrar que, em razão de seu comportamento, ela não teria direito à proteção penal.

Agora, será analisada a Apelação Criminal n. 0000585-95.2008.8.26.0382, da Comarca de Mirassol/SP, relatada pelo Desembargador Louri Barbiero e julgada em 13 de novembro de 2014²⁹⁰.

²⁸⁹ CARLOS, Paula Pinhal de, op. cit., p. 03

²⁹⁰ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação Criminal n. 0000585-95.2008.8.26.0382**, de Mirassol. Apelante: G.J. Apelado: Ministério Público. Relator: Desembargador Louri Barbiero. Julgamento em: 13 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015

O acusado foi condenado em primeiro grau pelo crime de tentativa de estupro, pois tentou constranger a vítima à conjunção carnal, mediante violência física, mas o fato não se consumou porque a polícia foi acionada por populares que presenciaram o fato.

Inconformado com a decisão, o réu recorreu ao Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou provimento ao recurso. O acórdão consignou que a palavra da ofendida nos crimes sexuais possui especial valia, mormente quando se ajusta a outros elementos do acervo probatório. Ademais, o que merece ser destacado é que o Desembargador ressaltou o fato de que “tratando-se de mulher honesta e recatada, seu relato assume maior relevo, tornando-se decisivo para o exame da culpabilidade do réu”.

É possível argumentar que a condenação foi mantida principalmente porque os dois envolvidos enquadraram-se no estereótipo de vítima e estuprador, porquanto a mulher foi considerada “honestas” pelo magistrado e o homem era um desconhecido que a atacou para “satisfazer sua lascívia”.

No mesmo sentido, cita-se a Apelação Criminal n. 2001.025260-0, de Indaial/SC, relatada pelo Desembargador Sérgio Paladino e julgada no dia 12 de março de 2002²⁹¹.

Segundo a denúncia oferecida pelo Ministério Público, o acusado teria constrangido a enteada a realizar com ele ato libidinoso diverso da conjunção carnal, consistente em sexo oral.

Irresignado com a sentença condenatória em primeiro grau, o réu interpôs Apelação Criminal ao Tribunal de Justiça, mas a maioria dos votos foi no sentido de manter a condenação do réu, sob o fundamento de que “no delito de estupro, crime praticado, via de regra, à revelia de testemunhas, as informações da ofendida, embora menor, mas honesta e de bons costumes, coerentes com o restante da prova, têm relevante valor de convicção”.

Do mesmo modo, no presente caso a palavra da adolescente teve bastante credibilidade como elemento probatório, tendo em vista, muito embora menor de idade, possuía um comportamento social considerado adequado pelos magistrados.

²⁹¹ BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Criminal n. 2001.025260-0**, de Indaial. Apelante: A.M. N. Apelado: Ministério Público. Relator: Desembargador Sérgio Paladino. Julgamento em: 12 de março de 2002. Disponível em: Disponível em: <<http://www.tjsc.jus.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015

CONCLUSÃO

Retomando o que foi dito nas páginas que antecederam essas considerações finais, no primeiro capítulo foi possível constatar que, durante muito tempo, as desigualdades entre homens e mulheres foram justificadas com base nas diferenças biológicas entre os sexos. Todavia, esse paradigma foi sendo lentamente desconstruído pelos movimentos feministas, que, através do conceito de gênero, demonstraram que a concepção de masculinidade e feminilidade não é natural ou biológica, mas sim resultado de uma construção sociocultural.

Pôde-se verificar, ainda, que o conceito de gênero não é fixo nem imutável e pode ser alterado conforme os valores determinantes naquela sociedade e em um determinado momento histórico. Entretanto, na maioria das sociedades conhecidas, a construção dos papéis de gênero historicamente serviu para garantir a supremacia masculina em detrimento da subjugação feminina.

Ademais, foi possível apurar que a construção histórica do gênero feminino como subordinado à autoridade masculina culminou na aceitação social da violência contra as mulheres como forma de controlar seu comportamento e de tutelar seu corpo como propriedade de um homem, fazendo com que diferentes formas de agressão fossem naturalizadas e inclusive aceitas pelo Estado.

Nesse contexto, o estupro pode ser visto como um dos resultados mais extremados dessa assimetria entre os gêneros, podendo ser classificado como uma violência de gênero, que afeta principalmente as mulheres, constituindo uma forma de violência a que estas são submetidas por sua própria condição de mulher, bem como pelo papel que tradicionalmente lhe foi determinado.

Além disso, demonstrou-se a importância da utilização do gênero como categoria de análise para o Direito, principalmente nos crimes sexuais, pois este permite realizar um exame crítico acerca dos papéis atribuídos a vítimas e agressores, discutindo-se a construção de verdades jurídicas nos processos judiciais e como essa construção reflete as discriminações presentes no senso comum.

Já no segundo capítulo, ao explorar os aspectos gerais da evolução história e legal sobre o crime de estupro, observou-se que a definição legal e a percepção social acerca desse delito mudaram muito ao longo dos anos, mas a desconfiança em relação ao testemunho da vítima e a sua culpabilização pela violência sofrida sempre foram denominadores comuns em toda a história.

Quando da análise do estupro no ordenamento jurídico brasileiro, notou-se que, durante muito tempo, a expressão “mulher honesta” era um elemento normativo do tipo penal de estupro, ou seja, a honestidade da vítima era um requisito para a configuração desse delito. Em suma, era feita uma investigação sobre a reputação sexual da mulher, por meio de critérios completamente subjetivos e patriarcais, para verificar se ela era merecedora da proteção do sistema de justiça penal. Afinal, somente as mulheres honestas poderiam ser consideradas vítimas desse crime sexual, as demais, por não se comportarem da maneira esperada socialmente, estariam reivindicando direitos que não lhes eram garantidos, o que significa dizer que elas poderiam ser livremente violentadas.

Com o presente estudo foi possível notar que, muito embora tal expressão tenha sido oficialmente retirada da legislação penal, a chamada “lógica da honestidade” não foi completamente eliminada da prática jurídica, pois, através da análise jurisprudencial, constatou-se que esse discurso continua arraigado nos operadores do direito, uma vez que o depoimento de uma mulher considerada honesta terá maior credibilidade perante os julgadores do que aquele de uma mulher considerada desonesta.

Finalmente, no terceiro capítulo verificou-se que a prática jurídica relacionada ao crime de estupro possui uma lógica específica de desenvolvimento, pois há um julgamento moral da vítima e do acusado em detrimento do ato de violência sexual praticado. Por isso, a produção de verdade em um processo judicial de estupro extrapola os aspectos legais, visto que não é produzida apenas a partir da aplicabilidade da lei, mas principalmente segundo padrões sociais de moralidade, que definem o que é um comportamento adequado para o homem e especialmente para a mulher.

Destarte, ainda que não exista nenhuma previsão legal nesse sentido, há uma exigência de que o autor e a vítima se enquadrem em determinados estereótipos para que a violência seja encarada com seriedade. Em outras palavras, os julgadores dificilmente acreditarão na palavra da vítima quando esta não se encaixar no perfil de “mulher honesta” e quando o suspeito não se ajustar ao estereótipo do estuprador, apresentando-se como um “homem de bem”. Se o caso concreto se afastar desse ideal, a denúncia da mulher será encarada com desconfiança e serão levantadas teses de que a violência sexual não ocorreu ou que ela de alguma forma foi provocada.

Assentou-se, também, que a seletividade é a função real e a lógica estrutural de funcionamento do sistema penal, de modo que, apesar de todas as pessoas praticarem condutas definidas como crimes, apenas parte delas receberão o *status* negativo de criminoso. Do mesmo modo que esse sistema constrói seletivamente a criminalidade, ele o faz com a

vitimação, distribuindo desigualdade o *status* de vítima, análise de assenta-se nuclearmente na reputação sexual. Com efeito, todas as mulheres podem sofrer violência sexual, mas somente algumas delas serão consideradas “vítimas genuínas”.

Verificou-se, ainda, que a culpabilização da vítima nos crimes sexuais ainda é muito frequente na sociedade e isso acaba influenciando as decisões judiciais, tendo em vista que os magistrados são guiados pelo chamado “*second code*” e reproduzem – inconscientemente ou não –, os preconceitos e discriminações presentes no senso comum.

Esse processo de culpabilização pode ser atribuído à concepção de “estupro padrão” que permeia no imaginário dos julgadores, que é o ato violento, praticado por um desconhecido agressivo e perverso contra uma mulher “inocente”, onde o não consentimento deve ficar claro, preferencialmente quando existem marcas de violência extremas. Por consequência, o esturador é visto como uma pessoa que não consegue controlar seus instintos, os quais foram provocados por algum comportamento da vítima, o que acaba responsabilizando a ofendida pela violência sofrida ou atenuando e justificando o delito.

Diante do que foi exposto no presente estudo, pode-se concluir que é uma ilusão falar em imparcialidade jurídica, uma vez que, ao julgar um processo de estupro, os magistrados não analisam tão somente o caso em si, mas principalmente o comportamento social do autor e da vítima em conformidade com os papeis impostos socialmente – os chamados estereótipos de gênero –, o que acaba reproduzindo as desigualdades existentes entre homens e mulheres, bem como naturalizando ou justificando a violência sexual sofrida pela ofendida.

Ademais, infere-se que a discriminação em relação à mulher ainda é extremamente frequente na sociedade e o sistema penal, por sua vez, incorporou muitos desses conceitos e posturas trazidas pelas sociedades patriarcais e androcêntricas e, longe de reprimir as práticas desiguais, tornou-se um reproduzidor delas. Afinal, esse sistema não protege as mulheres vítimas de violência sexual, ao contrário, exerce sobre elas uma segunda violência, agora simbólica e institucionalizada, já que, ao adentrar nesse sistema, as ofendidas têm suas condutas avaliadas e julgadas em função de uma adequação a determinados papeis sociais e a uma moral sexual dominante.

Além disso, é possível perceber que, em geral, a legislação é mais conservadora e defasada do que os avanços sociais, todavia, no crime de estupro, observa-se que houve significativos avanços na legislação, mas não em relação à interpretação conferida pelos operadores do direito, que continuam reproduzindo acriticamente estereótipos e discriminações que há muito deveriam ter sido superadas.

Outrossim, apesar de o estupro ser fortemente reprovado social e penalmente, a sociedade em geral, incluindo o sistema penal, continua tolerando tal violência e, apesar da evolução legislativa, noções preconcebidas e mitos sexuais permanecem em circulação e essas mensagens ambíguas têm consequências negativas de longo alcance, dentre elas o baixo índice de denúncias às autoridades.

Desta forma, denota-se que é preciso uma sensibilização em relação ao tema para que as mulheres vítimas de violência sexual não se sintam intimidadas, mas sim acolhidas ao levar adiante uma denúncia de estupro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de Andrade. **Flagrando a ambiguidade da dogmática penal com a lupa criminológica: que garantismo é possível do compasso criminologia-penalismo crítico?** In: Revista Sequência, nº 59, p. 161-192, dez. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/viewFile/14151/13594>>. Acesso em: 17 abr. 2015.
- _____. **Violência sexual e Sistema Penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina?** Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora: 2003.
- _____. Criminologia e Feminismo: Da mulher como vítima à mulher como sujeito de construção da cidadania. In: CAMPOS, Carmen Hein de. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre, Sulina, 1999.
- _____. **Domesticação da violência doméstica: politizando o espaço privado com a positividade constitucional**. Brasília: Femea Especial, janeiro, 1998.
- _____. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2012.
- _____. **Sexo e gênero: a mulher e o feminino na criminologia e no sistema de Justiça Criminal**. Boletim IBCCRIM. São Paulo: v. 11, n. 137, abr. 2004
- ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher – Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídio**. CNDM, CEDAC, 1. ed. Brasília, 1987.
- ARONOVICH, Lola. **Cultura de estupro? Não, imagine!** Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/08/cultura-de-estupro-nao-imagine.html>>. Acesso em: 11 abr. 2015.
- BARATTA, Alessandro, O paradigma do gênero: da questão criminal à questão criminal. In: CAMPOS, Carmem Hein de (org.). **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- _____. **Direitos humanos: entre a violência e a violência penal**. Fascículos de Ciências Penais, n. 2. Porto Alegre, abr./mai./jun./1993.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal. 4: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública**. 6. ed. ver. e ampl. – São Paulo: Saraiva: 2012.
- BRASIL. **Decreto Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- _____. **Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 05 mai. 2015

_____. **Exposição de motivos da parte especial do Código Penal.** Disponível em: <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=1-96-15-1940-12-07-2848-CP>>. Acesso em: 06 mai. 2015

_____. **Lei de 16 de dezembro de 1830.** Manda executar o Código Criminal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 05 mai. 2015

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 06 mai. 2015

_____. **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.** Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8072.htm>. Acesso em: 06 jun. 2015

_____. **Lei nº 9.281, de 04 de junho de 1996.** Revoga os parágrafos únicos dos arts. 213 e 214 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9281.htm>. Acesso em: 06 jun. 2015

_____. **Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009.** Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm>. Acesso em: 06 jun. 2015.

_____. **Ordenações Afonsinas.** Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/15ind.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Ordenações Filipinas.** Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/15ind.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Ordenações Manoelinas.** Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/15ind.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR/PR; Ministério da Educação – MEC; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC; Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM; Instituto de Medicina Social – IMS; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – URRJ. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Criminal n. 2001.025260-0,** de Indaial. Apelante: A.M. N. Apelado: Ministério Público. Relator: Desembargador Sérgio

Paladino. Julgamento em: 12 de março de 2002. Disponível em: Disponível em: <<http://www.tjsc.jus.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Criminal n. 2013.006566-6**, de Catanduvas. Apelante: J.G. Apelado: Ministério Público. Relatora: Desembargadora Substituta Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer. Julgamento em: 26 de março de 2013. Disponível em: <<http://www.tjsc.jus.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Embargos Infringentes n. 2012.014223-3**, de Trombudo Central. Embargante: J.A.F. Embargado: Ministério Público. Relatora: Desembargadora Substituta Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer. Julgado em: 29 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.tjsc.jus.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Apelação Criminal n. 0000585-95.2008.8.26.0382**, de Mirassol. Apelante: G.J. Apelado: Ministério Público. Relator: Desembargador Louri Barbiero. Julgamento em: 13 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Processo Crime nº 19/03**, de São Paulo. Réu: F.R. Autor: Ministério Público. Juiz prolator: Fábio In Suk Chang. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BRAUN, Jenefer L. **Violência de gênero: os crimes sexuais e o Sistema de Justiça**. Disponível em:

<http://www.researchgate.net/publication/228520294_Violncia_de_gnero_os_crimes_sexuais_eo_Sistema_de_Justia>. Acesso em: 26 abr. 2015.

CAJAL, Liana Claudia Hentges; LIMA, Rafael Luz de. **O paradoxo da evolução legislativa brasileira no combate à cultura do estupro**. Disponível em:

<http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT11/GT11_HentgesL_DeLimaR.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015.

CARLOS, Paula Pinhal de. **A reprodução das desigualdades de gênero no discurso dos julgadores e a vítima mulher frente ao sistema de justiça penal**. Disponível em:

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/P/Paula_Pinhal_de_Carlos_05_C.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)**. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf>. Acesso em 11 abr. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre mulher e violência. Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

COULOURIS, Daniella Georges. **A construção da verdade nos casos de estupro**.

Disponível em:

<http://www.cfemea.org.br/images/stories/pdf/construcaodaverdade_daniellacoulouris.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. Gênero e discurso jurídico: possibilidades para uma análise sociológica. In: CARVALHO, Marie Jane Soares; ROCHA, Cristianne M^a Farmer (org.). **Produzindo Gênero: IV Encontro Nacional da Rede Brasileira de Estudo e Pesquisas Feministas**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

_____. **Ideologia, dominação e discurso de gênero: reflexões possíveis sobre a discriminação da vítima em processos judiciais de estupro**. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme11/093.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

_____. **Violência, gênero e impunidade: a construção da verdade nos casos de estupro**. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20VII/Daniella%20Georges%20Coulouris.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

CUANO, Rodrigo Pereira. **História do Direito Penal Brasileiro**. Universo Jurídico, Juiz de Fora, ano XI, 06 de jun. de 2001. Disponível em: <http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/884/historia_do_direito_penal_brasileiro>. Acesso em: 05 mai. 2015.

DIVAN, Gabriel Antinolfi. **Decisão judicial nos crimes sexuais: o julgador e o réu interior**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

DUARTE, Cláudia Tereza; PASSOS, Thallys Mendes. **Breves considerações a respeito da Lei 12.015/09 (Lei dos Crimes contra a Dignidade Sexual)**. Disponível em: <<http://www.charlieoscartango.com.br/Images/Artigocrimessexuais.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

ESTEFAM, André. **Direito Penal: Parte Especial (arts. 184 a 285)**. Vol. 3. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão as relações de gênero**. Cadernos Sempreviva. São Paulo: SOF (Sempreviva Organização Feminista), 1997.

FAYET, Fabio Agne. **O delito de estupro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

FELIPE, Sônia T. **Violência e representação (quando a arma é o pênis): um estudo do caso do filme “Acusados”**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 109-122, jan. 1997. ISSN 2178-4582. Disponível em: < >. Acesso em: 06 jun. 2015.

FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. **Vítimas e vilãs, “monstros e “desesperados”. Como o discurso judicial representa os participantes de um crime de estupro**. Revista Linguagem em (dis) curso, vol. 3, n. 1, julho/dezembro. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/0301/030105.pdf>> Acesso em: 26 set. 2014.

FILHO, Francisco Humberto Cunha; FERNANDES, Leonísia Moura. **Violência sexual e culpabilização da vítima: sociedade patriarcal e seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em:

<<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=47f5d6b9ad18d160>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

FINKELHOR, David. **Abuso sexual al menor. Causas, consecuencias y tratamiento psicossocial**. México, D.F., Editorial Pax México, 1980.

FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui. **Código penal e sua interpretação jurisprudencial**. v. 1, t. 2. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

FRIEDRICH, Engels. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GOMES, Marilise Mortágua. **“As genis do século XXI”: Análise de casos de pornografia de vingança através das redes sociais**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GOMES, Romeu. **A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória**. Athenea Digital: revista de pensamiento e investigación social, ISSN-e 1578-8946, n. 14, 2008. Disponível em: <<http://atheneadigital.net/article/view/520/442>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Especial, volume III**. 7. ed. Niterói: Impetus, 2010.

HEILBORN, Maria Luiza. **De que gênero estamos falando?** In: Sexualidade, Gênero e Sociedade, ano 1, n. 2, CEPESC/IMS/UERJ, 1994.

HUNGRIA, Nélon. **Comentários ao Código Penal**. v. VIII – arts. 197 a 249. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

IPEA, Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

IZUMINO, Wânia Pasinato. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

KOLODNY, Robert. C.; MASTERS, William H.; JOHNSON, Virginia E. **Manual de medicina sexual**. Tradução por Nelson Gomes de Oliveira. São Paulo: Manole, 1982

LIMA, Marina Torres Costa. **O estupro enquanto crime de gênero e suas implicações na prática jurídica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

LINS, Regina Navarro. **A Cama na Varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências**. 6. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2007.

MACHADO, Flora Barcellos de Valls. **Gênero, violência e estupro: definições e consequências**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) **Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo**, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

MAGALHÃES, Livia. **A culpabilização da mulher, vítima de estupro, pela conduta do agressor**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 19, n. 3934, 9 abr. 2014. Disponível em: <<http://jus.com/artigos/27429>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

MAIA, Adrieli Gonçalves. **O crime de estupro e sua correlação com a evolução da dignidade da pessoa humana e os direitos das mulheres**. Disponível em: <http://revistaunar.com.br/juridica/documentos/vol9_n2_2014/o_crime_estupro.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2015.

MANFRÃO, Caroline Colombelli. **Estupro: prática jurídica e relações de gênero**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2009.

MARTINS, José Renato. **O delito de estupro após o advento da Lei 12.015/09: Questões controvertidas em face das garantias constitucionais**. Anais do X simpósio Nacional de Direito Constitucional da ABDConst, 2013. Disponível em: <<http://www.abdconst.com.br/anais2/DelitoJose.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

NEPOMOCENO, Alessandro. **Além da Lei: a face obscura da sentença penal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

PANDJIARJIAN, Valéria. Os estereótipos de gênero nos processos judiciais e a violência contra a mulher na Legislação. In: **Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência**. São Paulo: Unicamp; Imprensa Oficial de São Paulo, 2002, p. 90-91. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/valeria.html>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

PIAZETTA, Naele Uchoa. **O princípio da igualdade no direito penal brasileiro – uma abordagem de gênero**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. **Estupro: crime ou “cortesia”? Abordagem sociojurídica de gênero**. Sergio Antonio Fabris Editor. Porto Alegre, 1998.

_____. **Estupro: direitos humanos, gênero e justiça**. Revista USP, São Paulo (37):58-69, março/maio 1998. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/37/06-silvia.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro: Parte especial – arts. 121 a 249**. Vol. 2. 9. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu; n. 16, páginas 115-136.

SÁNCHEZ, María Acale. **La discriminación hacia la mujer por razón de género en el Código Penal**. Madrid: Editorial Reus, 2006.

SANTOS, Gabriela Gatti dos; PRADO, Florestan Rodrigo do. **Do estupro: Reflexões em face das alterações da Lei nº 12.015/2009**. ETIC – Encontro de Iniciação Científica – ISSN 21-76-8498, Vol. 10, nº 10, 2014. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/4213/3971>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

SCARPATI, Arielle Sagrillo. **Os mitos do estupro e a (im)parcialidade jurídica: a percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SCHREINER, Marilei Teresinha. **O abuso sexual numa perspectiva de gênero: o processo de responsabilização da menina**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SEMÍRAMIS, Cyntia. **Sobre cultura do estupro**. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/04/cultura-do-estupro/>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

SILVA, Danielle Martins. **A palavra da vítima no crime de estupro e a tutela penal da dignidade sexual sob o paradigma de gênero**. In: Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2703, 25 nov. 2010. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/17897>. Acesso em: 22 jun. 2015.

SILVA, Natiene Ramos Ferreira da. **Representações da Culpabilização de Mulheres Vítimas de Estupro: Uma Análise Étnico-Racial**. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2013/ig/pdf/ganhadores_9edicao/Cat_E_Graduacao/NatieneRamos.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2015.

SOBRE a Marcha das Vadias DF. Disponível em: <<http://marchadasvadiasdf.wordpress.com/sobre>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma. (org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos, 1997.

SOUZA, Sérgio Ricardo. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher**. Curitiba: Juruá, 2007.

TEIXEIRA, Deice Silva. **A mulher violentada: a suavidade da propaganda na perpetuação da dominação masculina**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

TORRES, José Henrique Rodrigues. **Dignidade sexual e proteção no sistema penal**. In: Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano. Vol. 21, n. 2, São Paulo, 2001.

VALEK, Aline. **Quem me estuprou**. Disponível em: <<http://www.alinevalek.com.br/blog/2012/09/quem-me-estuprou/>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Tradução de: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

VILHENA, Junia de. ZAMORA, Maria Helena. **A burca – notas para a compreensão do estupro**. Revista Vivência, n. 32, 2007.

_____. **Além do ato: os transbordamentos do estupro**. In: Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 12, 2004, p. 115.

ZAMBONI, Marcela. **A construção da verdade em casos de estupro**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/afef8085cdb6f7100223MARCELA%20ZAMBONI.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2015.